

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
DAMIANE DANIEL SILVA OLIVEIRA DOS SANTOS

**ACESSIBILIDADE CULTURAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: sistematização de um curso de extensão no
Museu da Geodiversidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

RIO DE JANEIRO

2023



**ACESSIBILIDADE CULTURAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: sistematização de um curso de extensão no
Museu da Geodiversidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Linha de Pesquisa: Tecnologia Social

Orientadoras: Heloisa Teixeira Firmo e
Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro

RIO DE JANEIRO

2023

CIP - Catalogação na Publicação

S237a Santos, Damiane Daniel Silva Oliveira dos
Acessibilidade cultural e tecnologia assistiva
para pessoas com deficiência intelectual:
sistematização de um curso de extensão no Museu da
Geodiversidade da Universidade Federal do Rio de
Janeiro / Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos.
-- Rio de Janeiro, 2023.
141 f.

Orientadora: Heloisa Teixeira Firmo.
Coorientadora: Aline Rocha de Souza Ferreira de
Castro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o
Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2023.

1. Educação Museal. 2. Geociências. 3. Educação
Ambiental. 4. Acessibilidade Cultural. 5. Educação
Patrimonial. I. Firmo, Heloisa Teixeira, orient.
II. Castro, Aline Rocha de Souza Ferreira de ,
coorient. III. Título.

**ACESSIBILIDADE CULTURAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: sistematização de um curso de extensão no
Museu da Geodiversidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Aprovada por:

D.Sc. Heloisa Teixeira Firmo - UFRJ

D.Sc. Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro - UFRJ e UNIRIO

D.Sc. Renan Finamore Gomes da Silva - UFRJ

D.Sc. Fernanda Santos Araújo - UFRJ

D.Sc. Patricia Silva Dorneles - UFRJ

RIO DE JANEIRO

Fevereiro/2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à Nossa Senhora Aparecida por sempre estarem à frente do meu caminho, me guiando.

À minha mãe, Luzia Madalena, ao meu pai, Divan Fernandes (*in memoriam*) e ao meu irmão, Leandro Daniel, por toda força, incentivo e estrutura ofertados.

Ao meu marido, Heleno, e ao meu filho, Caio Heleno, por toda compreensão, incentivo, companheirismo, aprendizado e amor.

À Pró-Reitoria de Extensão, por apoiar, divulgar e certificar o curso de extensão oferecido na pesquisa.

Ao diretor do IGEO, Edson Mello, por me indicar como Diretora Adjunta de Extensão e ter permitido meu afastamento durante a realização do mestrado.

À Diretora de Extensão do IGEO, minha amiga e colega de trabalho Adriana Vicente, por me incentivar a fazer o mestrado, por aceitar assumir o cargo de Direção Adjunta para que eu pudesse tirar licença e por ter sempre uma palavra de apoio.

À Diretora do Museu da Geodiversidade, Katia Mansur, por sempre conduzir as ações do museu com humanidade, entusiasmo e esperança.

À Professora Maria Naíse Peixoto, por ser inspiração no meu fazer extensionista.

À minha orientadora, Heloisa Firmo, por ter acolhido meu projeto, ter me dado a liberdade em (re)construí-lo e pelas suas carinhosas palavras e conselhos de vida.

À minha também orientadora, amiga e colega de trabalho Aline Rocha, por sempre estar ao meu lado sonhando, fazendo acontecer a acessibilidade e por aceitar em ser a coordenadora do curso de extensão da pesquisa.

Ao corpo social do NIDES, à turma do mestrado 2020, em especial a Yayenca Frachia e Nathalia Turques, e aos professores que lecionaram suas aulas remotamente em meio a uma pandemia, por terem me ensinado tanto sobre Desenvolvimento Social, Engenharia Popular, Economia Solidária e o ser e fazer docente.

Ao coordenador do programa, Celso Alvear, por escutar e acolher os discentes e conduzir humanamente, junto aos professores do NIDES, a missão de não interromper as aulas durante a pandemia.

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação, Aldecy de Moraes e Gabriela Costa, por todo trabalho administrativo realizado (matrícula, inscrição em disciplina, agendamento de defesa, abertura de processos etc.).

Aos professores Renan Finamore, Fernanda Araújo, Patricia Dorneles e Maria Naíse Peixoto, por aceitarem ser membros da minha banca examinadora e contribuírem com suas leituras, seus significativos conhecimentos e suas práticas profissionais.

À Rejane Gadelha, Valquiria Felix, Marilda Duboc, Rita de Cassia Gomes e Lucia Nascimento por terem coordenado e ministrado as aulas do Curso Preparatório para

Processos Seletivos de Mestrados, (equipe do LpE-NIDES-UFRJ) do qual fui aluna em 2019 e tive profundas trocas e base para participar do processo de seleção.

À Jaciara Roberta, por ter me incentivado a fazer o preparatório, compartilhado seu material comigo e por sempre ter uma palavra de apoio.

À Raquel Araujo, bibliotecária da UFRJ, por me dar uma aula pelo *WhatsApp* sobre busca em base de dados para uma pesquisa bibliográfica.

Ao Eduardo Mendonça, Auxiliar Administrativo em Divulgação Científica do Museu da Geodiversidade, por ter mediado junto com a Aline os encontros do curso.

À Rebeca Rosa, Auxiliar Administrativo em Divulgação Científica do Museu da Geodiversidade, por apoiar e participar do curso.

Aos cursistas, por contribuírem com seus conhecimentos, resistência, esperança e pelos ricos diálogos ocorridos durante as aulas.

Aos extensionistas do curso, pela diversidade de saber, pela renovação e crença numa transformação social através da acessibilidade e inclusão.

Aos pesquisadores convidados Felipe Monteiro, Renan Paiva, Tatiana de Castro, Nathaly Rosário e à professora Miryam Pelosi, por aceitarem ministrar as aulas do curso e estarem sempre dispostos a contribuírem com as ações de acessibilidade do Museu da Geodiversidade, compartilhando suas práticas.

Às Coordenadoras do Núcleo Educativo do Museu da Geodiversidade, minhas amigas Marcia Diogo e Eveline Milani, também professoras convidadas para o curso, pela disposição, companheirismo e todo apoio a mim dado.

Às Técnicas Administrativas em Educação da UFRJ e professoras convidadas do curso, minhas amigas Rose Lane Gadelha, Vilma Frazão e Rita de Cassia Gomes, por serem tão dedicadas, competentes e entusiasmadas no que fazem, mostrando o quanto é maravilhoso sonhar e acreditar.

*“É preciso ter esperança,
mas ter esperança do verbo esperar;
porque tem gente que tem esperança do verbo
esperar.
E esperança do verbo esperar não é
esperança, é espera.
Esperança é se levantar, esperar é ir atrás,
esperança é construir, esperar é não
desistir!
Esperança é levar adiante, esperar é
juntar-se com outros para fazer de outro
modo...”*

Paulo Freire, 1992.

RESUMO

SANTOS, Damiane Daniel Silva Oliveira dos. **Acessibilidade cultural e tecnologia assistiva para pessoas com deficiência intelectual**: sistematização de um curso de extensão no Museu da Geodiversidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) - Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A presente pesquisa apresenta um caráter qualitativo com o objetivo de contribuir para melhorar a acessibilidade cultural em museus e a Tecnologia Assistiva para pessoas com deficiência intelectual, utilizando como tema a Educação Patrimonial e a Educação Ambiental. O objeto da pesquisa é a elaboração, execução, avaliação e sistematização do Curso de Extensão “Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público com Deficiência Intelectual”, ofertado pelo Museu da Geodiversidade (MGeo), em parceria com o Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES). Para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: observação participante, relatórios, roteiro para sistematização da experiência, quadro de registro de atividades, questionários semiabertos e fotografias de atividades educativas de acessibilidade do MGeo. O procedimento metodológico adotado iniciou por um levantamento bibliográfico; seguido pela construção e proposição de um curso de extensão, bem como sua realização e análise. O referencial teórico foi baseado na Educação Ambiental, Educação Museal, Comunicação Científica, Acessibilidade Cultural em Museus, Tecnologia Assistiva, Tecnologia Social e Formação Continuada de Educadores. Os principais referenciais teóricos foram baseados em Paulo Freire, Romeu Sasaki, Viviane Sarraf, Fernanda de Castro, Renato Dagnino, Oscar Hara e legislações pertinentes. Como principal resultado, destaca-se a sistematização da experiência do curso de extensão como uma proposta didática para a transformação social.

Palavras-chave: Educação Museal. Geociências. Educação Ambiental. Acessibilidade Cultural. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

SANTOS, Damiane Daniel Silva Oliveira dos. **Cultural accessibility and assistive technology for people with intellectual disabilities:** systematization of an extension course at the Geodiversity Museum of the Federal University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023. Dissertation (Master in Technology for Social Development) - Interdisciplinary Center for Social Development, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The present research presents a qualitative character with the objective of contributing to improve cultural accessibility in museums and Assistive Technology for people with Intellectual Disabilities using Heritage Education and Environmental Education as a theme. The object of the research is the elaboration, execution, evaluation and systematization of the Extension Course “Learning to deal with diversity: Cultural Accessibility and Environmental Education for the public with Intellectual Disability”, offered by the Geodiversity Museum (MGeo) in partnership with the Interdisciplinary Nucleus for Social Development (NIDES). As data collection instruments, the following were used: participant observation, reports, script for systematizing the experience, activity recording chart, semi-open questionnaires, photographs of MGeo accessibility educational activities. The methodological procedure adopted started with a bibliographic survey; followed by the construction and proposition of an extension course, as well as its implementation and analysis. The theoretical framework was based on Environmental Education, Museum Education, Scientific Communication, Cultural Accessibility in Museums, Assistive Technology, Social Technology and Continuing Education of Educators. The main theoretical references were: Paulo Freire, Romeu Sasaki, Viviane Sarraf, Fernanda de Castro, Renato Dagnino, Oscar Hara and relevant legislation. As a main result, the systematization of the extension course experience stands out as a didactic proposal for social transformation.

Keywords: Museum Education. Geosciences. Environmental education. Cultural Accessibility. Heritage Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Exemplo de Prancha de Comunicação	54
Figura 2	Interações construtivas da condição humana na natureza	59
Figura 3	Imagem sobre igualdade, equidade e inclusão	61
Figura 4	Exemplos das atividades educativas do MGeo	64
Figura 5	Atividades do MGeo realizadas entre 2012 e 2014	65
Figura 6	Atividades do MGeo realizadas a partir de 2014	66
Figura 7	Recursos utilizados na contação de história	67
Figura 8	Atividade dos sete erros do MGeo	68
Figura 9	Título do curso com uso de pictogramas	70
Figura 10	Maquete tátil disponibilizada na exposição do MGeo	72
Figura 11	Caixa de recursos do MGeo	73
Figura 12	Maleta de rochas do Museu da Geodiversidade	74
Figura 13	Sistematização das estratégias de recepção e mediação do público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual no Museu da Geodiversidade	74
Figura 14	Proposta de frases criadas (1)	75
Figura 15	Proposta de frases criadas (2)	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resultado de busca pelo Portal de Periódicos CAPES	27
Quadro 2	Atividade de escrita em linguagem simples	69
Quadro 3	Nova proposta de conteúdo programático do curso	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição de respostas aos formulários pelos frequentadores em cada módulo e ao formulário final do curso	82
Tabela 2	Distribuição da área de atuação declarada pelos cursistas que avaliaram os módulos e o curso de acordo com o número de ocorrências	83
Tabela 3	Distribuição da porcentagem de participantes que se consideraram “muito satisfeito” por categoria	83
Tabela 4	Distribuição de acordo com o percentual dos cursistas que disseram “sim” em cada categoria para o desempenho dos professores na condução da aula no formato <i>online</i>	84
Tabela 5	Distribuição de atividade prática por módulo do curso	85
Tabela 6	Distribuição da área de atuação declarada pelos cursistas que realizaram a avaliação final do curso de acordo com o número de ocorrências	86
Tabela 7	Distribuição do quantitativo e porcentagem por meio de divulgação do curso	87
Tabela 8	Distribuição da motivação para se fazer o curso	87
Tabela 9	Distribuição dos cursistas por área de interesse do curso	88
Tabela 10	Distribuição dos cursistas nos aspectos avaliados com “Concordo Plenamente”	89

LISTA DE SÍMBOLOS

	Verdadeiro	56
	Falso	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAIDD	<i>American Association on Intellectual and Developmental Disabilities</i>
AAMR	<i>American Association on Mental Retardation</i>
BCMT	Bacharelado em Ciências Matemáticas e da Terra
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCMN	Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
CEG	Conselho de Ensino de Graduação
CEU	Conselho de Extensão Universitária
CIF	Classificação Internacional da Funcionalidade
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CT	Centro de Tecnologia
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
DI	Deficiência Intelectual
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IGEO	Instituto de Geociências
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
MGeo	Museu da Geodiversidade
MN	Museu Nacional
NIDES	Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social
NBR	Norma Brasileira de Acessibilidade

OMS	Organização Mundial da Saúde
PECS	<i>Picture Exchange Communication System</i>
PNEM	Política Nacional de Educação Museal
PPGTDS	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social
PR-5	Pró-Reitoria de Extensão
QI	Quociente Intelectual
SAE-MN	Setor de Assistência ao Ensino do Museu Nacional
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
SIMAP	Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TS	Tecnologia Social
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	17
1	INTRODUÇÃO.....	19
2	METODOLOGIA.....	25
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	32
3.1	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO MUSEAL E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	32
3.2	ACESSIBILIDADE CULTURAL, TECNOLOGIA ASSISTIVA E TECNOLOGIA SOCIAL.....	37
3.3	FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES.....	43
3.4	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	46
4	O CURSO DE EXTENSÃO “APRENDENDO A LIDAR COM A DIVERSIDADE: ACESSIBILIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O PÚBLICO INFANTO-JUVENIL COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL”.....	50
4.1	MÓDULO I – ASPECTOS GERAIS DA DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE CULTURAL.....	52
4.2	MÓDULO II – DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO NO CAMPO DA DEFICIÊNCIA.....	55
4.3	MÓDULO III – TEMPO GEOLÓGICO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE CULTURAL.....	57
4.4	MÓDULO IV – EDUCAÇÃO MUSEAL E ACESSIBILIDADE.....	63
4.5	MÓDULO V – RECURSOS E ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE PARA CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	70
4.6	MÓDULO VI – AUDIODESCRIÇÃO.....	76
4.7	MÓDULO VII – VISITA VIRTUAL.....	79
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	82
5.1	UMA NOVA PROPOSTA PARA O CURSO DE EXTENSÃO.....	91
6	CONCLUSÃO.....	94
	REFERÊNCIAS.....	98
	APÊNDICES.....	103

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO NO CURSO.....	103
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO PARA OS CURSISTAS VIA GOOGLE FORMS.....	108
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO FINAL DE AVALIAÇÃO PARA OS CURSISTAS VIA GOOGLE FORMS.....	111
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	115
APÊNDICE E – ROTEIRO PARA ELABORAR UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO.....	117
APÊNDICE F – FORMULÁRIOS DE REGISTRO.....	119
ANEXOS.....	128
ANEXO A – PROPOSTA DO CURSO CADASTRADO NA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA UFRJ.....	128
ANEXO B – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO CURSO.....	135
ANEXO C – FOLDER DO CURSO.....	137
ANEXO D – EXTRATO DO PADLET - MURAL INTERATIVO DE APRESENTAÇÃO.....	139

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa realizada entre os anos de 2021 e 2022 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS), do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), do Centro de Tecnologia (CT), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em 2019, a pesquisadora concluiu o Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o Ministério da Cultura (DORNELES; CARVALHO; SILVA, 2016), apresentando a monografia intitulada “Estratégias para mediação de crianças e jovens com Deficiência Intelectual no Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ)”¹, em que sistematizou a experiência de recepção e mediação no Museu da Geodiversidade (MGeo) com o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual (DI).

No seu processo acadêmico, a pesquisadora se propôs a continuar os estudos no âmbito do mestrado profissional, no NIDES, para seguir contribuindo na área da Acessibilidade Cultural e Tecnologia Assistiva para pessoas com Deficiência Intelectual, com o viés da Tecnologia Social. Agora, o foco volta-se para análise de um curso de extensão para formação continuada de profissionais de museus e da educação básica que atuam com este público.

Formada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a autora é Técnica em Assuntos Educacionais na UFRJ desde 2011, dividindo sua prática pedagógica entre a extensão universitária do Instituto de Geociências (IGEO) e o Núcleo de Acessibilidade do MGeo.

O interesse pela temática da Acessibilidade Cultural em museus, com enfoque no público com Deficiência Intelectual, surgiu bem antes dessa experiência. Em 2013, começou atuar como vice-coordenadora do projeto de extensão “Um Museu para Todos: Adaptação da Exposição Memórias da Terra (Museu da Geodiversidade -

¹ Disponível em: <https://lacasufrj.files.wordpress.com/2021/04/tcc-damiane-dos-santos.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

IGEO/UFRJ) para Inclusão de Pessoas com Deficiência”², cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão (PR-5) da UFRJ.

Em 2015, com o interesse em contribuir para a formação continuada de educadores museais e da educação básica, coordenou o Curso de Extensão “Aprendendo a lidar com a diversidade”. O desejo de reeditar o curso permaneceu por anos e, em 2022, realizou-se o Curso de Extensão “Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público com Deficiência Intelectual”³, objeto desta pesquisa.

Este curso surgiu no contexto da pandemia de Covid-19. Num primeiro momento, a pesquisadora tinha como tema de pesquisa a atividade educativa de contação de história acessível do Museu da Geodiversidade. No entanto, não seria possível realizar o campo para investigação, pois as atividades presenciais do museu, bem como da UFRJ, estavam suspensas inicialmente por 15 dias, a partir de 16 de março de 2020, e por tempo indeterminado a partir de 23 de março de 2020, sob orientações do Grupo de Trabalho Multidisciplinar para Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 da UFRJ (GT-Coronavírus)⁴, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). A UFRJ só retomou as atividades presenciais em 18 de fevereiro de 2022 (UFRJ, 2020a).

Durante dois anos o corpo social da UFRJ teve que se adaptar à nova realidade de trabalho virtual remoto. Assim, a pesquisadora, com o apoio das suas orientadoras, criou e executou o curso supracitado, gratuito, com sete encontros virtuais síncronos.

Esta dissertação mostra a resistência dos atores sociais (docentes, técnicos administrativos, pesquisadores, profissionais e educadores de museus e centros culturais, da educação básica, graduandos e pós-graduandos) envolvidos com uma prática libertadora e inclusiva.

² Disponível em: <https://portal.ufrj.br/Inscricao/extensao/acaoExtensao/acao?id=B00AB7C2-C47B-4E2D-A5D4-5001412B3F02&cid=31984&conversationPropagation=nested>. Acesso em: 21 out. 2022.

³ Disponível em: <https://portal.ufrj.br/Inscricao/extensao/acaoExtensao/acao?id=9666665A-B122-409F-8A6D-01B721F025F1&cid=109&conversationPropagation=nested>. Acesso em: 21 out. 2022.

⁴ Disponível em: <https://coronavirus.ufrj.br/wp-content/uploads/sites/5/2020/03/Diretrizes-atualizado.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é uma instituição centenária que abriga além de institutos e faculdades, alguns museus e espaços culturais. O Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural da UFRJ (SIMAP)⁵ registra, pelo menos, 17 desses espaços. O MGeo é um desses museus universitários e foi criado em 2007 “com o intuito de ajudar a preservar uma parte da história do Planeta Terra através da organização de seu acervo” (CASTRO, 2014, p. 1), com o nome de Museu da Geologia e em 2010 tornou-se Museu da Geodiversidade. Está localizado no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) e é vinculado ao Instituto de Geociências (IGEO).

Atualmente, sua exposição de longa duração denominada “Memórias da Terra”, inaugurada em 2011, conta a história do nosso Planeta numa perspectiva geológica e biológica, dividida em 11 módulos, apresentando uma narrativa cronológica que vai da Terra Primitiva ao Tecnógeno.

Por ser um museu universitário, a equipe do MGeo desenvolve ações de extensão “[...] compreendidas como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”, conforme o art. 2º, da Resolução Conjunta Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e o Conselho de Extensão Universitária (CEU) nº 01/2021 (UFRJ, 2021), pautadas no princípio da indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

Sua equipe conta com servidores do IGEO (Museóloga, Geóloga, Historiadora, Profissional de Letras, Auxiliares Administrativos em Divulgação Científica e Porteiros) e discentes oriundos de diferentes cursos de graduação da UFRJ (Geologia, Geografia, Meteorologia, Bacharelado em Ciências Matemáticas e da Terra - BCMT, Comunicação Social, Letras/Libras, Terapia Ocupacional, Pedagogia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Computação, Comunicação Visual, Design, História e Conservação), indo ao encontro do art. 3º, da Resolução Conjunta (CEG - CEU) nº 01/2021, que afirma que todas ações de extensão “[...] deverão atender às diretrizes da extensão universitária, sendo primordialmente vinculadas à formação acadêmica

⁵ Disponível em: <https://cartadeservicos.ufrj.br/servico/467>. Acesso em: 09 ago. 2022.

do estudante de graduação com o objetivo de produzir impacto junto à sociedade, de forma dialógica” (UFRJ, 2021).

Essa equipe interdisciplinar é responsável pela criação de roteiros para visita mediada a diversos tipos de público e atividades educativas que aprofundem o tema da exposição, pela criação dos conteúdos para as redes sociais do museu, pela criação de materiais pedagógicos acessíveis, pelo tratamento do acervo e das coleções, pela própria visita, dentre outras atividades.

Na organização das visitas ao MGeo, os mediadores recebem os grupos agendados e realizam uma mediação e algumas atividades educativas voltadas para reflexão e indagações acerca da existência de diferentes formas de vida na Terra, buscando contribuir para uma sociedade mais cidadã e justa, através da explicação da formação do Planeta Terra, do surgimento da vida nele e da conscientização da interferência do ser humano sobre o meio ambiente. A missão do MGeo está prevista no seu Plano Museológico⁶ com o objetivo de:

Preservar, pesquisar, divulgar e dialogar com outros setores da sociedade, através de exposições e outras ações educativas e de popularização, o Patrimônio Geocientífico do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de forma acessível e inclusiva (UFRJ, 2020b, p. 11).

O MGeo tem como público principal estudantes e docentes da Educação Básica (Ensino Infantil, Fundamental e Médio) e como público secundário, estudantes e docentes da UFRJ e de outras universidades, além de outros setores da sociedade.

No ano de 2019 o MGeo recebeu aproximadamente 8.000 pessoas. Em 2020 e 2021, o MGeo permaneceu fechado ao público, realizando suas atividades virtualmente, seguindo as orientações e recomendações de isolamento social feitas pela OMS e ratificadas pela UFRJ, por conta da pandemia causada pelo novo Coronavírus. Em 2022, quando autorizado para receber o público presencialmente, o museu precisou permanecer com suas atividades remotas e com o espaço fechado para realização de obras.

Vale pontuar que, no projeto inicial da pesquisa, a autora havia planejado realizar um estudo sobre a atividade educativa de contação de história acessível e inclusiva, feita pelo Núcleo Educativo do MGeo, como um recurso de Tecnologia

⁶ Disponível em: https://igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/05/Plano-Museologico_MGeo_Versao-publicacao-8-janeiro.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

Assistiva voltado para crianças com Deficiência Intelectual. Entretanto, por conta do distanciamento social não seria possível realizar o campo. Então, pensou-se na criação, execução e análise de um curso de extensão, em formato remoto, visando a formação continuada de profissionais e educadores de museus, de centros culturais, da rede básica de ensino, de graduandos e pós-graduandos abordando o uso da Tecnologia Assistiva pelo público com Deficiência Intelectual, na temática da Educação Ambiental e Geociências em museus.

Santos (2019, p. 34) aborda em seu estudo a formação inicial e continuada dos educadores como uma das estratégias para desenvolver ações educativas acessíveis nos museus. Então, na perspectiva de promover um espaço para o diálogo reflexivo e contribuir para esta formação, a autora, numa interlocução entre a equipe do MGeo e o NIDES, criou e ofertou gratuitamente o Curso de Extensão “Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público com Deficiência Intelectual”.

Para Freire (2019, p. 52) “a práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”; Assim, essa pesquisa tem como premissa a práxis freiriana, ao propor refletir sobre a prática realizada no Museu da Geodiversidade, tendo a educação como um ato político. A realização do curso se constitui na práxis freiriana, ao criar um espaço de reflexões aplicadas para a acessibilidade cultural de pessoas com deficiência intelectual. A partir das reflexões e da sistematização da experiência, com recomendações de melhoria, a pesquisa contribui para a transformação da realidade.

O curso também veio a colaborar com a formação de profissionais e agentes multiplicadores para o avanço do direito social e cultural das pessoas com deficiência, fortalecendo a participação delas em museus, centros culturais e escolas.

A temática do curso versou sobre os conteúdos de Tempo Geológico, da Educação Ambiental, da Acessibilidade Cultural e da Tecnologia Assistiva, tendo as diretrizes da extensão universitária⁷ como estruturante da proposta. O curso será detalhado no capítulo quatro.

⁷ As diretrizes para as ações de extensão universitárias são: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, Impacto na Formação do Estudante, Impacto e Transformação Social. Disponível em:

Dentro desse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo geral sistematizar um curso de extensão *online* com foco no aprendizado em lidar com a diversidade, a Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público com Deficiência Intelectual.

Para atingir o objetivo geral, elencou-se os seguintes objetivos específicos:

- a) desenvolver o conteúdo e a estrutura didática de um curso de extensão voltado à formação continuada de profissionais de museus, de espaços culturais e da rede do ensino básico a fim de sistematizar a proposta;
- b) avaliar como a metodologia participativa pode contribuir na execução de um curso de extensão de acessibilidade cultural voltado para a formação de educadores que trabalham com o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual;
- c) discutir a relação entre Educação Museal, Tecnologia Assistiva e Educação Ambiental, a partir da perspectiva crítica de Paulo Freire; e
- d) refletir sobre a contribuição da extensão universitária no processo de formação acadêmica para a transformação social, através das práticas museais inclusivas.

Neste sentido, a pesquisa procurou responder à seguinte questão: quais contribuições um curso de extensão virtual sobre Acessibilidade Cultural e os conceitos de Geodiversidade e Educação Ambiental fornecem para capacitar profissionais de museus, espaços culturais e da rede de educação básica para atuarem com o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual?

Encontra-se, no Guia de Museus e Centros de Ciências Acessíveis da América Latina e do Caribe⁸ (2017), informações sobre acessibilidade desenvolvidas em 110 espaços científico-culturais de dez países da América Latina e do Caribe: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Nicarágua, Panamá, Porto Rico e Uruguai (ROCHA, 2017, p. 6). Na edição do guia, o Rio de Janeiro contou com a participação de 22 museus e centros de ciências afirmando possuírem alguma estratégia ou equipamento que contemple a acessibilidade em suas dimensões física, visual,

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

⁸Disponível em https://grupomccac.org/wp-content/uploads/2017/12/GUIA-PT-Final_sem-audiodescrição.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

auditiva e intelectual, porém apenas 2 informaram atividades voltadas para o público com Deficiência Intelectual, sendo um deles o MGeo (ROCHA, 2017, p. 65).

Esses dados são importantes, pois embasam a relevância desta pesquisa, que poderá difundir a proposta desenvolvida pelo MGeo para o atendimento do público com DI para outras instituições, contribuindo para o crescimento desta área.

A pesquisa partiu dos seguintes pressupostos: (i) os profissionais museais, de espaços culturais e da rede básica de educação, necessitam de uma formação continuada em acessibilidade cultural; (ii) a metodologia participativa empregada no curso de extensão pode contribuir para a transformação social, uma vez que, os educadores são responsáveis pela formação humana integral; (iii) a Tecnologia Assistiva contribui para a fruição estética e cultural das pessoas com Deficiência Intelectual no museu; (iv) os conceitos de Tempo Geológico e Educação Ambiental podem ser abordados na exposição “Memórias da Terra e contribuir para a formação social das pessoas”; e (v) a extensão universitária é um dos pilares do tripé universitário (ensino, pesquisa), em que questões sociais e culturais são abordadas dialogicamente durante a formação acadêmica, numa mão de via dupla com outros setores da sociedade para a transformação social.

Esta dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma: na primeira parte a autora faz uma apresentação de sua trajetória acadêmica e profissional, seguida por pontos introdutórios no capítulo um e pelo procedimento metodológico utilizado na pesquisa no capítulo dois.

O capítulo três oferece o referencial teórico selecionado para base na discussão dos conceitos de Educação Ambiental, Educação Museal e Comunicação Científica, Acessibilidade Cultural, Tecnologia Assistiva e Tecnologia Social, Formação Continuada de Educadores e Deficiência Intelectual.

O capítulo quatro relata a prática vivenciada no curso de extensão “Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual”.

O capítulo cinco traz os resultados obtidos durante as avaliações feitas pelos cursistas após a oferta de cada módulo, bem como as discussões traçadas. Também propõe a sistematização de um novo modelo didático para futuras edições do curso

de extensão “Aprendendo a lidar com a diversidade: acessibilidade cultural e educação ambiental para o público infanto-juvenil com deficiência intelectual”.

Encerra-se o estudo destacando os objetivos alcançados e expondo algumas considerações e sugestões, que não se esgotam por aqui.

2 METODOLOGIA

A metodologia proposta levou em consideração os atores sociais envolvidos (profissionais e educadores de museus, centros culturais, escolas e estudantes do Ensino Superior), a inserção da pesquisadora como agente participante do processo e a proposição de que a acessibilidade e inclusão estão diretamente relacionados com a formação desses atores.

Assim, caracteriza-se este estudo como uma pesquisa social com uma abordagem qualitativa, pois para Minayo (2002, p.13-15) a pesquisa social possui “consciência histórica”, “identidade entre sujeito e objeto”, “é intrínseca e extrinsecamente ideológica” e “essencialmente qualitativa”.

Ainda, segundo Minayo (2015, p. 21), a pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares”. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

Flick (2004) aponta a diferença entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa abordando alguns aspectos essenciais da primeira:

[...] consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos (FLICK, 2004, p. 20).

Neste contexto, o universo que fez parte da pesquisa foi composto pela autora, pela equipe de servidores do MGeo (uma Docente, uma Museóloga, duas Técnicas em Assuntos Educacionais, dois Auxiliares Administrativos em Divulgação Científica), estudantes extensionistas oriundos de diversos cursos de graduação da UFRJ, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Minas Gerais, profissionais de museus e centros culturais internos e externos à UFRJ, profissionais da rede básica de ensino, uma professora do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da UFRJ, uma Engenheira Ambiental do NIDES, um consultor em audiodescrição, três pesquisadores e ex-bolsistas de extensão do MGeo e três especialistas em Acessibilidade Cultural.

Como relatado anteriormente, a pesquisadora colabora com a equipe do MGeo no Núcleo de Acessibilidade, o que facilitou a comunicação entre os membros, pois segundo Flick (2004),

As subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa. As reflexões dos pesquisadores sobre suas ações e observações no campo, suas impressões, irritações, sentimentos, e assim por diante, tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação, sendo documentadas em diários de pesquisa ou em protocolos de contexto (FLICK, 2004, p. 22).

Utilizou-se como instrumentos de coleta de dados a observação participante, os relatos dos estudantes extensionistas, a gravação das aulas, os roteiros para sistematização da experiência e os questionários semiabertos.

Como forma de nortear a pesquisa bibliográfica foi tomada a seguinte pergunta: “o que tem sido produzido na literatura sobre Acessibilidade Cultural para pessoas com Deficiência Intelectual em Museus?” A investigação foi feita em bases de dados científicos, considerando livros e artigos de periódicos, trabalhos acadêmicos, normas técnicas, anais de congressos e publicações oficiais.

Procurou-se consultar dois vocabulários controlados para definição dos descritores: Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)⁹ e o Tesouro Brasileiro da Educação da INEP¹⁰, definindo-se os seguintes termos: “Deficiência Intelectual”, “Museus” e “Pessoas com Deficiência”.

Em Araujo (2019) encontra-se:

A conceituação dos termos e as relações entre eles, o que os define como descritores ou não, são determinadas pelo sistema ontológico de cada área do conhecimento como, os termos “Acessibilidade” e “Inclusão” são interdisciplinares eles foram utilizados como palavras-chave por não estarem contemplados em nenhuma das duas bases de estruturas conceituais (ARAUJO, 2019, p. 30).

Para identificar alguns pontos que foram menos abordados dentro da temática estabelecida, adotaram-se as seguintes estratégias de busca avançada para a utilização dos descritores e palavras-chave (com e sem aspas - usam-se aspas para delimitar e especificar o que é procurado), definindo como operador booleano AND: *Cultural Accessibility AND Intellectual Disability* (E1), *Cultural Accessibility AND Museums* (E2), *Cultural Accessibility AND Disabled people* (E3), *Cultural Accessibility AND Education, Continuing* (E4), *Social Inclusion AND Intellectual Disability* (E5), *Social Inclusion AND Museums* (E6), *Social Inclusion AND Disabled people* (E7),

⁹ <https://decs.bvsalud.org> DeCS (bvsalud.org), [DeCS \(bvsalud.org\)](https://decs.bvsalud.org). Acesso em: 17 nov. 2021.

¹⁰ <http://www.uel.br/revistas/informacao/tbci/vocab/index.php>. Acesso em: 17 nov. 2021.

Social Inclusion AND Education, Continuing (E8). Optou-se pelo uso dos termos em língua inglesa, como refinamento da pesquisa bibliográfica.

Acessou-se, no período de novembro de 2021, sem recorte temporal nas buscas, a base de dado para o levantamento bibliográfico do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹¹.

Estratégia de busca	Palavra-chave	Operador booleano	Descritor	Resultado sem aspas	Resultado com aspas
(E1)	<i>Cultural accessibility</i>	AND	<i>Intellectual Disability</i>	22	nenhum
(E2)	<i>Cultural accessibility</i>	AND	<i>Museums</i>	29	3
(E3)	<i>Cultural accessibility</i>	AND	<i>Disabled people</i>	42	47
(E4)	<i>Cultural accessibility</i>	AND	<i>Education, Continuing</i>	21	nenhum
(E5)	<i>Social Inclusion</i>	AND	<i>Intellectual Disability</i>	994	9
(E6)	<i>Social Inclusion</i>	AND	<i>Museums</i>	33.498	2.302
(E7)	<i>Social Inclusion</i>		<i>Disabled people</i>	46.155	2.733
(E8)	<i>Social Inclusion</i>	AND	<i>Education, Continuing</i>	92.797	81

Quadro 1: Resultado de busca pelo Portal de Periódicos CAPES
Fonte: A autora, 2021

Quando se fez a busca utilizando aspas, obteve-se um resultado bem inferior, chegando até a não encontrar nenhum resultado nas E1 e E4. Encontrou-se nas E2, E5, E6, E7 itens relevantes que contribuiriam para a pesquisa (quadro 1).

Esses dados refletem a interdisciplinaridade da área em questão e ratificam que é um assunto em crescimento no campo das pesquisas, não se esgotando as possibilidades de contribuições e reflexões na área estabelecida.

Desta forma, é fundamental a realização de um curso de extensão com este foco, pois a demanda em formar profissionais de museus, de centros culturais, educadores da rede básica do ensino, graduandos e pós-graduandos nesta temática se faz urgente e necessária para uma prática inclusiva, acessível e consolidação do tema.

No intuito de alcançar os objetivos desta dissertação, foi concebido e cadastrado na plataforma de gestão acadêmica da UFRJ SIGA o Curso de Extensão

¹¹<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2021.

intitulado "Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual".

O curso ofertado teve como objetivo geral contribuir para a formação continuada de profissionais de museus e da rede básica de ensino que atuam com a acessibilidade e inclusão de pessoas com Deficiência Intelectual em museus e espaços culturais com uso de Tecnologia Assistiva. Dentre os objetivos específicos do curso estão os seguintes:

- a) formar em acessibilidade cultural os profissionais que atuarão direta e indiretamente com o público de pessoas com Deficiência Intelectual;
- b) socializar concepções, visões, interesses e buscas referentes ao processo de inclusão social;
- c) discutir os conhecimentos que são mobilizados no enfrentamento dos desafios da inclusão da pessoa com Deficiência Intelectual;
- d) analisar possibilidades e limites do trabalho dos educadores em museus;
- e) debater limites e possibilidades dos saberes e fazeres dos educadores na sua atuação;
- f) dialogar com profissionais de diversas áreas, buscando cooperação para enfrentar os dilemas da inclusão social e cultural da pessoa com deficiência;
- g) debater sobre a Educação Ambiental, o Tempo Geológico e a construção do conhecimento da pessoa com Deficiência Intelectual;
- h) instrumentalizar os profissionais do educativo de museus e centros culturais para atuação com pessoas com Deficiência Intelectual; e
- i) promover a divulgação das propostas do MGeo e buscar a consolidação de parcerias, visando a formação de público.

O curso teve carga horária total de vinte e uma horas e foi dividido em sete módulos. O Módulo I abordou o Tempo Geológico e a Educação Ambiental no contexto da Acessibilidade Cultural; o Módulo II, os Aspectos Gerais da Deficiência; o Módulo III, os Direitos Humanos e Legislação no Campo da Deficiência; o Módulo IV, a Tecnologia Assistiva no MGeo, o Módulo V, as Estratégias para mediação em museus de crianças e jovens com Deficiência Intelectual; o Módulo VI, a

Audiodescrição e o último Módulo, abordou uma visita virtual à exposição “Memórias da Terra” do MGeo.

A proposta do curso foi elaborada pela autora, com o apoio da equipe do MGeo em parceria com o NIDES, aprovado pela Câmara de Extensão e Congregação do IGEO, em agosto de 2021. Foi feito o registro junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ e seu cadastro no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA).

A metodologia para a realização do curso foi participativa. O planejamento das aulas foi realizado através de reuniões com a equipe, buscando ter como princípio os apontamentos de Freire (1987).

[...] ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu (FREIRE, 1987, p. 44-45).

As reuniões foram registradas em relatos que serviram de documentos para posterior análise, bem como os registros das aulas realizadas.

Cada módulo teve professores facilitadores convidados abordando a temática estabelecida através de uma exposição inicial oral, abrindo para o diálogo com os cursistas e algumas oficinas. Dos sete módulos, três tiveram oficinas.

Durante cada módulo do curso foi aplicado um questionário semiaberto para análise da metodologia empregada com o objetivo de contribuir para a construção de categorias para a pesquisa. Ao final do curso, os cursistas fizeram uma avaliação geral através de um questionário, com auxílio da ferramenta *Google Form*.

O curso foi ofertado em março e abril de 2022, no formato remoto, com encontros síncronos através da plataforma *Zoom*, alugada pelo Projeto Geociências - Substantivo Feminino: Meninas Geocientistas de São Francisco de Itabapoana, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo Edital 09/2021 – Programa Meninas e Mulheres nas Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Computação.

A divulgação foi feita através das redes sociais do MGeo, da Extensão do IGEO, do portal de eventos da UFRJ, do envio de e-mails por mala direta às instituições museais, culturais e educacionais do Rio de Janeiro, e, também, através

de grupos no *WhatsApp*. Foram ofertadas 50 vagas, sendo 30 para o público externo à UFRJ e 20 para o público interno.

Ao final do curso, por meio da análise das respostas dos participantes e da consolidação das observações da vivência da autora, fez-se uma sistematização da experiência. Holliday (2006, p. 11) oferece “algumas pistas de respostas”, como ele mesmo afirma, para transpormos as limitações para a sistematização de experiências. Apresenta-nos situações práticas em que foram realizadas sistematizações com sucesso, além de contribuir com um embasamento teórico para reafirmar esse instrumento, fazendo-o possível e viável.

No MGeo não há um momento para sistematização das suas experiências, o que pode ser uma grande perda para a instituição, para sua equipe e para a comunidade em geral. Destaca-se, na apresentação deste estudo, que no âmbito do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural da UFRJ em 2019, foi realizada uma sistematização de estratégias para recepção e mediação de crianças e jovens com DI no MGeo, liderada pela pesquisadora/extensionista, em parceria com o Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da UFRJ e com a participação dos educadores museais, extensionistas, crianças e jovens com DI e seus responsáveis.

Como a sistematização procura reconstruir experiências, nesta pesquisa buscou-se realizar uma reflexão da práxis museológica e educativa através do curso de extensão “Aprendendo a lidar com a diversidade”.

Sistematizar experiências é derrubar os muros institucionais que separam a teoria da prática, o educador do educando, o opressor do oprimido (FREIRE, 2019), o saber popular do saber acadêmico, a participação da alienação (MARX, 1996), o trabalhador da sua práxis.

O conceito de sistematização de experiências apresenta muitos pontos em comum com o conceito da extensão universitária estabelecido no art. 2º, da Resolução Conjunta (CEG - CEU) nº 01/2021, que afirma que “as ações de extensão universitária são compreendidas como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (UFRJ, 2021).

Destacam-se nessa relação, a realidade, a dialogicidade, a horizontalidade entre os atores sociais, o processo participativo, o compartilhamento de ideias e aprendizado, o entendimento do processo, para que se proponha mudanças para a transformação social e para uma reflexão crítica na/da práxis.

A avaliação e a sistematização do processo de construção e execução do curso de extensão foi o produto desta pesquisa, apresentado no capítulo quatro.

O capítulo que se segue subsidia o referencial teórico adotado para fundamentar os conceitos relacionados à pesquisa, permitindo um olhar com mais atenção na temática proposta.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico norteador desta pesquisa foi baseado na Educação Ambiental, Educação Museal, Comunicação Científica, Acessibilidade Cultural, Tecnologia Assistiva, Tecnologia Social, Deficiência Intelectual e Formação Continuada de Educadores, tendo como principais autores Paulo Freire, Romeu Sassaki, Viviane Sarraf, Michel Thiollent, Fernanda Castro, Renato Dagnino e legislações pertinentes. Esta revisão de literatura faz-se necessária para que se compreenda as nuances que envolvem os conceitos e práticas abordados na pesquisa.

3.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO MUSEAL E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A educação ambiental é um tema fundamental para os questionamentos da relação do ser humano com o meio ambiente e dos desafios para o desenvolvimento sustentável provindos dessa relação. As legislações e documentos nacionais norteiam a educação ambiental nos currículos escolares e na educação não-formal.

A Constituição Federal Brasileira aponta a educação como um direito de todo cidadão e um dever do Estado e da família (art. 205º) e ao abordar o meio ambiente em seu art. 225º, inciso VI, estabelece que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: (...)

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988).

Complementando a Constituição Federal, há a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

No seu artigo primeiro, encontra-se a seguinte conceituação de educação ambiental:

Entendem-se por Educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos,

habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Esse conceito está de acordo com as discussões estabelecidas na Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosica/Peru (1976), na Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977).

O artigo 2º da Lei nº 9.795 apresenta a Educação Ambiental como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999).

Para orientar o ensino nas instituições formais (escola) há a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este documento estabelece conhecimentos, competências e habilidades que todos os estudantes precisam desenvolver ao longo da escolaridade básica. Além das disciplinas básicas, os currículos de ensino devem prever temas contemporâneos e um deles é a educação ambiental como destacado na citação abaixo:

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: (...) **educação ambiental** (Lei nº 9.795/1999) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 19).

Para Loureiro (2012, p. 22-23), a universalização da legislação reflete o crescimento de uma consciência coletiva. Neste sentido, o autor afirma que “nenhuma prática em educação ambiental é neutra, pois cada ação pedagógica é também uma ação que expressa visões de mundo e gera efeitos na vida coletiva”. Ainda considera que a Educação “engloba sempre outra pessoa – que também é singular – o diálogo, a mobilização, o conhecimento, a mudança cultural, a intervenção política e a participação”, trazendo, assim, o conceito de Educação Ambiental Crítica.

Ainda não há uma orientação consolidada para a Educação Ambiental fora dos bancos escolares. No entanto, reflete-se sobre a possibilidade de instituições museais abordarem essa temática.

O extinto Ministério da Cultura¹² afirmava que “Museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Museus são conceitos e práticas em metamorfose” (IBRAM, 2005)¹³. Em agosto de 2022, o Conselho Internacional de Museus (ICOM), após várias discussões e consultas públicas, aprovou um novo conceito para museu:

Um museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos ao serviço da sociedade que pesquisa, recolhe, conserva, interpreta e exhibe património tangível e intangível. Aberto ao público, acessível e inclusivo, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Eles operam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas para educação, prazer, reflexão e compartilhamento de conhecimento (ICOM, 2022).

Neste sentido, os museus, principalmente os científicos, são instituições de Educação Museal – modalidade discutida pelos profissionais de museus e nomenclatura adotada neste estudo, em substituição à educação não-formal – com potencial para difusão da Educação Ambiental de forma transversal, acessível, inclusiva e diversa. Os museus, por serem um espaço de cultura e lazer, podem abordar a temática de uma forma lúdica, tecnológica e divertida. A importância da diversificação dos locais e meios que abordem a Educação Ambiental se justifica na medida em que

O contexto social atual exige o empenho de todas as áreas do conhecimento nas discussões para se buscar superar as nefastas consequências de degradação socioambiental. Neste cenário de crise, destaca-se a função social da educação e da ciência, e em particular suas interfaces, a educação em ciências em interlocução com os pressupostos da educação ambiental crítica, que podem oferecer uma grande contribuição recíproca na construção da sustentabilidade socioambiental. Pois para discutir e se engajar como cidadão no enfrentamento dos problemas socioambientais, a população precisa estar cientificamente alfabetizada, politicamente consciente e engajada (GUIMARÃES, VASCONCELLOS, 2006, p. 153).

¹²Em 2019 (Lei Nº 13.844, de 18 de junho de 2019), no governo do então Presidente Jair Messias Bolsonaro, o Ministério da Cultura foi extinto e incorporado ao Ministério da Cidadania e posteriormente à pasta de Turismo. Em 2023, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através da Medida Provisória 1154/23 “foi recriado com a atribuição de cuidar das políticas nacionais de cultura e das artes, zelar pelo patrimônio histórico, artístico e cultural; regular os direitos autorais, entre outras finalidades” (BRASIL, 2023). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1154.htm e <https://www.camara.leg.br/noticias/932594-primeira-mp-do-governo-lula-preve-37-ministerios-sem-aumento-de-despesa/> Acesso em: 10 fev. 2023.

¹³Trechos retirados do site do Sistema Brasileiro de Museus. Disponível em: http://www.museus.gov.br/sbm/oqueemuseu_apresentacao.htm Acesso em: 12 jun. 2021.

No contexto de museus científicos encontra-se o Museu da Geodiversidade e sua exposição “Memórias da Terra” apresenta forte potencial para a abrangência da Educação Ambiental crítica.

Costa *et al* (2018, p. 73) abordam algumas discussões sobre a terminologia para conceituar a educação realizada pelos profissionais de museus, na busca de uma expressão que melhor represente o processo de ensino-aprendizagem nesse espaço. Segundo os autores, expressões como “educação extraescolar”, “educação não formal” e “educação permanente”, “educação em museus” (MCMANUS, 2013), “educação patrimonial”, “educação para o patrimônio” (GRINSPUM, 2000, *idem*) e “educação com o patrimônio”, “pedagogia museal” (ALLARD; BOUCHER, 1998, p. 390 *apud* DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013), “experiência museal” (FALK; DIERKING, 1998) e “aprendizagem museal” (FALK; DIERKING, 1998; HEIN, 1998; HOOPER-GREENHILL, 1999) foram utilizadas durante muito tempo para caracterizar o trabalho educativo realizado nos museus.

O conceito estruturado de Educação Museal é muito recente, vindo substituir o termo educação não-formal em museus, entretanto sua prática em instituições museais é secular. Aqui no Brasil, data de 1927 a criação do primeiro setor educativo de uma instituição museal institucionalizada, o Setor de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (SAE-MN), criado por Roquete Pinto.

Esse conceito foi construído coletivamente com os atores que atuam diariamente em museus. Apesar de secular, foi somente em 2018 que se oficializou a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), depois de 8 anos de discussões iniciadas pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2018, p.14).

Pela sua singularidade e aspectos próprios, a práxis educativa em museus busca sua identidade ao usar o termo Educação Museal como:

[...] uma reivindicação tanto de uma modalidade educacional – que contempla um conjunto integrado de planejamento, sistematização, realização, registro e avaliação dos programas, projetos e ações educativas museais – quanto de um campo científico (COSTA *et al*, p. 73, 2018).

De acordo com o princípio 2 da PNEM “a Educação Museal compreende um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade” (IBRAM, 2018, p. 44). É nesse sentido que os atores do museu (museólogos, historiadores, restauradores,

conservadores, pedagogos, educadores, dentre outros) junto ao seu público visitante precisam fazer da Educação Museal uma práxis reflexiva, oferecendo subsídios para uma transformação social.

Baseado na proposta emancipatória e dialógica de Paulo Freire, a Museologia toma para si os aspectos da educação libertadora e se reinventa dando lugar a uma “Nova Museologia” onde a “Educação Museal atua para uma formação crítica e integral dos indivíduos, sua emancipação e atuação consciente na sociedade com o fim de transformá-la” (IBRAM, 2018, p. 74).

Segundo Soares e Gruzman (2019) um museu apresenta três pilares fundamentais que o sustentam. São eles a preservação, a pesquisa e a comunicação. A comunicação está inserida na função educativa do museu:

[...] por seu tempo, compreende a possibilidade de disponibilização do acervo ao público, estabelecendo uma relação entre o visitante e os bens culturais musealizados. Neste terceiro pilar, a educação e as exposições encontram-se inseridos, embora alguns autores reivindiquem certa autonomia da educação em relação à comunicação (SOARES; GRUZMAN, 2019, p. 121).

Para Freire (2019), a educação deve respeitar uma relação de dialogicidade entre os sujeitos. O diálogo cria base para a cooperação e é fundamental para a aproximação do educando ao conteúdo e ao objeto de sua aprendizagem. Esse diálogo deve fazer parte de uma prática reflexiva e de um pensamento crítico acerca da realidade do educador. Numa relação de horizontalidade, educador e educando ensinam e aprendem simultaneamente um com o outro, “mas, se a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens” (FREIRE, 1987, p. 44).

Nesse mesmo sentido, Samagaia (2006, p. 251) reflete sobre os termos divulgação científica e comunicação científica afirmando que o primeiro é feito de uma forma de via única: “possui uma lógica própria, agregada a uma compreensão do que é a ciência, de quem são os leigos e de quais relações podem ser estabelecidas entre eles. Estes elementos delimitam as práticas e os objetivos daquilo que é proposto”. Pressupõe-se aqui que a academia apenas transmite dados científicos para a população, que os recebe passivamente sem nenhuma interferência sobre a ciência.

Já ao abordar o conceito de comunicação científica, declara que,

[...] tem a vantagem de evocar uma imagem mais dialógica, mais participativa. Quem se comunica, se comunica com alguém. Já, quem divulga, divulga para alguém! Essas diferenças implicam em concepções sobre os sujeitos (do conhecimento) e sobre as relações educativas que orientam o processo de apropriação de conhecimentos e práticas científicas (SAMAGAIA, 2006, p. 251-252).

Por ser um museu universitário, o Museu da Geodiversidade também está comprometido com as diretrizes da Extensão Universitária, pactuadas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX, 2012). Dentre as cinco diretrizes, destacam-se as diretrizes de interação dialógica e do impacto na transformação social, pois apresentam como pressuposto teórico-prático a proposta de educação freireana, que se relaciona com o pressuposto adotado pelo MGeo, referente à educação museal.

A Educação Museal no MGeo é “permeada pela prática da dialogicidade e problematização” (SAMAGAIA, 2006, p. 256), levando ao visitante uma reflexão da relação do ser humano com os recursos naturais do Planeta Terra, da existência humana e de outras espécies, bem como a extinção dos registros geológicos deixados no planeta e como esse planeta permanecerá daqui para frente. Nessa prática de ação-reflexão, os estudantes de graduação que fazem parte da equipe do MGeo também são estimulados a se reinventarem a todo instante.

A comunicação científica acerca da Educação Ambiental num espaço museal, através da ludicidade e apoio de tecnologias, pode despertar a curiosidade, o papel investigador do cidadão, refletir sobre a história cósmica no planeta, além de contribuir com um senso crítico na formação profissional e com a construção de hábitos saudáveis nas relações socioambientais e, nesse sentido, é uma oportunidade muito valiosa como estratégia educacional na Educação Museal.

3.2 ACESSIBILIDADE CULTURAL, TECNOLOGIA ASSISTIVA E TECNOLOGIA SOCIAL

A acessibilidade é regulamentada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Capítulo I, Artigo 3º, Inciso I como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público,

de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p. 10-11).

Durante muitos anos as pessoas com deficiência foram excluídas¹⁴ da sociedade por extermínio, exclusão ou abandono (SASSAKI, 2010), o que levou esse grupo de pessoas a lutarem primeiramente pelo direito à vida.

O movimento de inclusão de pessoas com deficiência surgiu após a Segunda Guerra Mundial, momento em que diversas pessoas se tornaram indivíduos com algum tipo de deficiência.

A Declaração Internacional de Direitos Humanos (ONU, 1948), documento de referência para garantia dos direitos do ser humano, veio para reconhecer e assegurar a vida e os direitos inerentes a ela, trazendo o princípio da igualdade em seu Artigo 1º “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”.

Já em seu artigo 27º, a Declaração afirma que “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (ONU, 1948), fazendo com que as instituições culturais procurem se adequar para receber todo e qualquer tipo de público.

Segundo Dorneles, Carvalho e Silva (2016, p. 8) a acessibilidade cultural “é um campo complexo e interdisciplinar, assim como as deficiências em si”. Também é um conceito novo e em evolução. A acessibilidade cultural deve proporcionar bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural dos indivíduos com deficiência, beneficiando públicos diversos, sendo assim para todos.

Para garantir esse direito, os equipamentos culturais precisam eliminar as diversas barreiras existentes. De acordo com Sarraf (2018, p. 24) “as adequações promovidas para acessibilidade não são necessidades exclusivas das pessoas com deficiência física, visual, auditiva, múltipla e intelectual”. Quando as barreiras são

¹⁴ A exclusão de corpos considerados “fora do padrão” numa sociedade capitalista, misógina, cis-hetero-patriarcal e colonialista é refletida nas diversas formas de exclusão, opressão e exploração. Mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência são exemplos de alguns sujeitos tidos como “improdutivos” nesse sistema, segundo autores como Davis (2016), Kilomba (2019), Hooks (2013) e Federici (2018).

eliminadas, todos são beneficiados com melhor acesso. Para que isso aconteça é preciso observar as seis dimensões da acessibilidade propostas a seguir:

Arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência) (SASSAKI, 2009, p. 10-11).

Levando em consideração a acessibilidade plena, o Plano Nacional de Cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013, p. 86) estabeleceu a meta 29, em que “100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência”, com a intenção de que todos os espaços culturais brasileiros ofereçam acessibilidade plena aos seus usuários com algum tipo de deficiência.

Corroborando com o tema, Sarraf (2018) afirma que a Acessibilidade Cultural:

[...] pressupõe que os espaços públicos e privados que acolhem os diferentes tipos de produção cultural como exposições, espetáculos, audiovisual, cursos, oficinas, eventos e todos os demais tipos de ofertas, devem oferecer um conjunto de adequações, medidas e atitudes que proporcionem bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural para pessoas com deficiência, beneficiando públicos diversos (SARRAF, 2018, p. 25).

Dentro dessa conceituação, pode-se destacar alguns recursos e algumas estratégias para tornar um museu acessível e promotor de oportunidades equitativas para todos os públicos. São elas: audiodescrição, mapas e maquetes táteis, uso da Libras, piso podotátil, treinamento da equipe, rampas e banheiros adaptados, utilização de pranchas de comunicação alternativa e linguagem simples, dentre outras Tecnologias Assistivas.

Dorneles, Carvalho e Silva (2016) abordam a necessidade da formação profissional em acessibilidade cultural, perpassando por questões de políticas públicas, cidadania cultural e Tecnologia Assistiva. Para as autoras “urge que as tecnologias para a realização da fruição estética sejam socializadas, divulgadas e fomentadas” (DORNELES; CARVALHO; SILVA, 2016, p. 3).

Em se tratando de acessibilidade, a Tecnologia Assistiva, um dos pilares desta pesquisa, tem como objetivo aprimorar a compreensão do conteúdo e de facilitar a condução das pessoas com deficiência, em consonância com Mello (1997 *apud* ROCHA; CASTIGLIONI, 2005), que afirma que a tecnologia

[...] é considerada Assistiva quando é usada para auxiliar no desempenho funcional de atividades, reduzindo incapacidades para a realização de atividades da vida diária e da vida prática, nos diversos domínios do cotidiano. É diferente da tecnologia reabilitadora, usada, por exemplo, para auxiliar na recuperação de movimentos diminuídos (MELLO, 1997 *apud* ROCHA; CASTIGLIONI, 2005, p. 98).

Ainda sobre esse tema, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI, no inciso III, art. 3º, considera Tecnologia Assistiva ou ajuda técnica como:

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015, p. 11).

Considerando esse contexto, o início da história da acessibilidade cultural e a utilização da Tecnologia Assistiva nos museus se deu no início do século XXI, época em que esses espaços começaram a priorizar experiências multissensoriais em suas exposições e a adequarem o acesso à linguagem e à comunicação, visto que,

As populações que representam os beneficiários diretos da aplicação da comunicação sensorial e das estratégias de mediações acessíveis necessitam de recursos que proponham percepções por meio dos sentidos que não se limitem à visão e audição; adequações espaciais que proporcionem acesso aos indivíduos que se locomovem de maneiras diferentes e com equipamentos; estratégias de comunicação alternativas que privilegiem diversos níveis de cognição e outros aspectos que respeitem as diferentes disposições dos indivíduos que formam nossa sociedade diversa (SARRAF, 2015, p. 63).

Desde o surgimento da tecnologia, o ser humano vem adaptando, evoluindo e melhorando as suas técnicas. A Tecnologia Convencional permanece a favor da sociedade capitalista, posto que muitos dos recursos tecnológicos agridem o meio ambiente, necessitam de muito capital para serem produzidos, substituem a mão-de-obra humana por máquinas. Entretanto, nos anos 1970, surge um movimento para repensar o uso da Tecnologia Convencional: a Tecnologia Social.

O conceito de Tecnologia Social (TS), segundo Dagnino (2004) vem sendo bastante empregado na área das Engenharias, embora o autor o retrate como uma “utopia a ser construída”. Trata-se de um modelo em oposição à Tecnologia

Convencional que busca a inclusão social, trabalho e renda, a democratização dos recursos, a criatividade e a igualdade.

Dagnino (2004, p. 51) aponta alguns pontos relativos à Tecnologia Social, como a participação comunitária no processo decisório, baixo custo dos produtos, simplicidade, efeitos positivos na geração de renda e a utilização dos recursos disponíveis em certa sociedade. Para o autor, a Tecnologia Social é em si mesma um processo de construção social e, portanto, político (e não apenas um produto) que terá de ser operacionalizado nas condições dadas pelo ambiente específico em que irá ocorrer, e cuja cena final depende dessas condições e da interação passível de ser lograda entre os atores envolvidos.

A Teoria Crítica da Tecnologia oferece subsídios para materializar na ação profissional e institucional a mudança de paradigmas para o mundo. É necessário mudar, intrinsecamente, a forma de pensar, de agir e, além disso, lutar contra a hegemonia capitalista dominante. Do lugar de cidadão, é necessário que se faça uma crítica ao conhecimento científico produzido nas universidades públicas, levando a reflexão sobre a formação de profissionais.

O espaço acadêmico não é neutro. As relações de poder estão impregnadas e reproduzem o modelo do colonizador europeu, bem como a tecnologia produzida pelas universidades. Do ponto de vista de autores com perspectivas feminista, racial e do cuidado, a tecnologia também é vista como uma forma de dominação dos “homens brancos”.

Kilomba (2019, p. 52), referindo-se à “branquitude”, afirma que “quando eles falam, é científico, quando nós falamos, não é científico”, considerando que tudo que é oposto ao padrão estabelecido pelo modelo europeu (negro, indígena, mulher, pessoa com deficiência, LGBTQIA+ e outros grupos invisibilizados) determina quem pode falar, promovendo uma prática de poder e violência representado pelo que é dominante.

Ainda segundo Kilomba (2019, p. 50) “os conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial”. Assim, pode-se incluir o conceito de Tecnologia Convencional também ligado ao modelo do colonizador europeu. Aqui cabe uma reflexão: as pessoas com deficiência têm momento de fala na construção e implementação da Tecnologia Assistiva?

Ao introduzir a Tecnologia Assistiva como uma possibilidade de ofertar autonomia e independência para as pessoas com deficiência, procura-se romper com o paradigma da exclusão desses corpos e sujeitos que por muito tempo foram considerados desumanos, primitivos, brutais e fora do padrão colonizador, dando voz e vez de fala.

A Tecnologia Assistiva, quando se faz liberadora do potencial e da criatividade de quem a produz, quando feita com custo abaixo da média, com a participação dos atores sociais beneficiários, para a não discriminação, para gerar a inclusão de pessoas com deficiência, pode ser considerada uma Tecnologia Social, oferecendo um suporte para que o acesso e a permanência em diferentes setores sejam feitos de forma equitativa, respeitando os direitos humano.

Neste ponto, a inserção da Tecnologia Assistiva nos museus auxilia a inclusão de pessoas com deficiência, visto que é uma ajuda na comunicação e no acesso para este tipo de público.

A sociedade apresenta diferentes indivíduos com diversas formas de pensar, de ver o mundo e de colocar-se nele. Não mais se admite que os museus ainda tenham uma visão tradicional, fazendo uso apenas do aspecto visual para comunicar seu conteúdo, nem mesmo não divulgar as tecnologias usadas.

Oferecer um museu acessível e inclusivo é valorizar todas as pessoas, com ou sem deficiência, criança ou adulto, nacional ou estrangeiro. A inclusão social e cultural da criança e do jovem com Deficiência Intelectual permite que muitos se desenvolvam e assumam um papel produtivo dentro da sociedade, pois como afirma Sasaki (2010, p. 39), a inclusão social é “como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência (além de outras) e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

Um museu universitário inclusivo baseia-se nos princípios da indissociabilidade entre pesquisa, ensino, extensão e nos princípios da acessibilidade, no sentido mais amplo desses conceitos. É fundamental ter a consciência de que o impedimento para as pessoas com deficiência não é sua limitação, mas sim, as barreiras existentes nos locais, nas informações, nos serviços e nas pessoas. Dar acesso é permitir uma

prática inclusiva e esse acesso precisa ser construído numa relação dialógica com o sujeito, como afirma Freire (1996).

É neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos (FREIRE, 1996, p. 25).

Neste sentido, Acessibilidade Cultural, Tecnologia Assistiva e Tecnologia Social caminham para uma prática democrática, inclusiva, crítica, dialógica, reflexiva, participativa, possibilitando a geração e o compartilhamento de novos conhecimentos, bem como a construção coletiva de uma sociedade saudável.

Os desafios são muitos e se mostram urgentes. É necessário romper as barreiras que separam a universidade de outros setores da sociedade. É fundamental que toda essa produção esteja a favor da evolução do ser humano e de um desenvolvimento mais sustentável.

3.3 FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES

Um desafio encontrado quando se aborda a educação em museus é a formação de educadores, tanto os que atuam em instituições museais quanto os que atuam em escolas e visitam museus com seus alunos.

Aracri (2013, p. 13) realizou um estudo sobre o capital cultural de docentes que visitaram o MGeo em 2013, com a intenção de “analisar o modo como o museu e suas ações educativas são percebidas por esses professores”, e concluiu que ainda há muitas lacunas entre a formação dos docentes e dos educadores museais. Sua pesquisa apontou para a importância de os museus conhecerem os educadores que os visitam, bem como percebem suas ações educativas afirmando que:

O ganho que esta investigação traz para a área da educação em museus também é muito significativo, ao passo que conhecer os professores que visitam museus com seus alunos favorece a elaboração de atividades educativas e uma maior e melhor aproximação com o público docente, auxiliando assim para consolidação da função social do museu junto ao universo escolar (ARACRI, 2013, p. 13).

Sobre esse tema, Gruzman e Siqueira (2007) destacam que, de acordo com Melber e Cox-Petersen (2005), num estudo feito sobre o alcance de três oficinas para docentes em um museu de história natural na Califórnia, Estados Unidos,

[...] nos relatos dos professores, as oficinas atuaram tanto na ampliação da sua compreensão dos conteúdos e processos da ciência como propiciaram um melhor conhecimento e articulação dos recursos pedagógicos disponíveis para o ensino (GRUZMAN; SIQUEIRA, 2007, p. 419).

A formação de educadores museais deve estar prevista no Programa Educativo e Cultural do Museu, segundo a PNEM. Neste sentido, uma das metas estabelecidas no Plano Museológico do MGeo, pelo seu Programa Educativo, é “oferecer ações de formação para docentes da Educação Básica, com vistas a aprofundar seus conhecimentos sobre Geociências e Educação Museal” (UFRJ, 2020b, p. 47).

A PNEM (2018, p. 43) tem entre seus principais objetivos “direcionar a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, subsidiando a atuação dos educadores”. Ela também estabelece princípios e diretrizes para a Educação Museal, abordando, no Eixo II, os profissionais, a formação e a pesquisa, tendo como Diretriz 1 “Promover o profissional de educação museal, incentivando o investimento na formação específica e continuada de profissionais que atuam no campo”.

Soares e Gruzman (2019) refletem sobre a importância da superação da dicotomia existente entre os educadores museais e os docentes, afirmando que:

Embora imersos neste debate sobre o lugar ocupado pelos setores educativos, compreende-se que os educadores que trabalham diretamente com o público visitante representam uma fala institucional autorizada. Em função da forte presença do público escolar nas estatísticas de visitação dos museus, haveria uma associação dos educadores museais com professores, em especial por parte dos escolares. No campo escolar, os professores figuram como aqueles que mediam a relação entre os saberes científicos e os saberes de ensino. Os educadores em museus vêm sendo apresentados como aqueles que mediam os saberes presentes nos conteúdos musealizados e o público, os valores institucionais e as narrativas apresentadas pelos objetos, entre outros. Desse modo, é conveniente reconhecer que a dicotomia entre quem produz e a quem cabe a tarefa de traduzi-la ao público ainda seja um desafio a ser enfrentado pelos museus (SOARES; GRUZMAN, 2019, p. 119-120).

Os educadores museais se formam na prática. Muitos museus realizam programas de residência e estágio. No caso dos museus universitários, vinculados à extensão, a formação é realizada com estudantes extensionistas e/ou de iniciação científica.

Por outro lado, ainda não há a institucionalização da profissão Educador Museal prevista na Diretriz 4¹⁵, do Eixo II – Profissionais, formação e pesquisa, da PNEM, e, atualmente, os esforços se voltam para uma formação integral, para a valorização desses profissionais e por seu reconhecimento, visto que:

A proposta de conceituação da educação museal, construída na PNEM, diferencia-se de outras noções de educação pré-existentes nos campos do patrimônio e da memória por colocar no centro da ação educativa museal o indivíduo e a necessidade de sua formação, emancipação e atuação crítica na transformação da sociedade (COSTA *et al*, 2021, p.136).

Para Freire (2019, p. 140), os saberes necessários à prática educativa norteiam a formação de educadores éticos, afetivos, curiosos, críticos, que respeitam a autonomia de ser do educando, que tenham disponibilidade para o diálogo, que tenham capacidade científica e domínio técnico a serviço da mudança.

Ainda segundo o autor, “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 2019, p. 40). Neste sentido, tanto os docentes quanto os educadores museais devem fazer *na e da* sua prática um momento de reflexão sobre suas ações, perspectivas e aprendizado.

Nos cursos de formação de professores, pedagogia e licenciaturas não se aprende como, nem de que modo os educadores devem usar um museu, bem como ainda não existe uma graduação para se formar educadores museais. Essa questão é salientada por Aracri (2013), quando observa que o educador que leva seus alunos a museus, na maioria das vezes, foi incentivado por sua família durante sua vida pessoal.

Ainda nesse sentido, é necessário suprir a carência de formação em acessibilidade cultural nos cursos de graduação, de forma geral, seja através de cursos de formação continuada ou de estágios nos espaços museais.

É necessário salientar a importância de a equipe do museu atuar oferecendo cursos de formação continuada para educadores. O que se observa é que os

¹⁵Valorizar o profissional da educação museal, incentivando a formalização da profissão, o estabelecimento de planos de carreira, a realização de concursos públicos e a criação de parâmetros nacionais para a equiparação da remuneração nas várias regiões do país (BRASIL, PNEM, 2018, p. 06).

educadores museais são advindos de diferentes áreas de formação e, na maioria das vezes, já foram estagiários de um museu.

Outro elemento bastante comum no contexto dos museus brasileiros é a presença de estagiários, bolsistas ou voluntários desenvolvendo as ações educativas. Se de um lado, o museu é tomado como espaço formativo e laboral, de outro lado, a curta permanência de tempo desses sujeitos nas instituições, impedindo que um programa de qualificação de longo prazo seja estabelecido, pode se configurar como um ponto de fragilidade. O contato com dados empíricos e a partir de narrativas trazidas pelas redes de educadores em museus no Brasil vem apontando, inclusive, museus onde a área educativa é quase totalmente desenvolvida por estagiários (SOARES; GRUZMAN, 2019, p. 120).

Nesta perspectiva, torna-se fundamental estimular o diálogo entre os profissionais de museu e os profissionais da educação de ensino básico, por meio de cursos de formação continuada, propondo-se uma interação horizontal e uma dialogicidade de modo que o protagonismo de ambos seja fortalecido.

Em se tratando de formação continuada em acessibilidade cultural, são muitos os caminhos a serem percorridos. Encontra-se a diversidade na tipologia das deficiências (física, visual, auditiva, intelectual e múltiplas). Cada uma com suas especificidades e singularidades. Na próxima seção é abordada a Deficiência Intelectual como um dos referenciais desta pesquisa.

3.4 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Toma-se como ponto de partida para apreciação do conceito de pessoa com deficiência nesta dissertação, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que em seu Artigo 2º traz a seguinte redação:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (LBI, 2015).

Esse conceito trazido pela LBI é baseado no modelo social da deficiência, em que coloca o prejuízo da incapacidade “na interação com uma ou mais barreiras” existentes na sociedade. Segundo Sasaki (2010, p. 44), “pelo modelo social da deficiência, os problemas da pessoa com deficiência não estão nela tanto quanto estão na sociedade. Assim, a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas com deficiência [...]”

No entanto, as classificações das deficiências em visual, auditiva, física, intelectual e múltiplas são feitas a partir do modelo médico da deficiência, que durante muito tempo prevaleceu como único na sociedade. No modelo médico da deficiência “a pessoa com deficiência é que precisa ser curada, tratada, reabilitada, habilitada etc., a fim de ser adequada à sociedade como ela é, sem maiores modificações” (SASSAKI, 2010, p. 29).

A partir dos anos 1970, os modelos, os conceitos, as nomenclaturas e as especificidades referentes à deficiência vieram evoluindo e trazendo concepções mais humanas e respeitadas para as pessoas.

Levando em consideração a Deficiência Intelectual, ainda há algumas confusões relacionadas aos termos utilizados para nomeá-la. Cientificamente já se adotou termos como retardo mental e deficiência mental, que eram considerados sinônimos de Deficiência Intelectual. Popularmente, também já foram empregados os termos excepcional, mongoloide, retardado, idiota e incapaz. Tais termos pejorativos foram usados em diferentes momentos históricos em que as pessoas com deficiência eram vistas como aberrações ou até mesmo monstros.

Assim, as considerações deste estudo baseiam-se na maior e mais antiga sociedade profissional preocupada acadêmica e cientificamente com a Deficiência Intelectual, a *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD). Sua criação deu-se em 1876 com o nome *American Association on Mental Retardation* (AAMR). Nota-se que o seu nome acompanhou as mudanças de paradigmas em relação às pessoas com DI.

A mudança de nomenclatura de Retardo Mental para Deficiência Intelectual aconteceu em 2004, pois a segunda expressão “é considerada menos ofensiva para as pessoas e demonstra mais respeito e dignidade” (VELTRONE; MENDES, 2012, p. 363), mostrando-se mais adequada à proposta do modelo social da deficiência. No mesmo sentido, Sasaki (2007) corrobora essa mudança ao afirmar que,

O novo conceito é mais real, mais de acordo com o que hoje se sabe sobre a inteligência humana e, portanto, faz justiça para a pessoa com deficiência mental. Muito ao contrário do que estabelecia o conceito anterior, que tanta injustiça causou à vida de milhões de pessoas com deficiência intelectual e suas famílias. (...) O termo substituiu "deficiência mental" em 2004, por recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), para evitar confusões com "doença mental", que é um estado patológico de pessoas que têm o intelecto igual da média, mas que, por algum problema, acabam

temporariamente sem usá-lo em sua capacidade plena (SASSAKI, 2007, p. 287 *apud* MASCARENHAS, 2018).

Segundo a AAIDD (2021), “a Deficiência Intelectual é uma condição caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo que se origina antes dos 22 anos”. Anteriormente, esse conceito considerava apenas os testes de QI (Quociente Intelectual) como indicativo da deficiência. Hoje, os aspectos que devem ser considerados num diagnóstico são os seguintes:

Habilidades conceituais – linguagem e alfabetização; conceitos de dinheiro, tempo e número; e autodireção.

Habilidades sociais – habilidades interpessoais, responsabilidade social, auto-estima, credulidade, ingenuidade (ou seja, cautela), resolução de problemas sociais e a capacidade de seguir regras/obedecer às leis e evitar ser vítima.

Habilidades práticas – atividades da vida diária (cuidados pessoais), habilidades ocupacionais, saúde, viagens/transporte, horários/rotinas, segurança, uso de dinheiro, uso do telefone (AAIDD, 2021).

Pessoas com Deficiência Intelectual apresentam dificuldades no desenvolvimento de pelo menos duas dessas habilidades citadas. A capacidade de abstração de conceitos, incompreensão de ideias complexas, a desorganização quanto às mudanças repentinas, a comunicação não-oralizada, agressividade ou grande agitação, dificuldade na resolução de problemas, planejamento, cuidado pessoal, habilidades sociais são algumas características de pessoas com DI (SANTOS, 2019, p. 8).

A importância dessas informações reside no fato de que os profissionais e pessoas que venham a conviver ou a ofertar algum tipo de serviço para pessoas com Deficiência Intelectual estejam preparados para implementação de ações e atitudes que garantam a acessibilidade e inclusão não só em museus, mas, também nos demais espaços culturais.

Logo, torna-se claro a importância de entender a funcionalidade e o desenvolvimento social e cognitivo das pessoas com Deficiência Intelectual para se propor atividades de formação que abranjam a Educação Museal.

No próximo capítulo é abordada a criação e execução de um curso de extensão para a formação continuada de profissionais de museus, de centros culturais, da rede

básica de ensino, de graduandos e pós-graduandos na área da acessibilidade cultural para pessoas com Deficiência Intelectual.

4 O CURSO DE EXTENSÃO “APRENDENDO A LIDAR COM A DIVERSIDADE: ACESSIBILIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O PÚBLICO INFANTO-JUVENIL COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL”

A divulgação para inscrição e seleção do curso (Anexo B) foi feita através das redes sociais do MGeo, da Extensão do IGEO, do portal de eventos da UFRJ, do envio de *e-mails* por mala direta às instituições museais, culturais e educacionais do Rio de Janeiro, e por meio de grupos no *WhatsApp*. Foram ofertadas 50 vagas, sendo 30 para o público externo à UFRJ e 20 para o público interno.

O Curso recebeu 468 inscrições de 22 estados, do Distrito Federal e 2 de Portugal, sendo pré-selecionados 113 candidatos. Dentre esses, 52 foram selecionados, pois confirmaram o interesse em participar do curso. A pré-seleção considerou os seguintes critérios: distribuição geográfica, atuação profissional e área do conhecimento, ser pessoa com deficiência e a justificativa do interesse em participar do curso.

O curso de extensão *Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual*, gratuito e remoto, aconteceu com encontros síncronos pela plataforma *Zoom*, alugada pelo Projeto Geociências - Substantivo Feminino: Meninas Geocientistas de São Francisco de Itabapoana, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio do Edital 09/2021 – Programa Meninas e Mulheres nas Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Computação. O período foi de março e abril de 2022, às quartas-feiras, no horário das 13:30 às 16:30, sendo que a sala virtual era aberta às 13:15h e os cursistas eram convidados a entrarem nesses 15 minutos antes do início para ambientação.

Os encontros eram gravados com consentimento e autorização dos participantes expressos no TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) (Apêndice D), para uso exclusivo científico e não foram disponibilizados posteriormente. Os vídeos e gravações ficaram sob a propriedade e guarda do grupo de pesquisadores pertencentes ao estudo.

Cada módulo do curso foi planejado com os professores convidados para produzirem o conteúdo. Dentre os professores encontram-se docentes, técnicos

administrativos, pesquisadores e estudantes que se dedicam aos temas propostos pelo curso.

Os encontros tiveram a mediação de dois profissionais do MGeo, Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro, Eduardo Alves Mendonça, além da pesquisadora, Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos. Eles começavam fazendo suas auto audiodescrição¹⁶, falando sobre os informes burocráticos e pedagógicos e apresentando os professores. Também ficavam atentos ao *chat* e incentivavam os cursistas a fazerem seus apontamentos. No primeiro encontro, a diretora do MGeo, Professora Katia Mansur deu as boas-vindas aos participantes falando sobre o quantitativo expressivo de inscritos, do quanto a equipe do MGeo vem se preparando e atuando no tema da acessibilidade e da importância de um espaço cultural estar preparado para receber, atender e dialogar com pessoas com deficiência.

Na dinâmica das aulas, os estudantes extensionistas se revezavam entre as tarefas de monitor, controlador do *chat*, controlador da presença e relato da aula. A participação de graduandos na equipe, além de atividades administrativas, enriquece o diálogo através das suas vivências pessoais e acadêmicas.

A referência bibliográfica básica fornecida pelos professores era disponibilizada para os cursistas uma semana antes da aula, por *e-mail*.

Antes do início do curso, os participantes foram convidados a se apresentarem num mural interativo através da plataforma *Padlet*¹⁷ (Anexo D). Cada cursista e os membros da equipe do curso colocaram uma foto, uma auto audiodescrição e falaram de onde eram e o que faziam. A proposta teve uma boa adesão com 39 apresentações, dos quais 29 pessoas eram cursistas e 10 pessoas da equipe, formando uma rede para futuras articulações.

Ao final de cada módulo era disponibilizado um questionário de avaliação via *Google Form* (Apêndice B) com o objetivo de tornar visíveis, caracterizados e mapeados os pontos em que foram alcançados os objetivos e aqueles em que

¹⁶ A audiodescrição consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão (FRANCO; SILVA, 2010). Neste sentido, a auto audiodescrição diz respeito a características físicas, como: altura, cor de pele, do cabelo, sobrancelhas, olhos, roupas, acessórios. A indicação de sua identidade de gênero e raça é opcional. A pessoa deve descrever também o seu fundo de tela (MASCARENHAS, 2022).

¹⁷Disponível em: <https://padlet.com/damiane3/aprendendoalidarcomadiversidade>.

precisaríamos melhorar, de modo que fosse possível o encaminhamento de soluções para a aperfeiçoamento de futuros encontros. No último encontro também foi disponibilizado um questionário de avaliação do curso, de uma forma geral. Em todos, não era necessário a identificação do cursista.

As próximas seções trazem a descrição de cada módulo.

4.1 MÓDULO I – ASPECTOS GERAIS DA DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE CULTURAL

O Módulo I foi realizado em 09 de março de 2022 e contou com a presença da Professora Miryam Pelosi, do Departamento de Terapia Ocupacional, da Faculdade de Medicina da UFRJ. Com o tema Aspectos Gerais da Deficiência e Acessibilidade Cultural, a aula objetivou abordar o conceito e as características da Deficiência Intelectual e o uso da Tecnologia Assistiva para auxiliar a comunicação e o aprendizado de pessoas com Deficiência Intelectual.

A professora compartilhou uma apresentação, leu os objetivos da aula e começou sua exposição oral falando sobre a diferença das terminologias Deficiência Intelectual e Mental, apresentando o Decreto nº 5.296/2004 que trazia a expressão deficiência mental para tipificar as pessoas com o funcionamento cognitivo inferior à média, sendo que o termo caiu em desuso pelos estudiosos. Já a Convenção das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) trazem a nova expressão Deficiência Intelectual. Explicou que a classificação da Deficiência Intelectual é feita pelo suporte necessário à pessoa: sem apoio, com apoio intermitente, apoio limitado, apoio extensivo ou apoio generalizado, até os 21 anos de idade.

Também apresentou as singularidades e diferenças entre as pessoas do grupo com Deficiência Intelectual, sendo elas as seguintes: a) dificuldades cognitivas, na compreensão de palavras e linguagem complexa, códigos e instruções múltiplas; b) dificuldades de atenção, memória de trabalho e tomada de decisão; e c) dificuldade de raciocínio, resolução de problemas, planejamento e abstração.

Foram exemplificadas, nesta aula, as necessidades e estratégias que podem ser utilizadas com pessoas com Deficiência Intelectual, sobretudo no meio cultural, abordando texto em linguagem simples e texto em linguagem simples com símbolos

e pranchas de comunicação. Também foram apresentados alguns exemplos de museus que utilizam tecnologias pensadas para todos e que podem beneficiar as pessoas com Deficiência Intelectual, como: circuito especial para crianças com pequenos desafios escritos em linguagem simples; maquetes; modelos em tamanho natural; realidade aumentada e imagem holográfica.

Para finalizar, a professora refletiu sobre a barreira atitudinal, destacando que é a mais difícil de se transpor e, para isso, apontou algumas atitudes necessárias no convívio com pessoas com deficiência, como, por exemplo, não subestimar a sua inteligência, trata-las com respeito, não as ignorar, dar-lhes o direito de escolha, enfatizando que o capacitismo se faz presente nas nossas ações e apenas com a eliminação da barreira atitudinal é possível incluir plenamente.

Após um breve intervalo, os cursistas participaram fazendo perguntas, alguns pelo *chat* e outros abrindo o microfone, o que levou a uma rica discussão do tema. Um cursista solicitou exemplos de pranchas de comunicação para serem usadas em museus. A professora mostrou alguns exemplos e compartilhou *links* de programas gratuitos para criação, edição e uso de pranchas de comunicação com símbolos pictográficos, tais como: a) Prancha Fácil - *software* desenvolvido pelo AssistUFRJ - Núcleo de Pesquisa em Tecnologia Assistiva da UFRJ¹⁸; b) *Picto4me*¹⁹ - *software* do *Google Chrome*, sendo que para usá-lo é necessário ter uma conta no *gmail*, pois as pranchas serão salvas no *Google Drive*; e c) símbolos pictográficos do portal *Arasaac*²⁰, de propriedade do *Centro Aragonés de Tecnologías para la Educación (Catedu)*, sob a licença *Creative Commons*.

Outra cursista falou sobre o uso da expressão “cadeirante” e a professora explicou que não se usa a expressão “andante” para designar uma pessoa que anda com as pernas. Então, o mais apropriado é o termo pessoa na cadeira de rodas.

A questão do termo “portador de deficiência” e “deficiente” também foi colocada, pois a deficiência não é um objeto para ser portado ou deixado de se portar, bem como, o termo “deficiente” que remete a incapacidade, falta ou inadequação. Então, o mais apropriado é usar a expressão “pessoa com deficiência”.

¹⁸Disponível em: <https://sites.google.com/a/nce.ufrj.br/prancha-facil/>

¹⁹Disponível em: <https://www.picto4.me/>

²⁰Disponível em: <https://arasaac.org/>

Um outro cursista indagou sobre a questão de um museu abordar um tema único na exposição e citou o Museu do Índio no Rio de Janeiro, como exemplo, explicitando que dentro do tema indígenas existe uma diversidade de assuntos e características de variados povos a serem abordados, tendo a dúvida de como conciliar a diversidade com um tema único. A professora respondeu que a proposição da assimilação precisa ser diferenciada, selecionar um aspecto da exposição para abordar e que a pessoa com deficiência tenha o direito de escolha, sem precisar ver toda a exposição num único dia de visita. Uma outra cursista comentou que a criação de roteiros diferenciados também é uma estratégia para trabalhar com assuntos diversos.

Outra participante falou que se identificou muito com a exposição da professora e que na sua prática educativa utiliza PECS (*Picture Exchange Communication System*) com seus estudantes do Espectro Autista, na Sala de Recursos em que trabalha. A Professora Miryam explicou a diferença entre o PECS e a prancha de comunicação, destacando que o primeiro funciona com a troca das imagens e o segundo com ações já definidas. Completou essa explanação observando que os museus podem fazer também PECS e montar com a participação dos próprios visitantes.



Figura 1: Exemplo de Prancha de Comunicação

Fonte: Material de apresentação cedido pela Professora Miryam Pelosi, retirado do trabalho dos autores Burkert *et al*, da Disciplina de Tecnologia Assistiva I e II, da Pós-graduação em Acessibilidade Cultural, 2015

Chegando ao término da aula, uma avaliação foi feita através do preenchimento de um questionário no *Google Form*, de forma anônima.

4.2 MÓDULO II – DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO NO CAMPO DA DEFICIÊNCIA





O Módulo II ocorreu em 16 de março de 2022 e teve a participação das Técnicas Administrativas em Educação e Especialistas em Acessibilidade Cultural pela UFRJ, Rose Lane Loureiro Gadelha de Azedias, do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da Faculdade de Letras da UFRJ, da Dr^a Rita de Cássia Oliveira Gomes, Assessora da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis da UFRJ e de Vilma Frazão de Melo, do Instituto de Biofísica Médica da UFRJ. A aula teve como tema principal Direitos Humanos e Legislação no Campo da Deficiência, com objetivo de apresentar a relação entre direitos humanos e acessibilidade, o conceito de capacitismo e as principais leis brasileiras que abordam a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

A primeira parte da aula contou com uma dinâmica de sensibilização sobre o capacitismo²¹, realizada pela Professora Rose Lane. Os cursistas foram convidados a construir um personagem de acordo com expressões que eram lidas pela Rose. O objetivo da dinâmica foi mostrar que cada pessoa percebe, armazena, codifica e decodifica uma mesma informação de maneira individual, bem como apresentar expressões capacitistas e realizar um movimento para eliminação de barreiras atitudinais.

Ao final da atividade, foi solicitado para os participantes que mostrassem suas representações. Algumas pessoas chamadas não conseguiram mostrar, pois falaram que estavam sem câmera. Ficou, então, aberto para quem quisesse apresentar. Alguns cursistas abriram suas câmeras e mostraram seus desenhos.

²¹ Capacitismo - ato de discriminação, preconceito ou opressão contra pessoa com deficiência. É barreira atitudinal. Em geral, ocorre quando alguém considera uma pessoa incapaz, por conta de diferenças e impedimentos corporais. O capacitismo está focalizado nas supostas 'capacidades das pessoas sem deficiência' como referência para mostrar as supostas 'limitações das pessoas com deficiência'. No capacitismo, a ênfase é colocada nas supostas 'pessoas capazes', as quais constituem a maioria da população e são supostamente consideradas 'normais'. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html>

Chamou a atenção uma cursista que falou que não conseguiu fazer o desenho, pois as expressões faladas a fizeram lembrar do preconceito que passa por ser uma pessoa com deficiência. Esse depoimento revela o quanto as pessoas com deficiência são discriminadas não apenas por palavras, mas também por atitudes e ações preconceituosas e que, mesmo em cursos com temas de inclusão, como esse oferecido, é preciso manter-se atento(a) para a exclusão involuntária, para tornar consciente essas atitudes que são involuntárias, mas que, da mesma forma, excluem a pessoa com deficiência, ou seja, é necessário difundir, mas, também, praticar uma educação anticapacitista.

Após a dinâmica, deu-se sequência ao conteúdo com a apresentação da Professora Rita de Cássia. Para introduzir seus conteúdos, realizou um *quiz* contendo perguntas relacionadas aos Direitos Humanos, Diversidade e Acessibilidade, em que as respostas eram Verdadeiras ou Falsas e os cursistas tinham que responder com os ícones do Zoom  , sendo  para verdadeiro e  para falso.

As perguntas versavam sobre equidade de gênero e raça, políticas públicas para grupos excluídos, utensílios que não foram construídos para um uso universal e que causam a exclusão, ambientes educacionais inclusivos, eliminação de barreira atitudinal, mercado de trabalho para pessoas com deficiência, conceito de inclusão, modelo médico e social da deficiência e autonomia das pessoas com deficiência.

Concluído o *quiz*, a Professora Rita explorou os conceitos de pessoa com deficiência, acessibilidade, Desenho Universal e tipos de barreiras de acessibilidade.

Já a Professora Vilma Frazão apresentou algumas leis brasileiras que abordam a acessibilidade. A Constituição Federal, em seu artigo 5º define que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no Capítulo V, art. 58º, aborda a Educação Especial, com a seguinte redação:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

A LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015), “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

A Lei de LIBRAS (Lei nº 10.436/2002), que trata sobre a Língua Brasileira de Sinais e a Lei de Cotas (Lei nº 13.409 de 2016), que altera a legislação sobre cotas no ensino superior federal, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas e inclui as pessoas com deficiência” (BRASIL, 2016).

Fez-se um intervalo e o retorno iniciou com o debate. Foram destacados pontos sobre a Classificação Internacional de Funcionalidade e sobre a vivência da facilitadora Rose Lane, por ter se apresentado como uma pessoa com dislexia. O debate acerca do tema incluiu estratégias de aprendizado por pessoas com dislexia, sobre o quanto o capacitismo precisa ser discutido, sobre a qualidade das leis brasileiras e o que precisa ser feito para ter os direitos das pessoas com deficiência garantidos.

Uma cursista abordou o fato de as escolas e profissionais ainda não estarem adequados para atenderem às pessoas com deficiência. Outra falou o quanto é importante o museu pensar em políticas de longo prazo para o público com deficiência. Também se indagou sobre a importância de bibliotecas e museus estarem adaptados para receberem pessoas com deficiência. Outro participante levantou a questão sobre objeto motivador para ter significado para o aprendizado, seja na escola ou no espaço cultural e ter o sentimento de pertencimento. Uma cursista falou que trabalha com objetos mediadores nos museus, trazendo objetos para serem tocados e sentidos, compondo uma maleta pedagógica. Tais objetos trabalham a curiosidade e a construção do imaginário, estimulando a cognição das crianças.

4.3 MÓDULO III – TEMPO GEOLÓGICO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE CULTURAL

O Módulo III foi realizado em 23 de março de 2022 e contou com a participação da Professora Heloisa Teixeira Firmo, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social e orientadora desta pesquisa, com o Pesquisador Renan

Gomes Paiva da Silva, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geologia – UFRJ, ex-bolsista de extensão e colaborador do MGeo e com a Pesquisadora Tatiana de Castro, mestranda do Programa em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, também ex-bolsista de extensão e colaboradora do MGeo. Abordou-se o tema Tempo Geológico e Educação Ambiental no contexto da Acessibilidade Cultural.

Na primeira parte da aula a Professora Heloisa Firmo trouxe elementos da Educação Ambiental numa perspectiva crítica, utilizando a questão da reflexão da práxis de Paulo Freire para a transformação social. Foi abordada também a questão da educação tradicional fortemente ancorada no positivismo científico, em que a verdade científica é a que predomina na educação, estabelecendo uma educação bancária com uma relação unidirecional entre professor-aluno (LOUREIRO, 2012). O primeiro questionamento abordado pelo autor em relação à educação ambiental é “Será que todos (movimentos sociais, mercado, governos) estavam e estão buscando efetivamente as mesmas coisas?”. E que, embora se tenham “os mesmos objetivos, os sentidos e os caminhos propostos são variados e nem sempre conciliáveis”.

Na sua fala, Heloisa destacou algumas reflexões sobre a Carta da Terra, que aponta caminhos para romper a educação ambiental tradicional (positivismo científico), propondo a necessidade de se conhecer as relações políticas, históricas, econômicas, culturais e sociais para uma educação ambiental crítica e transformadora. Ela ressaltou que a educação ambiental crítica vai além das mudanças do comportamento individual, atingindo a coletividade e as interações sociais. Concluindo a primeira parte da aula, a professora apresentou uma imagem sobre Educação Ambiental ampliada, afirmando que a educação ambiental transformadora é um quebra-cabeça, formado pelas peças do conhecimento, da atitude, do comportamento e da cidadania.

Educação Ambiental ampliada



Figura 2: Interações construtivas da condição humana na natureza

Fonte: Material de apresentação cedido pela Professora Heloisa Firmo, baseado em texto disponibilizado em curso de Educação Ambiental para alunos de Engenharia Ambiental na UFRJ, de autoria de Carlos Frederico B. Loureiro, 2012

Na segunda parte da aula, o Professor Renan Paiva abordou os conceitos de Tempo Geológico, Educação Patrimonial e a importância de trabalhar esses temas num museu universitário. Começou falando sobre a memória da Terra, através do Tempo Geológico que envolve bilhões de anos de existência do nosso planeta. Apresentou a Declaração Internacional de Direito à Memória da Terra, de 13 de junho de 1991, item 6, trazendo os locais em que se encontra a memória da Terra: “nas rochas, nos fósseis e nas paisagens”. Também abordou o conceito de Patrimônio Geológico adotado por Garcia-Cortés e Carvavilla Urquí (2013):

É entendido como a geodiversidade a qual é atribuído algum valor, seja ele científico, educativo, turístico, cultural ou outro, que permita conhecer, estudar e interpretar a origem e evolução da Terra e da vida, os processos que modelaram o planeta e climas e paisagens passadas e presentes (GARCIA-CORTÉS; CARVAVILLA URQUÍ, 2013, p. 6).

O professor também mostrou alguns exemplos de Patrimônio Geológico (Pico Dedo de Deus, Teresópolis - RJ e Cataratas do Iguaçu – PR, além de locais de

salvaguardas de materiais retirados da natureza, como coleções e o Museu da Geodiversidade.

Ademais, apresentou itens para a construção de uma cultura geológica acessível através da democratização do conhecimento, da participação ativa em tomadas de decisão dos gestores, do exercício de cidadania e da conservação da natureza.

Concluiu sua fala ressaltando a importância da troca de conhecimento através da educação patrimonial, de difundir a cultura geológica para todos e de como as pessoas com deficiência podem ter acesso à natureza e ao patrimônio geológico.

Na terceira parte da aula, a Professora Tatiana Fonseca apresentou os conceitos de inclusão e acessibilidade (Sasaki, 2009), a LBI, enfatizando a mudança de paradigma no modelo de deficiência, do biomédico para o social, em que o primeiro atribui o problema à saúde do indivíduo, considerando a deficiência como doença, e o segundo traz a sociedade excludente como problema, contendo barreiras e obstáculos que tiram a capacidade do ser humano de se relacionar.

A professora Tatiana Fonseca, para exemplificar a diferença entre igualdade, equidade e inclusão²², apresentou uma imagem com três quadrinhos com um adulto, uma criança e uma pessoa em cadeira de rodas, assistindo a uma partida de futebol.

No primeiro e no segundo quadrinhos há um muro separando os três do campo. No primeiro quadrinho são oferecidos três caixotes iguais, sendo que o adulto e a criança sobem cada um nos caixotes e a pessoa em cadeira de rodas, não. Neste caso, foram oferecidos o mesmo recurso para todos, só que a pessoa com deficiência não conseguiu ver o jogo. Em termos de igualdade, todos receberiam os mesmos materiais e teriam o mesmo recurso.

No segundo quadrinho, o adulto não usa o caixote, a criança usa dois caixotes e para a pessoa em cadeira de rodas existe uma rampa, que possibilita que veja por

²² Igualdade: fato de não se apresentar diferença de qualidade ou valor, ou de, numa comparação, mostrarem-se as mesmas proporções, dimensões, naturezas, aparências, intensidades; uniformidade; paridade; estabilidade.

Equidade: processo através do qual os diversos sistemas da sociedade e do ambiente, tais como serviços, atividades, informações e documentação, são tornados disponíveis para todos, particularmente para pessoas com deficiência (ONU, 1996 *apud* SASSAKI, 2010, p. 38).

Inclusão: como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (SASSAKI, 2010, p. 39).

cima do muro. Em termos de equidade, o conceito fundamental é o de justiça, de igualdade de condições de acesso e não somente igualdade de recursos.

Já no terceiro quadrinho, o muro é eliminado e os três conseguem assistir à partida de futebol sem precisar de nenhum recurso. Em termos de inclusão, é importante eliminar as barreiras que impedem o acesso de todos. Essa diferenciação é importante para se pensar na eliminação das barreiras encontradas na sociedade e para o planejamento de políticas de inclusão de pessoas.



Figura 3: Imagem sobre igualdade, equidade e inclusão
Fonte: desconhecida - adaptado por Nathally Rosário

A Professora Tatiana de Castro continuou com as dimensões de acessibilidade (SASSAKI, 2009): atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática, tecnológica, com exemplos para demonstrar suas transversalidades. Dentro da dimensão tecnológica, destacou o ambiente virtual, a dimensão *Web*. Essas dimensões direcionam para como pensar a participação das pessoas com deficiência em ambientes culturais, de forma ativa ou passiva, como público, artista ou membro da equipe.

Um outro aspecto da acessibilidade abordado foi o do Desenho Universal, que apresenta alguns parâmetros para se pensar produtos, equipamentos, ambientes, programas e serviços acessíveis e sem necessidade de adaptação.

Em seguida, a professora apresentou recursos para uma comunicação acessível usados para auxiliar o público com deficiência no acesso cultural: a) *Website* e folhetos acessíveis, b) textos e legendas em Braille e caracteres ampliados; c) mapa tátil do espaço expositivo; d) publicações acessíveis, guias de visitação e comunicação sensoriais, e) textos e legendas com escrita simples.

A aula foi concluída com a abordagem da importância de se pensar em ações e atividades acessíveis com e para pessoas com deficiência, buscando-se parcerias com instituições.

Foi feito um intervalo e na volta iniciou o debate. O mediador Eduardo Mendonça leu alguns comentários do *chat*, destacando alguns pontos, como a inacessibilidade nos ambientes, nas leis, nas bulas de remédios.

Uma cursista falou sobre a Classificação Internacional da Funcionalidade – CIF - (OMS, 2021), que leva em consideração o modelo biopsicossocial da deficiência para avaliação da pessoa (o ambiente, o psicológico, o social).

A pesquisadora fez um questionamento sobre como áreas específicas do conhecimento (engenharia, geologia, terapia ocupacional) podem abordar e contribuir para a acessibilidade cultural, visto que no curso há participantes de diversas áreas. Heloisa observou que o conhecimento não é compartimentado, que considerava inquietantes os problemas existentes e que apenas a técnica não dava conta de responder. Os problemas são transdisciplinares, então, é necessário o diálogo entre diferentes áreas. Tatiana ilustrou que a Terapia Ocupacional, uma área da saúde, de uns anos para cá vem pensando no direito, acesso e autonomia de pessoas com deficiência na cultura.

Renan ressaltou que isso é inspirador, mas também é fatigante, pois a Geologia é muito específica, porém, a ciência existe simbioticamente. Logo, a área da conservação, do Patrimônio Geológico precisa ter uma visão holística do mundo. Dessa forma, os museus universitários são possibilidades de extrapolar os muros da universidade e flexibilizar a ciência.

O mediador Eduardo ressaltou que a acessibilidade traz a discussão sobre como o conhecimento chega até as pessoas. Ele comentou que a Educação Básica apresenta superficialmente os conceitos das geociências e questiona como as informações são difundidas. Uma cursista observou que esses conteúdos são deficitários nas escolas, mas que as provas de vestibular vêm com muitas questões de Geologia. Outra cursista salientou a importância de se construir o conhecimento junto com os alunos e que não basta apenas se falar da água no Dia da Água, por exemplo.

Um outro cursista indagou sobre como as pessoas com deficiência constroem a educação ambiental. Deu-se o exemplo de construir os recursos para auxiliar na aquisição dos conceitos com a pessoa com deficiência. No caso do Museu da Geodiversidade, a parceria com o Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ vem servindo como alicerce para a construção desses recursos. Os materiais são criados pela equipe do MGeo, pelos Terapeutas Ocupacionais e pelas famílias das crianças e jovens atendidos pelo projeto de Extensão TO Brincando. Esses materiais são testados e validados durante as visitas mediadas no museu.

Finalizou-se a aula com a reflexão de que é necessário o protagonismo das pessoas com deficiência na construção de metodologias e recursos e que o diálogo sobre os aspectos das geociências e da Educação Ambiental em um espaço museal precisa acontecer numa perspectiva de troca de conhecimento.

4.4 MÓDULO IV – EDUCAÇÃO MUSEAL E ACESSIBILIDADE

Este módulo ocorreu em 30 de março de 2022. Inicialmente, no planejamento, estava previsto a abordagem da Tecnologia Assistiva no MGeo, mas a equipe fez uma avaliação e achou necessário inserir o conteúdo sobre Educação Museal e Acessibilidade, uma vez que a Tecnologia Assistiva seria abordada no Módulo V.

A aula deste módulo contou com as Técnicas em Assuntos Educacionais Eveline Milani Romeiro Pereira Aracri e Marcia Cezar Diogo, ambas Coordenadoras do Núcleo Educativo do MGeo e teve como objetivo apresentar como foi formado e estruturado o Núcleo Educativo do MGeo e como é o trabalho com a acessibilidade dentro da Educação Museal.

A Professora Eveline Milani iniciou com um histórico do MGeo, fundado em 2008 como um Museu de Geologia e, posteriormente, passando para Museu da Geodiversidade, com a temática de geociências (2009). Atualmente, a exposição permanente “Memórias da Terra” apresenta a história geológica do Planeta Terra.

O Núcleo Educativo do MGeo começou em 2010 com a chegada dela e da Márcia, uma formada em Licenciatura em Letras e a outra em História, exercendo a docência na rede pública de Duque de Caxias e no estado Rio de Janeiro, respectivamente, e sem conhecimento em Educação Museal. Ainda sem ter uma exposição montada, a equipe procurou estudar sobre Educação Museal para que

pudesse construir atividades educativas. Assim, adaptaram jogos simples tradicionais com a inserção das geociências, como desenho para colorir, jogo dos sete erros e caça-palavras.

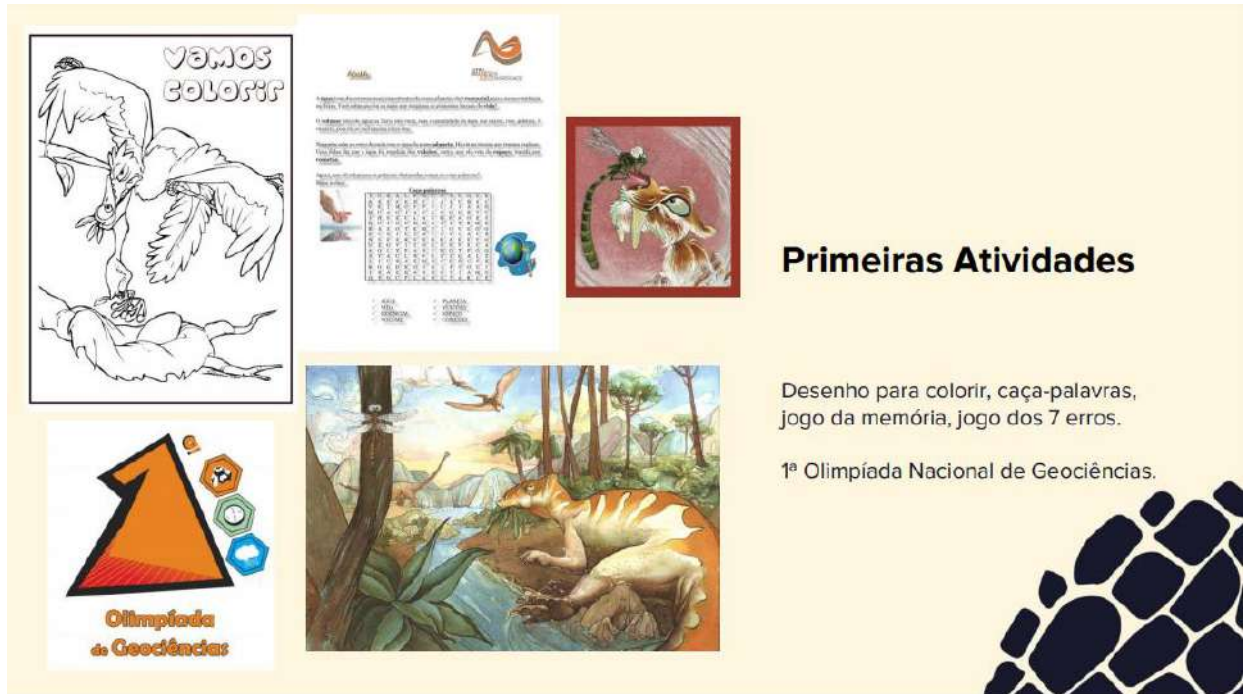


Figura 4: Exemplos das atividades educativas do MGeo
Fonte: Material de apresentação cedido pela Professora Eveline Milani, 2022

Em 2011, o MGeo realizou a 1ª Olimpíada de Geociências do Brasil, com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o apoio da Petrobras. A Olimpíada contou com a participação de estudantes das redes pública e privada de Ensino Médio de todo o país (CASTRO *et al*, 2014). Eveline enfatizou que esta foi a atividade que permitiu que conseguissem avançar para uma divulgação científica e sair do apenas “adaptar as atividades existentes”, além de apresentar-se como “uma experiência não só de aprendizado, mas, sobretudo, de conscientização do saber como uma peça que instrumentaliza o cidadão para pensar o seu papel como sujeito não só da sua história, como também da história do seu país e mesmo do Planeta Terra” (CASTRO *et al*, 2014, p. 116).

Durante esse tempo, a equipe procurou se aperfeiçoar para melhor entender o processo de formação de conhecimento num espaço museal. Eveline citou a sua pesquisa realizada no âmbito do Mestrado sobre estudo de público, focado em como os docentes viam o museu durante suas visitas com grupos escolares e a pesquisa

mapeando a acessibilidade na exposição Memórias da Terra, realizada pela Aline Rocha, no âmbito da especialização em acessibilidade cultural.

Com esses estudos, a equipe concluiu ser necessária uma mudança no paradigma educacional do museu, repensando as ações e atividades desenvolvidas. A partir desse marco, passaram a criar e elaborar atividades educativas mais acessíveis e inclusivas, como, por exemplo: o quebra-cabeça 3D, a solução interativa “Cadê o Petróleo?”, o Tapete de Animais pré-históricos, Nas Pistas do Vulcão, o jogo da Coleta Seletiva e a contação de histórias com um tapete narrativo.

A seguir, são apresentadas as figuras 5 e 6, que ilustram exemplos de atividades educativas criadas e utilizadas com grupos durante as visitas ao MGeo.



latinhas

Atividades realizadas 2012/2014:

- Projeto Herdeiros do Pré-Sal
- Quebra-cabeça 3 D
- Cadê o Petróleo?
- Tapete de Animais pré-históricos
- Coleta Seletiva

Figura 5: Atividades do MGeo realizadas entre 2012 e 2014
 Fonte: Material de apresentação cedido pela Professora Eveline Milani, 2022



Atividades Atuais

Roteiros do Tempo Profundo e para Educação Infantil. Atividades: Que horas Tem-po?, Nas Pistas do Vulcão, Atividade arte rupestre, Tapete Narrativo

Figura 6: Atividades do MGeo realizadas a partir de 2014
 Fonte: Material de apresentação cedido pela Professora Eveline Milani, 2022

A professora Marcia Diogo deu continuidade apresentando a atividade de contação de histórias com um tapete narrativo, criado em 2019, voltado para o público da Educação Infantil e com alguns recursos de acessibilidade.

A contação foi baseada no livro “Contos da Dona Terra” (Autores: Maria Helena Henriques; Maria José Moreno e A.M. Galopim de Carvalho, Editora Planeta Terra/UNESCO, 2008). Foi escolhido pela equipe o conto Dom Plástico para a adaptação (História escrita por: Maria José Moreno, p. 39-45).

Os objetivos dessa atividade são aproximar as crianças da temática da Geociências, dialogar com o último módulo da exposição Memórias da Terra, que apresenta o conceito de Antropoceno e apresentar o conceito de coleta seletiva.

A adaptação da história ocorreu por meio do uso da linguagem simples, da redução de personagens para construção de familiaridade, da transformação do conto em diálogos, do tapete sensorial, dos elementos cenográficos e da audiodescrição. A figura 7, apresentada a seguir, mostra os recursos táteis criados para a contação de histórias.

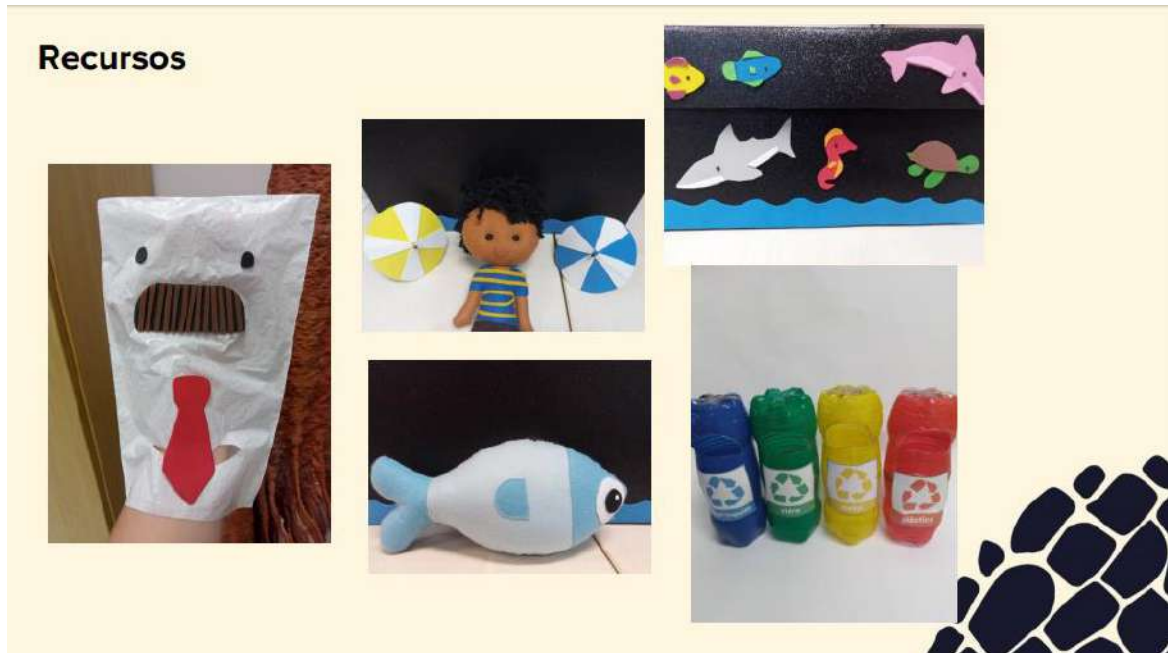


Figura 7: Recursos utilizados na contação de história
 Fonte: Material de apresentação cedido pela Professora Marcia Diogo, 2022

Marcia explicitou a dinâmica pensada para realização da contação da história, envolvendo os seguintes passos: a) reunião do público sentado no chão, em disposição circular à frente do tapete; b) realização da audiodescrição do cenário; c) são feitas perguntas disparadoras para estimular a interação; d) apresentação dos personagens; e) início da contação com uma música; f) desenvolvimento do conto (momentos para a participação do público) e g) finalização com uma música.

A contação aconteceu algumas vezes em modo experimental e teve que ser interrompida por conta da pandemia. A equipe do MGeo ainda está construindo novos recursos para inserir na contação e torná-la mais acessível e inclusiva. São eles: tapete sensorial; sonorização ambiente; cartões com os elementos em relevo e Braille; tradução simultânea em Libras e adaptação do texto para alunos dos anos finais do Ensino Fundamental I.

Após essa exposição, realizou-se uma oficina de Escrita em Linguagem Simples com o objetivo de fazer um roteiro em linguagem simples para a atividade do jogo de sete erros do MGeo. A oficina teve 30 minutos de duração.

A turma foi dividida em quatro grupos com sete participantes e cada um recebeu um documento com algumas diretrizes para escrita em linguagem simples e a imagem

do jogo de sete erros. Depois, os grupos retornaram à sala principal e apresentaram os roteiros criados.

A figura 8, apresentada a seguir, retrata a imagem da atividade dos sete erros, no Museu da Geodiversidade, utilizada na oficina.

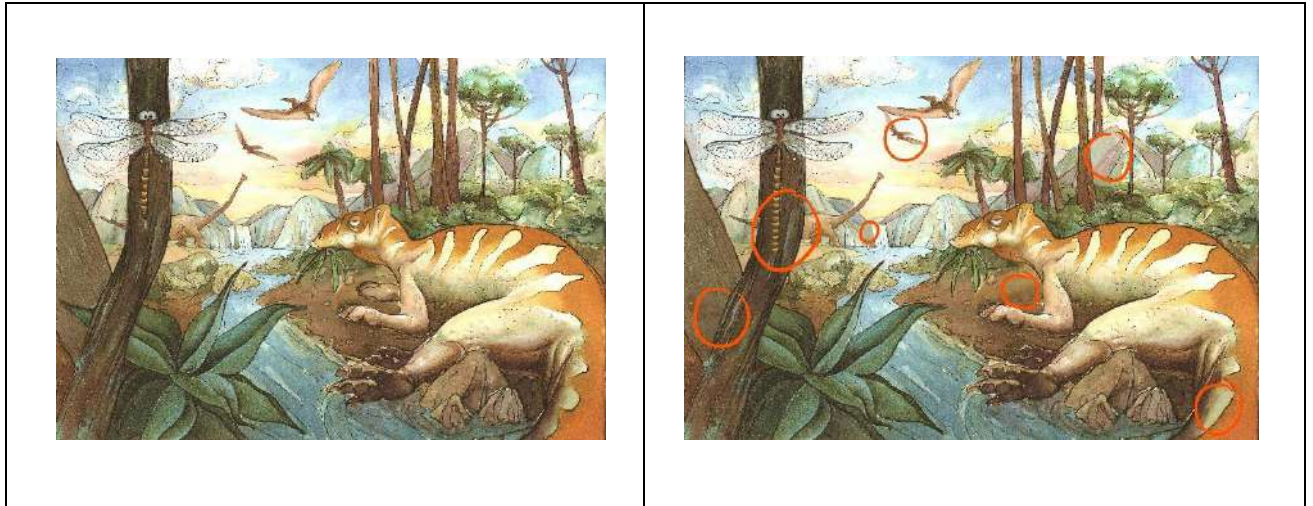


Figura 8: Atividade dos sete erros do MGeo
Fonte: Acervo MGeo, 2019

Os grupos disseram que tiveram muita dificuldade em fazer a atividade, pois o desenho é muito complexo e contém muitas informações. Alguns conseguiram terminar a atividade e outros não e apenas um grupo alcançou o objetivo da proposta, que era escrever orientações em linguagem simples. O quadro 2, apresentado a seguir, traz duas transcrições: uma com a proposta da linguagem simples e outra com uma proposta de descrição da imagem.

<p>Proposta I – exemplo de escrita em linguagem simples</p> <p>“Uma floresta com árvores, insetos, dinossauros, pássaros e montanhas. No meio da floresta tem um rio, no fundo montanhas. No céu têm pássaros voando.”</p>
<p>Proposta II – exemplo de descrição</p> <p>“A figura retrata uma paisagem durante o período Mesozóico da Terra, uma época muito distante, até mesmo dos nossos avós, quando o planeta Terra era bem diferente do que é hoje. Nessa época viviam animais muito maiores e diferentes dos atuais, como os dinossauros, que eram como grandes lagartos.</p> <p>No fundo da imagem vemos um dinossauro muito grande, de pescoço longo e que comia plantas. No céu, vemos dois pterossauros voando. Eles são parentes dos dinossauros, mas com asas.</p> <p>Eles viviam em torno de rios, se alimentando de plantas que encontravam. O clima era quente e seco.”</p>
<p>Proposta III – exemplo de descrição introdutória</p> <p>Nesse cenário, podemos ver um dinossauro do grupo Saurópode ao fundo. Estes são dinossauros herbívoros de pescoços longos e cabeças pequenas que viveram durante os períodos Jurássico e Cretáceo e estiveram entre os maiores dinossauros que já pisaram sobre a Terra. Nessa categoria, incluem-se o brontossauro e o apatossauro, mas também o <i>Amazonsaurus maranhensis</i>, que viveu há mais de 110 milhões de anos na Amazônia.</p> <p>Há também dois pterossauros voando. Os pterossauros são um grupo de répteis voadores da Era Mesozóica que, apesar de parecerem, não são dinossauros. São, na verdade, como primos dos dinos. Esses animais viveram em quase todo o planeta, entre 228 e 65 milhões de anos atrás. As características das espécies variavam bastante, existiam pterossauros que mediam apenas um palmo de uma asa à outra, enquanto outros tinham cerca de 10 metros de envergadura.</p>

Quadro 2: Atividade de escrita em linguagem simples
Fonte: A autora, 2022

Observa-se que o grupo da proposta I atingiu o objetivo proposto, pois conseguiu escrever um texto em linguagem simples. Já as propostas dos grupos II e III fizeram uma descrição da imagem, não atingindo o objetivo proposto para a atividade.

Durante as apresentações dos grupos foram levantadas questões como: o desenho é muito complexo para pessoas com Deficiência Intelectual; cada grupo seguiu uma metodologia para fazer a atividade; a importância de usar termos científicos no texto; a necessidade em se chamar a atenção e despertar a curiosidade e o protagonismo da pessoa com deficiência como consultor.

Conclui-se que o objetivo da oficina não foi alcançado, pois cada grupo fez um roteiro em diferentes formatos, sendo que apenas um conseguiu fazer a proposta do texto em linguagem simples.

4.5 MÓDULO V - RECURSOS E ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE PARA CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O Módulo V, realizado em 06 de abril de 2022, contou com a participação da Museóloga Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro, orientadora da presente pesquisa e vice-diretora do Museu da Geodiversidade, do Instituto de Geociências, e da Técnica em Assuntos Educacionais Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos, pesquisadora deste trabalho como Mestranda do Programa de Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social e servidora do Instituto de Geociências, da UFRJ. O objetivo da aula foi apresentar os recursos e as estratégias de acessibilidade sugeridos para a recepção e mediação de crianças e jovens com Deficiência Intelectual na exposição Memórias da Terra do Museu da Geodiversidade.

A Professora Aline Rocha deu início à aula com a imagem a seguir (figura 9), apresentando o nome do curso com Símbolos Pictográficos de Comunicação.

Esse recurso é essencial para pessoas com deficiência intelectual, cognitiva ou de aprendizagem, surdas, surdo-cegas, com demência, dislexia, afasia, *déficit* de atenção e de memória, pessoas não alfabetizadas, imigrantes, analfabetos funcionais, com baixo letramento ou dificuldade de leitura (CARDOSO, 2018, p. 151).



Figura 9: Título do curso com uso de pictogramas
Fonte: Material cedido pela Professora Aline Rocha, 2022

Para iniciar a discussão, a professora fez um convite para se pensar a acessibilidade em uma diversidade de dimensões, na forma como nos comunicamos e nas nossas atitudes. Deu exemplo de banheiros com acessibilidade, que muitas vezes são usados como depósitos, que não têm o mobiliário adequado ou encontram-se trancados.

Ela enfatizou que a acessibilidade é uma ação orgânica, contínua e transversal, fazendo parte do museu, assim como as ações de conservação, educação e exposição e que é um dever oferecer oportunidades equitativas, independente das condições físicas, comunicacionais e intelectuais das pessoas.

Aline Rocha apontou a importância de fazer um diagnóstico, com mapeamento e planejamento de ações necessárias para tornar o espaço acessível, bem como a construção de um Programa de Acessibilidade e uma Política de Acessibilidade Institucional.

A questão do protagonismo das pessoas com deficiência no planejamento, na execução e na avaliação do processo também foi destacada por ela.

A professora Aline apresentou algumas iniciativas possíveis e já realizadas pelo MGeo, tais como: a) diagnóstico e planejamento; b) roteiros de mediação específicos; c) mediação em Libras; d) cursos de extensão; e) oficinas de sensibilização; f) ferramentas táteis; g) cartilhas de sensibilização; h) roteiro de audiodescrição; i) realidade aumentada; j) aplicativo Museu (*App* MGeo); k) Comunicação Alternativa e Aumentativa; l) livro em Braille; m) mobiliário acessível; e n) *QR Code*, *NFC*, *Wifi*.

A Professora Damiane dos Santos deu continuidade apresentando ferramentas táteis usadas no MGeo. Essas ferramentas foram construídas pelos estudantes da 2ª turma do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural, da UFRJ (2015), e pelos estudantes e bolsistas extensionistas do MGeo, em parceria com docentes do curso de Terapia Ocupacional, com materiais de baixo custo (algodão, caixas, areia, biscuit, EVA).



Figura 10: Maquete tátil disponibilizada na exposição do MGeo
 Fonte: Acervo MGeo, 2019

Ela falou sobre a importância da sensibilização e treinamento da equipe para eliminar barreiras atitudinais, pois é muito importante os profissionais do espaço cultural terem em mente como recepcionar o público com deficiência. Essa sensibilização é feita através de oficinas práticas e rodas de conversas com a participação de pessoas com deficiência.

Também foram enumerados os diferentes tipos de mediações realizados no Museu da Geodiversidade para os públicos: de surdos; de pessoas com deficiência visual; de pessoas com deficiência intelectual e com variações para o público infantil e idosos, em que se tem um roteiro diferenciado e a oferta de recursos acessíveis específicos.

A professora enfatizou a mediação para pessoas com deficiência intelectual abordando a organização e o planejamento das visitas com crianças e jovens com essa especificidade, realizados em 2019. Para essa visita, houve dois momentos de preparação, um no Museu da Geodiversidade e outro no Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ.

No MGeo, a equipe realizou uma conversa com os mediadores, pois não havia a prática em receber esse tipo de público. Nesta ocasião foram apresentados os materiais pedagógicos concretos pertencentes ao acervo e selecionadas duas

atividades educativas: o jogo da memória e o jogo de perguntas e respostas (SANTOS *et al*, 2021).

No Departamento de Terapia Ocupacional, os terapeutas ocupacionais apresentaram a exposição usando as pranchas de comunicação alternativa do MGeo e com imagens através de símbolos pertencentes à exposição e, também, conversaram com o grupo e seus familiares sobre como seria a visita e todo o trajeto até chegar ao museu.

Santos *et al* (2021) apresentam em seus estudos estratégias para mediação do público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual. Uma dessas estratégias é a caixa de recursos. No museu, essa caixa contém objetos referentes à exposição Memórias da Terra, como: miniaturas do globo terrestre, jacarés, mamutes, dinossauros, sapos de pelúcia, lupas, lanternas, fantoches, frascos com sal, petróleo e cordões com um mineral. Esses materiais, de fácil aquisição, são utilizados para prender a atenção do público, fazendo com que explorem o tato, diminua a abstração, estimule a cognição e auxilie na construção do imaginário e da responsabilidade, sendo essenciais na mediação com o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual.

A figura 11, apresentada a seguir, ilustra a caixa de recursos do Museu da Geodiversidade.



Figura 11: Caixa de recursos do MGeo
Fonte: Acervo MGeo, 2019

Damiane dos Santos mostrou que durante essas visitas também é usada uma maleta com fragmentos de rochas para observação do formato, aspecto, cor e cheiro, conforme pode ser observado na figura 12, apresentada a seguir.



Figura 12: Maleta de rochas do Museu da Geodiversidade
Fonte: Acervo MGeo, 2019

A professora concluiu sua explanação apresentando a sistematização da experiência do MGeo, feita em 2019 (SANTOS *et al*, 2021). A figura 13 traz o resumo dessa sistematização.

SISTEMATIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

- Número mínimo de mediadores.
- Formação inicial e continuada dos educadores museais.
- Tecnologia Assistiva.
- Sinais e símbolos gráficos.
- Prancha de comunicação alternativa do MGeo.
- Situações e exemplos concretos.
- Linguagem simples.
- Caixa de recursos do MGeo (miniaturas de globo terrestre, jacaré, mamute, dinossauro, sapo de pelúcia, lupa, lanterna, frasco com sal e cordão com um mineral).
- Sempre antecipar um fato ou acontecimento ao grupo.
- Convidar o grupo a se sentar no chão no módulo “E a vida conquista os continentes”.
- Zelar pela segurança do grupo.

Figura 13: Sistematização das estratégias de recepção e mediação do público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual no Museu da Geodiversidade
Fonte: Material cedido pela Professora e pesquisadora Damiane dos Santos, 2022

Após a explanação, abriu-se para o debate que iniciou com a indagação sobre a possibilidade de a equipe produzir materiais para que os visitantes pudessem levar consigo como forma de memória e afeto. A Professora Damiane respondeu que a equipe já fez isso uma vez, mas que ainda não há como fazer como uma prática regular, pois não há recursos financeiros destinados para isso.

Uma cursista perguntou sobre o quantitativo de recursos humanos para realizar uma visita com o público com deficiência intelectual. Eduardo respondeu que em uma visita sem pessoas com deficiência o número mínimo é de 4 mediadores para 40 pessoas, divididas em dois grupos. No caso de grupos com deficiência intelectual, o ideal é ter o dobro de recursos humanos.

Após o debate foi realizada a oficina sobre escrita com Linguagem Simples, com uso de Pictogramas. A turma foi dividida em quatro grupos com sete participantes. O objetivo da oficina foi o de escrever uma frase sobre a importância de cuidar do meio ambiente em Linguagem Simples e usando Pictogramas.

A seguir são apresentadas duas propostas de frases criadas pelos grupos.

			
Não pode	Jogar	o lixo	no chão.
			
O lixo	deve ser colocado	na lixeira.	

Figura 14: Proposta de frases criadas (1)
Fonte: A autora, 2022

				
Meio Ambiente	é o lar em que vivemos	e precisamos preservar	a mãe	natureza.

Figura 15: Proposta de frases criadas (2)
Fonte: A autora, 2022

Os grupos se apresentaram e destacaram algumas questões, como a cor da pele dos bonecos nos pictogramas disponibilizados pelo ARASSAC, dificuldade para encontrar as imagens para os verbos, bem como imagens que representassem cada palavra das frases.

Os dois primeiros grupos mostraram as frases e os pictogramas usados. Uma participante sugeriu que os próximos mostrassem apenas os pictogramas para que os outros participantes pudessem construir as frases e ver se a comunicação através das imagens estava eficaz.

Conclui-se que o objetivo da oficina foi alcançado, pois serviu para que os cursistas refletissem sobre a fala dos educadores durante as mediações, acerca do uso de palavras abstratas durante as explicações e o quanto isso dificulta a comunicação com pessoas com Deficiência Intelectual e, ainda, sobre como é desafiador escrever frases em linguagem simples.

4.6 MÓDULO VI – AUDIODESCRIÇÃO

O Módulo VI, realizado em 13 de abril de 2022, contou com a participação do Pesquisador Felipe Monteiro, Mestrando do Programa Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, consultor em acessibilidade cultural e em audiodescrição e pessoa com deficiência visual, em como da Pesquisadora Nathally de Almeida Rosário, Mestranda em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-bolsista de extensão e colaboradora do Museu da Geodiversidade.

Este módulo, intitulado “Audiodescrição”, teve como objetivo apresentar o conceito, as diretrizes, como fazer a audiodescrição e divulgar a produção de audiodescrição do MGeo.

O Professor Felipe Monteiro destacou a importância de falar sobre a audiodescrição, sendo sempre um aprendizado poder compartilhar o conhecimento e o quanto é fundamental o protagonismo das pessoas com deficiência nesse processo.

Contou sua trajetória, o que o tornou uma pessoa com deficiência visual e sobre a importância do recurso da audiodescrição. Ele explicou que para uma apresentação visual ser acessível a pessoas com deficiência visual ou com baixa visão é necessário ter *slides* com fundo escuro e caracteres claros; usar uma fonte ampliada e sem serifa; evitar ornamentos e imagens meramente ilustrativos; usar frases curtas e de preferência em tópicos; ter poucas frases em cada slide; alinhar à esquerda; elaborar previamente a audiodescrição das imagens estáticas e dinâmicas e iniciar a apresentação com a auto audiodescrição.

Depois, esclareceu que a auto audiodescrição ocorre quando a própria pessoa se audiodescreve, sendo importante fazê-la no início de qualquer apresentação, mesmo que no público não tenha pessoas com deficiência visual ou intelectual, servindo como uma forma de divulgação do recurso. Ao tratar das diretrizes, o professor elencou que, primeiro, deve-se abordar as características físicas (cor da pele, cabelo, sobrancelhas, olhos, nariz, boca etc.), indo para vestimentas e acessórios e, por último, o ambiente.

Felipe apresentou o conceito de audiodescrição como um recurso de acessibilidade comunicacional que transforma símbolos visuais em símbolos verbais, pensado inicialmente para pessoas cegas ou com deficiência visual. Com o passar do tempo e uso, viu-se que outros tipos de público também se beneficiam com o seu uso (pessoas com dislexia, com deficiência intelectual, idosos, entre outros). Trata-se de um recurso citado na LBI e deve ser oferecido em qualquer estabelecimento e lugar para promoção da acessibilidade e inclusão.

Ele observou que não existe uma regra para a audiodescrição mas sim, diretrizes, sendo elas as seguintes: descrever o que é visto e o que tenha relevância, preocupar-se com uma ordem lógica, características físicas, vestimentas, acessórios e ações, ambientes e elementos que o compõem.

Explicitou, também, que na equipe para realizar uma audiodescrição é necessário o roteirista (pessoa que vai fazer a tradução da imagem visual em verbal, criando um roteiro parcial), o consultor (necessariamente deve ser uma pessoa com deficiência visual para revisar e validar o roteiro) e o narrador (pessoa que vai dar a voz para a audiodescrição).

De acordo com Felipe, as modalidades da audiodescrição são aberta ou fechada. A aberta é quando todas as pessoas escutam a audiodescrição e a fechada é quando algumas pessoas recebem um equipamento (fone de ouvido) para escutar.

A audiodescrição pode ser de imagens estáticas (fotografia, obra de arte, cartaz, gráficos, charges), imagens dinâmicas (filmes, desenhos animados, shows), imagens táteis (reproduções de obras, maquetes táteis, réplicas) e eventos ao vivo (visita mediada, peça teatral, concerto, seminário, aula).

O professor concluiu sua exposição destacando que a pessoa pode fazer uso do celular, de QRCode, de *Pentop* e do Braille para acessar uma audiodescrição.

A professora Nathally apresentou a ação GeoAcessibilidade como uma ação integradora de diferentes recursos de acessibilidade no Museu da Geodiversidade. Destacou que essa ação teve início durante a Pandemia de Covid-19 com o objetivo de divulgar as geociências de forma acessível, com vídeos nas mídias sociais, colocando em foco o acervo tátil da exposição Memórias da Terra e a Libras como língua principal, com legendas e audiodescrição.

Foram apresentadas as etapas para a elaboração dos vídeos, sendo elas as seguintes: 1) seleção dos itens; 2) elaboração do roteiro; 3) revisão do roteiro; 4) gravação em Libras; 5) legendas e imagens; 6) roteiro da audiodescrição; 7) revisão da audiodescrição; 8) gravação da audiodescrição; 9) inserção da audiodescrição no vídeo; 10) revisão final; 11) divulgação nas mídias do museu; e 12) *feedback* e revisão.

Em seguida foram exibidos os dois vídeos produzidos até então: Terra Primitiva²³ e Geodo de Ametista.

A professora apontou algumas mudanças sugeridas para o segundo vídeo, Geodo de Ametista, considerando ser mais apropriado usar frases objetivas para

²³Disponível em: https://www.instagram.com/reel/CjJNA Dop-ir/?utm_source=ig_web_copy_link

evitar o desmembramento e usar a linguagem simples para que o intérprete de Libras evite fazer datilologia.

Para o terceiro vídeo, ainda em produção, foi sugerido pelo consultor que o áudio fosse feito com a narração de duas vozes, uma para a legenda e a outra para a audiodescrição, e que houvesse a inversão da gravação da audiodescrição, vindo antes da Libras, necessário para a compatibilização da legenda e da Libras.

Alguns desafios encontrados na produção dos vídeos foram ressaltados, como barreiras financeiras e tecnológicas, de tal forma que a equipe teve que trabalhar das suas casas com equipamentos próprios, e a colaboração do intérprete de Libras, pois não fazia mais parte da equipe do MGeo, por ter concluído sua graduação.

Nathally terminou sua fala ressaltando a importância da aproximação com os diferentes públicos, pelo fortalecimento das políticas de acessibilidade cultural e a ampliação do acesso, de forma contínua a bens culturais e sociais, no campo das geociências.

No debate, uma cursista perguntou quem produziu os vídeos. Nathally respondeu que os vídeos foram produzidos pelos estudantes de graduação da UFRJ, coordenados por profissionais do MGeo e com consultoria do Leonardo Oliveira (Museu da Vida/FIOCRUZ-RJ). Por terem sido produzidos durante a pandemia, os materiais usados foram dos próprios estudantes e as gravações foram feitas de casa, não sendo possível utilizar os laboratórios parceiros da UFRJ.

Outro cursista indagou ao Felipe sobre o tempo do processo de consultoria em audiodescrição em uma exposição. Felipe ponderou que considera importante que o consultor esteja presente desde a concepção do projeto e não apenas quando já está tudo pronto. O processo de consultoria aborda pensar os recursos, desenvolver, testar e avaliar. Destacou também ser muito importante fazer um treinamento da equipe que irá recepcionar e atender os visitantes.

Outra cursista perguntou se foram feitas consultorias com pessoas surdas para a inserção da Libras. Foi respondido que o intérprete fez a consultoria com algumas pessoas surdas do seu convívio, porém há a necessidade de formalizar uma parceria.

Também foi questionado se, nos livros, a audiodescrição e a Libras podem vir juntos. Felipe respondeu que é possível fazer um livro em multiformato, em que os

recursos possam ser inseridos num mesmo produto ou ter vários do mesmo produto, cada um com um tipo de recurso.

Após o debate foi realizada a oficina de audiodescrição, cujo objetivo foi de fazer a audiodescrição de um objeto ou imagem relacionado à natureza ou geociências e, em grupo, escolher um para apresentação. As demais audiodescrições seriam enviadas por e-mail para consultoria do Felipe.

Durante as apresentações, Felipe fez algumas considerações sobre os pontos mais importantes numa audiodescrição, como o uso de frases curtas, apresentação dos principais elementos visuais do objeto e como está apresentado.

Finalizando a aula, os cursistas destacaram como é fundamental conhecer os recursos de acessibilidade e ter a colaboração das pessoas com deficiência na criação de material acessível.

4.7 MÓDULO VII – VISITA VIRTUAL

O Módulo VII, realizado em 20 de abril de 2022, de encerramento do curso, contou com a participação do Auxiliar Administrativo em Divulgação Científica do MGeo, Eduardo Alves Mendonça.

A aula teve como objetivo realizar uma visita virtual mediada à exposição Memórias da Terra.

Durante a visita virtual, Eduardo explicou os elementos da museografia da exposição e Damiane lembrou os recursos de acessibilidade usados pela equipe. Nesta visita, os cursistas puderam associar os conteúdos teóricos, as práticas das oficinas, os materiais e as atividades educativas acessíveis, que o MGeo utiliza presencialmente com o seu público, com Deficiência Intelectual.

O Museu da Geodiversidade oferece essa visita virtual mediada para grupos através das plataformas *Zoom* ou *Google Meet*, mediante agendamento. O agendamento pode ser feito junto ao Núcleo Educativo, pelo e-mail agendamuseu@igeo.ufrj.br.

No planejamento, na execução e na avaliação do curso de extensão buscou-se construir pensamentos e ações críticos sobre o acesso a bens culturais pelas pessoas com Deficiência Intelectual. A formação continuada de profissionais de

museus, centros culturais, docentes da rede básica de ensino, graduandos e pós-graduandos nessa temática é primordial para a transformação social e deve prover profissionais qualificados e preparados para atuarem com a demanda da construção de uma sociedade mais justa, igualitária, acessível e inclusiva.

Por fim, vale ressaltar que essa participação de diferentes atores históricos-sociais no processo de eliminação de barreiras só vem a contribuir para uma práxis reflexiva e libertadora (FREIRE, 2019) e para a ruptura dos modelos tradicionais, tanto da educação quanto da cultura ou da tecnologia.

O próximo capítulo traz os principais resultados do curso obtidos através da aplicação dos questionários e da sua observação, traçando discussões e reflexões para uma nova proposta de curso.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pretende-se aqui levantar os principais aspectos destacados pelos cursistas acerca da didática, da metodologia e do processo pedagógico empregado nas aulas do curso e analisar quantitativa e qualitativamente os dados coletados.

Para fazer a coleta dos dados foi utilizado um formulário eletrônico (formulário *Google*) para avaliar cada aula, contendo quatro questões fechadas e duas abertas, respondido *online* e anonimamente pelos cursistas presentes. No último dia, foi aplicado um formulário para avaliar o curso em geral, composto de nove questões fechadas e quatro abertas, sendo disponibilizado para os 39 participantes concluintes (os que obtiveram 75% de aproveitamento).

Por meio da sua aplicação pode-se gerar dados sobre a ocupação dos participantes, opinião sobre as aulas, sugestões para futuras edições, mapear o nível de interesse pelas áreas e a possibilidade de recomendação do curso e de participação em outros cursos ofertados pelo MGeo.

A tabela 1, a seguir, apresenta a distribuição de respostas aos formulários pelos participantes presentes em cada módulo e ao formulário final do curso, sendo considerado o quantitativo de presentes para o cálculo.

Tabela 1: Distribuição de respostas aos formulários pelos frequentadores em cada módulo e ao formulário final do curso

Módulos	Respostas	Presentes	Porcentagem
I	29	46	63%
II	35	40	87%
III	28	32	87%
IV	27	36	75%
V	26	34	76%
VI	30	36	83%
Avaliação final	24	39	61%

Fonte: A autora, 2022

Dos seis módulos avaliados, nos Módulos II e III foi observado a maior adesão às respostas aos formulários (87%), seguido pelos Módulos V e IV (75% e 76%). Já no questionário final e Módulo I foi observado a menor adesão (61% e 62%).

A tabela 2, a seguir, apresenta a distribuição da área de atuação dos cursistas que avaliaram cada módulo e curso em geral. A participação expressiva de estudantes

de graduação nas avaliações demonstra que a diretriz impacto na formação, esperada numa ação de extensão, foi alcançada. Também pode-se considerar que a participação dos docentes e profissionais de museus foi atingida.

Tabela 2: Distribuição da área de atuação declarada pelos cursistas que avaliaram os módulos e o curso de acordo com o número de ocorrências

Módulos/área de atuação	I	II	III	IV	V	VI	Final
Docente	6	6	5	5	2	5	6
Educador Museal	1	2	2	2	3	3	3
Profissional de museu	7	6	5	3	4	6	3
Estudante de Graduação	10	17	13	12	13	12	9
Estudante de Pós-Graduação	2	2	2	3	3	3	2
Outros	3	2	1	2	1	1	1
Total	29	35	28	27	26	30	24

Fonte: A autora, 2022

Em relação aos objetivos propostos, à abordagem metodológica, ao estímulo e desencadeamento de novas ideias, ao material didático e ao domínio pelos professores dos assuntos abordados, os cursistas expressaram suas percepções em uma escala de zero a cinco, em que zero significa “muito insatisfeito” e cinco “muito satisfeito”. A tabela 3, a seguir, mostra a porcentagem de participantes que se consideraram “muito satisfeito” em cada categoria.

Tabela 3. Distribuição da porcentagem de participantes que se consideraram “muito satisfeito” por categoria

Categorias	Módulo I	Módulo II	Módulo III	Módulo IV	Módulo V	Módulo VI
Objetivos	86% (n=25)	80% (n=28)	75% (n=21)	88% (n=24)	100% (n=26)	76% (n=23)
Metodologia	89% (n=26)	82% (n=29)	75% (n=21)	92% (n=25)	96% (n=25)	83% (n=25)
Estímulo de novas ideias	89% (n=26)	77% (n=27)	71% (n=20)	92% (n=25)	100% (n=26)	83% (n=25)
Material didático	82% (n=24)	80% (n=28)	75% (n=21)	88% (n=24)	96% (n=25)	80% (n=24)
Domínio pelos professores dos assuntos abordados	89% (n=26)	82% (n=29)	85% (n=24)	92% (n=25)	100% (n=26)	83% (n=25)
Total de respondentes	29	35	28	27	26	30

n= número de cursistas que responderam “muito satisfeito” em cada categoria

Fonte: A autora, 2022

Usando para respostas os marcadores “sim”, “não” e “mais ou menos”, foi solicitado aos cursistas que avaliassem o desempenho dos professores na condução da aula no formato *online*.

A tabela 4, a seguir, apresenta a porcentagem dos que responderam “sim” em cada aspecto avaliado.

Tabela 4: Distribuição de acordo com o percentual dos cursistas que disseram “sim” em cada categoria para o desempenho dos professores na condução da aula no formato *online*

Aspectos avaliados	Módulo I	Módulo II	Módulo III	Módulo IV	Módulo V	Módulo VI
Você considera que houve uma relação dialógica entre facilitadores, mediador e cursistas?	86% (n=26)	91% (n=32)	82% (n=23)	96% (n=26)	100% (n=26)	97% (n=29)
Houve espaço para discussões e reflexões?	86% (n=26)	94% (n=33)	82% (n=23)	96% (n=26)	100% (n=26)	90% (n=27)
As ideias principais foram retomadas, resumidas, esclarecidas ou completadas, quando necessário?	86% (n=26)	85% (n=30)	89% (n=25)	92% (n=25)	92% (n=24)	93% (n=28)
Os exemplos utilizados foram ilustrativos, simples, relevantes e ajustados aos conceitos principais?	90% (n=27)	91% (n=32)	85% (n=24)	92% (n=25)	100% (n=26)	90% (n=27)
Você conseguiu fazer relação entre os conteúdos do curso com sua atividade profissional?	86% (n=26)	80% (n=28)	75% (n=21)	88% (n=24)	96% (n=25)	80% (n=24)
Total	30	35	28	27	26	30

n= número de cursistas que responderam “sim” em cada categoria.

Fonte: A autora, 2022

A partir desses dados é possível afirmar que a maioria dos cursistas considerou que houve uma interação dialógica, com espaço para discussões e reflexões, em que as ideias principais foram retomadas, resumidas, esclarecidas ou completadas, com os exemplos apresentados de forma simples e relevantes relacionados aos conceitos principais e conseguindo estabelecer relação entre os conteúdos do curso e a sua prática profissional.

Em relação à atividade prática, foi perguntado “qual a atividade foi realizada e se atendeu aos objetivos propostos”, sendo necessário justificar caso a resposta fosse negativa. Para a atividade prática foi dado a abertura a cada professor desenvolver a atividade que mais se adequasse ao objetivo da sua aula. A tabela 5, a seguir, mostra

a distribuição das atividades práticas realizadas em cada módulo, de acordo com os cursistas.

Tabela 5: Distribuição de atividade prática por módulo do curso

Atividades práticas	Módulo I	Módulo II	Módulo III	Módulo IV	Módulo V	Módulo VI
Oficina	nenhuma	15 (42%)	3 (10%)	22 (84%)	25 (96%)	26 (86%)
Roda de conversa	11 (37%)	7 (20%)	15 (53%)	1 (0,3%)	1 (0,3%)	1 (0,03%)
Estudo de caso	10 (34%)	5 (14%)	3 (10%)	0	0	1 (0,03%)
Nenhuma	4 (13%)	0	4 (14%)	0	0	0
Outra	4 (13%)	8 (22%)	3 (10%)	5 (1%)	0	2 (0,06%)
Total	29	35	28	27	26	30

Fonte: A autora, 2022

Os dados mostram que aqui houve uma singularidade, pois alguns cursistas ou não identificaram a atividade prática realizada ou os professores não deixaram claro a atividade que iriam realizar. Por exemplo, no Módulo I foi feita uma roda de conversa e 37% identificaram a atividade como prática e 34% identificaram como “estudo de caso”. No Módulo II foi realizada uma dinâmica de sensibilização e um *quiz*, sendo que 42% identificaram essa atividade como oficina e 22% dos cursistas, na opção “Outra”. No Módulo III também foi realizada roda de conversa e 53% apontaram essa opção. Nos Módulos IV, V e VI foram realizadas “Oficinas” e os dados apontam que a maior parte dos cursistas conseguiu identificar a atividade prática nesses módulos.

No final de cada formulário havia uma questão aberta para que os cursistas deixassem suas dúvidas, sugestões, críticas, elogios, justificativas ou qualquer outro ponto que gostariam de abordar sobre o módulo.

Destacam-se, dentre as respostas, as seguintes: a) a dificuldade em acessar a sala virtual no primeiro encontro, por conta de um cadastro solicitado no *Zoom*; b) a solicitação do encaminhamento das apresentações dos professores; c) a disponibilização das gravações das aulas; d) a cordialidade e receptividade da equipe do curso; e) a qualidade das abordagens dos conteúdos pelos professores; f) a interatividade durante as atividades práticas; g) o espaço para diálogo e reflexões; h) ter um professor com deficiência e uma professora com dislexia; i) a proximidade com a práxis profissional e a possibilidade de refletir sobre a ação; j) o compartilhamento

das experiências; e l) apresentação de mais conteúdos e atividades práticas voltadas para Deficiência Intelectual.

A seguir, são apresentados os resultados referentes à avaliação final.

A avaliação final teve treze questões, sendo nove (09) fechadas e quatro (04) abertas. O *link* do formulário foi disponibilizado para trinta e nove (39) cursistas e recebeu-se o retorno de vinte e quatro (24), o que representa 61% dos concluintes.

A tabela 6, apresenta a seguir, traz a distribuição da área de atuação dos cursistas que responderam à avaliação final. A maior participação nas avaliações finais foi de estudantes de graduação (37,5%), seguida por docentes (25%), educadores e profissionais de museu (12,5+12,5=25%).

Os dados mostram que o momento da avaliação ainda não é considerado muito importante no processo educativo, pois teve uma recorrência razoável na devolutiva do formulário. Pode ser por conta de se fazer a avaliação fora do horário disponibilizado no curso ou por não querer realmente avaliar o curso.

Tabela 6. Distribuição da área de atuação declarada pelos cursistas que realizaram a avaliação final do curso de acordo com o número de ocorrências

Área de atuação	Quantitativo de avaliação
Docente	6 (25%)
Educador Museal	3 (12, 5%)
Profissional de museu	3 (12,5%)
Estudante de Graduação	9 (37,5%)
Estudante de Pós-Graduação	2 (8,3%)
Outros	1 (4,2%)
Total	24

Fonte: A autora, 2022

A próxima questão foi relacionada à divulgação do curso. Perguntou-se aos cursistas como ficaram sabendo do curso. Lembra-se que a equipe do curso fez a divulgação através de redes sociais do Instituto de Geociências e do MGeo, através de envio de *e-mail* para secretarias de educação e instituições museais e centros culturais e por grupos de *Whatsapp*. A tabela 7, a seguir, apresenta a distribuição do quantitativo e porcentagem por meio de divulgação do curso.

Os dados mostram que as mídias eletrônicas foram o meio de divulgação mais recorrente entre os cursistas respondentes (62,5%).

Tabela 7: Distribuição do quantitativo e porcentagem por meio de divulgação do curso

Meios de comunicação	Quantitativo e porcentagem
Indicação de amigos e familiares	4 (16,7%)
Mídias eletrônicas (blog, redes sociais, site, etc.)	15 (62,5%)
Eventos (palestras, seminários, etc.)	Nenhuma
Mídias impressas (jornais, revistas, etc.)	Nenhuma
Veículos de comunicação de rádio e Televisão	Nenhuma
Outros	5 (21%)

Fonte: A autora, 2022

Perguntou-se também qual o motivo para se fazer o curso, se faria outro curso oferecido pelo MGeo e se recomendaria o curso para outras pessoas. Quanto à recomendação do curso e à possibilidade de se fazer outro curso, todos os cursistas responderam “sim”. A motivação para se fazer o curso é apresentada na tabela 8.

Tabela 8: Distribuição da motivação para se fazer o curso

Motivo para escolher o curso	Quantitativo e porcentagem
Vocação	1 (4,2%)
Empregabilidade	Nenhuma
Importância da profissão (status)	Nenhuma
Concorrência no processo seletivo	Nenhuma
Falta de opção	Nenhuma
Influência familiar ou do trabalho	1 (4,2%)
Previsão de remuneração	Nenhuma
Aperfeiçoamento	20 (83,3%)
Outros	2 (8,4%)

Fonte: A autora, 2022

Os dados mostram que, entre os cursistas que responderam o formulário de avaliação final (24), o maior motivo para se fazer o curso foi “Aperfeiçoamento”, o que fundamenta a importância de as universidades ofertarem cursos de extensão.

Em seguida foi perguntado sobre o que mais chamou atenção em PRIMEIRO e SEGUNDO lugar no curso. A tabela 9 mostra a porcentagem dos cursistas respondentes relacionados a área de interesse do curso.

Tabela 9: Distribuição dos cursistas por área de interesse do curso

Área de Interesse	Primeiro interesse	Segundo Interesse
Acessibilidade Cultural	35,7% (n=9)	45,8% (n=11)
Educação Ambiental	4,2% (n=1)	12,5% (n=3)
Geociências	12,5% (n=3)	4,2% (n=1)
Deficiência Intelectual	41,7% (n=10)	8,3% (n=2)
Tecnologia Assistiva	4,2% (n=1)	16,7% (n=4)
Diversidade	Nenhuma	12,5% (n=3)

n= número de cursistas respondentes.

Fonte: A autora, 2022

Os dados mostram que os cursistas respondentes buscaram o curso, em primeiro lugar, por tratar de “Deficiência Intelectual” (41,7%), seguido por “Acessibilidade Cultural” (35,7%). Quanto ao segundo lugar, destacam-se os temas “Acessibilidade Cultural” (45,8%), seguido por “Tecnologia Assistiva” (16,7%).

Usando uma escala de zero a cinco, em que zero é "Discordo Plenamente" e cinco é "Concordo Plenamente", os cursistas respondentes se manifestaram sobre o formato *online*, o relacionamento entre professores, mediadores e estudantes, o desenvolvimento de pensamento crítico, a construção de conhecimento, os programas das aulas, os conteúdos, as referências bibliográficas e assiduidade. A tabela 10, a seguir, apresenta a porcentagem dos cursistas que assinalaram a opção cinco “Concordo Plenamente” em cada aspecto avaliado.

Tabela 10: Distribuição dos cursistas nos aspectos avaliados com “Concordo Plenamente”

Aspectos Avaliados	Porcentagem
O curso no formato <i>online</i> atendeu suas expectativas?	83% (n=20)
Existiu um bom relacionamento entre professores, mediadores e estudantes?	100% (n=24)
A relação professor-mediador-estudante estimulou você a estudar, aprender e desenvolver pensamento crítico?	83% (n=20)
As estratégias de ensino utilizadas pelos professores ajudaram a construir seu conhecimento?	83% (n=20)
Os programas das aulas foram plenamente ministrados?	87% (n=21)
Os conteúdos das aulas foram expostos de forma clara?	87% (n=21)
Os conteúdos das aulas se relacionaram (interdisciplinaridade)?	83% (n=20)
Os conteúdos abordados no curso favoreceram a sua atuação em atividade profissional?	83% (n=20)
As referências bibliográficas indicadas pelos professores contribuíram para seus estudos e aprendizagem?	87% (n=21)
Fui um aluno assíduo (presente em sala de aula virtual):	75% (n=18)

n= número de cursistas respondentes

Fonte: A autora, 2022

Quanto ao curso no formato *online*, 83% responderam que atendeu suas expectativas. No momento de isolamento social foi a alternativa encontrada para realizar o curso e esse formato também possibilitou que pessoas de outros estados e até de outro país participassem, como afirmaram dois participantes “O curso foi maravilhoso, o fato de ser a distância me permitiu fazer o curso” e “O formato *online* é sempre um facilitador”.

A totalidade dos cursistas considerou que existiu um bom relacionamento entre professores, mediadores e estudantes, o que facilitou a interação durante as aulas, como destacado no trecho a seguir.

Foi além das minhas expectativas sobre o curso! Os palestrantes eram muito simpáticos, atenciosos e acessíveis. Abordaram assuntos, nos quais, me fizeram aprender muito e querer mais” e “A disponibilidade de tentar responder a todas as perguntas, as trocas e compreensão com o grupo em todos os contextos.

Na relação professor-mediador-estudante estimulando os cursistas a estudar, aprender e desenvolver pensamento crítico, 83% concordaram plenamente, como citado por cursistas nos trechos mencionados a seguir.

Gostei demais do curso. Inclusive gostaria de parabenizar a equipe pela dedicação e empenho, não somente pelos conteúdos, mas também pelo ambiente super acolhedor que o curso proporcionou (com destaque 'pro' maravilhoso Eduardo e sua mediação virtual sensacional),

O diálogo e o conteúdo.

Mediadores com muito conhecimento a compartilhar.

[...] a relação afetiva entre os participantes.

Também 83% disseram que as estratégias de ensino utilizadas pelos professores ajudaram a construir seu conhecimento, destacado em “a didática, palestrantes, tudo maravilhoso”. Neste aspecto, as oficinas tiveram significativas menções. Como ponto positivo, os cursistas falaram sobre a possibilidade de interação e de praticar o conteúdo apresentado, “As atividades sempre muito dinâmicas, que proporcionaram interação e melhor entendimento do que estava sendo proposto” e, ainda, “A dinâmica das oficinas foram interessantes e desafiadoras”.

Ao se perguntar sobre os programas das aulas, 87% responderam que foram plenamente ministrados, como citado por um cursista: “os assuntos das palestras que estavam totalmente de acordo com a proposta do curso e me fez aprender mais.”

Em relação aos conteúdos, 87% responderam que foram expostos de forma clara, 83% concordaram que os conteúdos se relacionaram e favoreceram a sua atuação em atividade profissional, conforme declarado: “acredito que o conteúdo foi super adequado” e “[...] os pontos que falaram sobre esse tema (acessibilidade e deficiência intelectual) foi muito positivo para o meu aprendizado e evolução como professora”.

Quanto às referências bibliográficas, 87% afirmaram que contribuíram para seus estudos e aprendizagem, com destaque para “a preocupação em fornecer bibliografia e os ppts” e “as sugestões de leitura”.

Quando indagados “Fui um aluno assíduo (presente em sala de aula virtual)?”, 75% dos cursistas concordaram plenamente.

Acima foram destacados os pontos positivos no curso. Agora, os pontos negativos e as sugestões também são abordados.

Apesar de muitos cursistas afirmarem que não teriam nenhum ponto negativo para destacar, alguns consideraram o tempo destinado para a realização das oficinas muito curto, o que pode ser observado nas seguintes falas: “Tempo das oficinas”,

“tempo muito curto para realizar as atividades práticas” e “A limitação do tempo para atividades práticas”.

Outro aspecto negativo foi a não disponibilização das gravações das aulas, como apontado nas seguintes falas: “O não acesso às gravações, por problemas de impossibilidade de assistir” e “Não disponibilizarem as gravações das aulas, pois é difícil conseguir anotar todas as informações importantes durante as aulas. Gostaria de assistir novamente depois”.

O horário do curso foi abordado por dois cursistas: “Para mim foi muito ruim o horário do curso, tive dificuldade para conciliar com a minha rotina de trabalho” e “Poderia ter 2 intervalos de 10 minutos. Seria melhor para ter mais concentração [...] E acho que poderia ter mais tempo para a interação do grupo todo. O horário poderia ser de 14h, porque 13h30 ainda é muito próximo do almoço”.

Quanto às expectativas relacionadas ao conteúdo e temática do curso, cabe ressaltar dois comentários em que a proposta não ficou clara ou fugiu dos objetivos “Criei expectativas de direcionamento de acessibilidade, quando na verdade, percebi que apesar do curso ter contribuído em vários outros aspectos, o foco me pareceu ser as contribuições didáticas dos cursistas” e “A divergência sobre deficiência intelectual. Compreendi que questões sobre outras acessibilidades PcD, como cegueira, não seriam parte do curso, sendo o foco específico DI”.

As sugestões oferecidas para a questão do horário foram as seguintes: realizar o curso em horário noturno ou nos finais de semana, a inserção de mais um intervalo durante as aulas e o aumento da carga horária total para disponibilizar um tempo maior para as oficinas.

Também foi sugerido a disponibilização das gravações das aulas, um maior aprofundamento das questões da deficiência intelectual e a inclusão de conteúdo (autismo e exemplos práticos de técnicas de acessibilidade). Outra sugestão foi a realização do curso presencialmente ou, pelo menos, a visita ao museu.

Cabe agora propor uma nova versão para o curso, com a incorporação das sugestões mais relevantes feitas pelos cursistas, sendo a próxima seção dedicada a este tema.

5.1 UMA NOVA PROPOSTA PARA O CURSO DE EXTENSÃO

Tomando como ponto de partida a avaliação dos cursistas e a observação crítica da autora, segue uma nova proposta para o curso de extensão “Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual”.

Como o formato *online* foi um facilitador e um atrativo para pessoas de outros estados, sugere-se as próximas edições no mesmo formato. No entanto, os encontros permanecem síncronos para facilitar a troca de experiências entre educandos e educadores.

A carga horária total do curso seria acrescida em mais 39 horas, pois alguns conteúdos foram expostos sem aprofundamento e as oficinas precisam de, pelo menos, uma hora para realização, totalizando 60 horas. Assim, sugere-se o desdobramento de alguns tópicos em aulas separadas.

Quanto à estrutura das aulas, recomenda-se manter a parte teórica mais debate, seguida de oficina. Ressalta-se que os módulos que não ofertaram oficina na primeira edição mostraram a necessidade de ter uma atividade prática, seja uma oficina, um estudo de caso, um *quiz*, ou qualquer outra atividade em que o cursista participe ativamente, pois as atividades práticas são consideradas uma forma de favorecer a consecução dos objetivos propostos.

Quanto à disponibilização das gravações das aulas, é possível conceder através de solicitação de direito de imagem e som dos professores convidados. Posteriormente, disponibilizar através de um *drive* ou utilizar uma conta no *Youtube*.

Quanto ao conteúdo programático do curso, sugere-se a seguinte estruturação, apresentada no quadro 3.

Módulo I - Aspectos Gerais da Deficiência e Acessibilidade Cultural Aula 1 - Conceito e tipologia, Histórico da deficiência e Deficiência Intelectual	4h
Módulo II – Direitos Humanos e legislação no campo da deficiência Aula 1 - Introdução aos Direitos Humanos, Diversidade e Acessibilidade Aula 2 - Capacitismo Aula 3 - Principais leis que tratam da deficiência e da acessibilidade	12h
Módulo III – Educação Patrimonial e Ambiental no contexto da acessibilidade cultural Aula 1 – Educação Patrimonial: Compreensão do Tempo Geológico como Tempo Profundo Formação e transformações do Planeta Terra; A relação do ser humano com o ambiente em que ele vive Aula 2 – Educação Ambiental Crítica Aula 3 – Acessibilidade Cultural no MGeo	12h
Módulo IV – Educação Museal e Acessibilidade Aula 1 – Conceito e histórico da Educação Museal Aula 2 – O Núcleo Educativo do Museu da Geodiversidade Aula 3 – Atividades de Acessibilidade do Museu da Geodiversidade	12h
Módulo V – Estratégias para mediação de crianças e jovens com Deficiência Intelectual Aula 1 – Tecnologia Assistiva para pessoas com Deficiência Intelectual Aula 2 – A experiência do MGeo	8h
Módulo VI – Audiodescrição Aula 1 – Conceito, diretrizes e elementos da audiodescrição? Aula 2 – Audiodescrição do acervo do MGeo	8h
Módulo VII – Visita virtual e/ou presencial ao MGeo	4h

Quadro 3: Nova proposta de conteúdo programático do curso
Fonte: A autora, 2022

Para a realização da nova proposta do curso é imprescindível que as pessoas envolvidas sejam convidadas novamente a participar e que possam contribuir com novas reflexões. Pode-se, também, envolver outros profissionais atuantes na temática.

Como o aprendizado é um constante fazer, a inquietação dos educadores deve refletir sua prática e a busca pela atualização.

Não se encerra aqui os apontamentos para uma atividade de formação continuada. Pretende-se formar outras parcerias, estreitar laços para fomentar mais ações como essa e contribuir para a inclusão cultural de pessoas com deficiência.

6 CONCLUSÃO

A acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência é um tema que ganha visibilidade, força e espaço na sociedade. A acessibilidade não depende apenas da “boa vontade” de profissionais. Ela está determinada por leis que garantem direitos básicos e fundamentais à vida humana e aqui destaca-se o direito à cultura.

Esta dissertação propôs realizar um levantamento teórico sobre Educação Ambiental, Educação Museal, Comunicação Científica, Acessibilidade Cultural, Deficiência Intelectual e Formação Continuada de profissionais de museus, centros culturais e da rede básica de ensino.

A fim de fortalecer a pauta sobre acessibilidade cultural, capacitar profissionais da Educação Museal e da Educação Formal, oferecendo um espaço para o diálogo e a criação, foi criado, executado e sistematizado o curso de extensão “Aprendendo a Lidar com a Diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o Público Infanto-Juvenil com Deficiência Intelectual”, gratuito e remoto com encontros síncronos.

A avaliação e análise da primeira edição do curso de extensão trouxe contribuições para futuras edições tais como, inclusão de conteúdo programático, atividades práticas e aumento da carga horária total.

A sistematização do curso oferece um maior aporte teórico e prático relacionados às temáticas principais a fim de suprir a carência da acessibilidade cultural na formação inicial oferecida nos cursos de graduação, pelas universidades.

Pode-se tecer algumas considerações críticas sobre este estudo. Procurou-se oferecer um curso que abordasse a formação de profissionais de museus e da educação, com o objetivo de compartilhar ações e atividades da Educação Ambiental e Patrimonial com as pessoas com Deficiência Intelectual, no âmbito da acessibilidade cultural.

A presente pesquisa atingiu os objetivos propostos inicialmente, pois problematiza a Educação Ambiental, a Educação Museal, a Acessibilidade Cultural e a Tecnologia Assistiva, num viés da educação crítica e dialógica proposta por Freire (2019).

A questão inicial da pesquisa - “Quais contribuições um curso de extensão virtual sobre Acessibilidade Cultural e os conceitos de Geodiversidade e Educação Ambiental fornece para capacitar profissionais de museus, espaços culturais e da rede de educação básica para atuarem com o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual” - foi respondida pelo presente estudo.

Do ponto de vista pedagógico, pode-se concluir que os pressupostos foram justificados pela atuação ativa dos cursistas, pela dialogicidade e pela promoção da reflexão com os profissionais e graduandos durante as aulas. Para relembrar, os pressupostos foram: (i) os profissionais museais e da rede básica de educação necessitam de uma formação continuada em acessibilidade cultural; (ii) a metodologia participativa empregada no curso de extensão pode contribuir para a transformação social, uma vez que os educadores são responsáveis pela formação humana integral; (iii) a Tecnologia Assistiva contribui para a fruição estética e cultural das pessoas com Deficiência Intelectual no museu; (iv) e os conceitos de Tempo Geológico e Educação Ambiental podem ser abordados na exposição “Memórias da Terra e contribuir para a formação social das pessoas”; e (v) a extensão universitária é um dos pilares do tripé universitário (ensino, pesquisa), em que questões sociais e culturais são abordadas dialogicamente durante a formação acadêmica, numa mão de via dupla com outros setores da sociedade para a transformação social.

Um dos desafios encontrados pela equipe foi o de fazer a interligação entre os conteúdos ministrados por diferentes professores, uma vez que alguns convidados não se conheciam e não se conseguiu fazer reunião com o grupo todo.

Durante o percurso do curso, a equipe fez algumas modificações no conteúdo e metodologia das aulas. Na primeira aula, teve-se a fala da professora e o debate, fazendo-se o intervalo quase ao final da aula, o que tornou o encontro cansativo. Na segunda aula o intervalo foi feito no meio do turno e o debate durante as falas das três professoras. Na terceira aula o debate foi realizado seguido às falas dos professores. O debate na quarta aula foi realizado depois da oficina. Na quinta e sexta aulas a dinâmica seguida foi: a fala dos professores, debate, intervalo e oficina, modelo considerado o mais apropriado para a troca de experiência.

O módulo IV – Tecnologia Assistiva no MGeo – foi reformulado, passando a ser intitulado Educação Museal e Acessibilidade no MGeo, visto que a equipe achou

importante abordar o histórico do Núcleo de Educação do MGeo, bem com a acessibilidade cultural nas suas ações e atividades.

Já no encerramento do curso, na sétima aula, como foi realizada a visita virtual, a interação dos participantes se deu durante todo o tempo, por se tratar de uma mediação.

Com isso, notou-se que as aulas que tiveram três professores ficaram com pouco tempo para a abordagem do conteúdo e para a interação, além de pouco tempo disponível para a realização das oficinas.

Entretanto, as avaliações dos cursistas mostraram que os objetivos do curso foram alcançados e que a equipe precisa fazer alguns ajustes nos conteúdos e na dinâmica das aulas, incorporando as sugestões para futuras edições.

Durante a divulgação do curso, a equipe recebeu dois convites de instituições para a realização de uma turma para seus funcionários, o que se encontra em estudo para ser viabilizado. Também é pretensão da equipe propor o curso no Edital de Cadastro de Propostas de Cursos de Capacitação, destinado ao desenvolvimento dos servidores da UFRJ, em consonância com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP - UFRJ, 2022), oferecido pela Pró-Reitoria de Pessoal, sendo o público-alvo formado por servidores ativos do quadro permanente da UFRJ (técnico-administrativos e docentes).

A continuidade na promoção de outras edições do curso se faz urgente e necessária, por conta da demanda de pessoas que se inscreveram na primeira edição e que ainda entram em contato com as coordenadoras, com o interesse em participar de uma futura turma.

Destacam-se algumas ações realizadas por parte da equipe do curso. Durante o ano de 2022 ofereceu-se oficinas no Festival do Conhecimento UFRJ - Do Ancestral ao Digital, e no XVII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (ENEDs), além de apresentação de trabalhos científicos no formato de resumo expandido, no VI Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico, e resumo simples, no X Seminário de Integração dos Técnicos Administrativos em Educação (SINTAE UFRJ).

Compreende-se a importância da formação continuada de profissionais de museus, de professores e graduandos no âmbito do Patrimônio Geológico, da

Educação Ambiental e da Acessibilidade Cultural, através de um curso de extensão gratuito.

Ressalta-se que, por ser um curso de extensão, oferecido pela UFRJ, é obrigatório ter em sua equipe estudantes extensionistas. A participação ativa de graduandos, como equipe executora, contribui para formação de profissionais críticos e capazes de atuar de forma dialógica, promovendo, assim, uma interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

A experiência mostrou que o curso forneceu subsídios introdutórios na temática pretendida, trazendo a Tecnologia Assistiva como uma forma de inclusão e transformação social das pessoas com deficiência.

É necessário sensibilizar e capacitar profissionais que trabalham com o atendimento ao público, com o intuito de eliminar a barreira atitudinal e fomentar a criação de espaços de discussões com responsabilidades para a inclusão na defesa de um mundo de acessos universais, sem segregações e barreiras, com uma sociedade mais justa, igualitária, inclusiva e acessível para todas as pessoas.

Ainda se encontram vários desafios na formação de público com Deficiência Intelectual em museus e espaços culturais. A iniciativa proposta aqui visou fornecer subsídios para que esses espaços sejam acolhedores, potenciadores e auxiliares na captação desse público.

Por fim, o espaço museal e cultural precisam ser acessíveis, abrangendo desde a formação dos seus profissionais até a utilização de Tecnologia Assistiva. O diálogo entre o museu ou espaço cultural e os docentes da educação básica também se faz necessário para o estreitamento de laços. Além disso, ainda é preciso avançar com a participação das pessoas com deficiência no planejamento das atividades e ações culturais.

REFERÊNCIAS

AAIDD. Associação Americana de Deficiência Intelectual e de Desenvolvimento. **Definição de deficiência intelectual.** s/d. Disponível em: <https://www.aidd.org/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ARACRI, Eveline Milani Romeiro Pereira. **Professores no Museu da Geodiversidade:** o capital cultural nas percepções e expectativas da relação museu-escola. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ARAUJO, Raquel Chagas. **Acessibilidade em biblioteca:** um diagnóstico de acessibilidade na biblioteca do instituto de estudos em saúde coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2019. Monografia (Pós-Graduação em Acessibilidade Cultural) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental,** Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Brasília, 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 09 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. **Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 1154, de 1º de janeiro de 2023. **Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1154.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

CARDOSO, Eduardo. **Escrita simples e com símbolos pictográficos de comunicação em museus.** Seminário Internacional Acessibilidade em Museus e Espaços Culturais, p. 151-169, SESC/SP 2018.

CASTRO, Aline Rocha de Souza Ferreira de. **Caminhando em direção ao museu inclusivo:** diagnóstico de acessibilidade da exposição “Memórias da Terra” (Museu da Geodiversidade – IGEO/UFRJ) com o mapeamento das intervenções necessárias. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Acessibilidade Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Acessibilidade Cultural, Departamento de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CASTRO, Aline Rocha de Souza Ferreira de; ARACRI, Eveline Milani Romeiro Pereira; DIOGO, Marcia Cezar; MANSUR, Kátia Leite; CARVALHO, Ismar de Souza. A Olimpíada Brasileira de Geociências: contribuição para a popularização das Ciências da Terra. **Terra e Didática**, v. 11, n. 2, p. 108-116, 2014. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

COSTA, Andréa; CASTRO, Fernanda; CHIOVATTO, Milene e SOARES, Ozias. Educação Museal. *In*: IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Cadernos da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018, p. 73-77.

COSTA, Andréa; SILVA, Jonatan; SILVA, Thatiana Antunes Vieira da; OLIVEIRA, Ana Cristina Prado de. Licenciaturas e Formação de Educadores/as Museais em Debate: relatos da experiência de uma atividade interdisciplinar. **Raízes e Rumos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 136-146, jul.-dez., 2021.

DAGNINO, Renato (org.) **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Disponível em: <https://docplayer.com.br/353279-Tecnologia-social-uma-estrategia-para-o-desenvolvimento.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORNELES, Patrícia Silva; CARVALHO, Claudia Reinoso Araujo de; SILVA, Ana Cecília Chaves. O Curso de Pós-Graduação em Acessibilidade Cultural da UFRJ: Breve Estudo sobre seu Papel na Construção de uma Política de Formação, Perfil dos Discentes e suas Contribuições de Pesquisa e Ação Cultural na Área. *In*: XII ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, v. 1, 2016, Salvador. **Anais [...]** Salvador, 2016. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/2894-2/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: Breve Passeio Histórico. *In*: MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello; FILHO, Paulo Romeu (Organizadores). **Audiodescrição: Transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010, p. 23-42.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FEDERICI, Sílvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2018.

GARCÍA-CORTÉS, Ángel; URQUÍ, Luis Carcavilla. **Documento Metodológico para la elaboración del inventario español de lugares de interés geológico (IELIG)**. Madrid: Instituto Geológico y Minero de España, 2013.

GRUZMAN, Carla; SIQUEIRA, Vera Helena F. de. O papel educacional do Museu de Ciências: desafios e transformações conceituais. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 6, n. 2, p. 402-423, 2007.

GUIMARÃES, Mauro; VASCONCELLOS, Maria das Mercês N. Relações entre educação ambiental e educação em ciências na complementaridade dos espaços formais e não formais de educação. **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 147-162, 2006.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed. revista. – Brasília: MMA, 2006.

Hooks, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ICOM. **Nova Definição de Museu**. República Checa: Praga, 2022. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?p=2756>. Acesso em: 24 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal - PNEM**. Brasília, DF: IBRAM/MinC, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. **Site do Sistema Brasileiro de Museus**. Brasília, DF: IBRAM/MinC, 2018. Disponível em: http://www.museus.gov.br/sbm/oqueemuseu_apresentacao.htm. Acesso em: 12 jun. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **O Capital, Livro Primeiro**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MASCARENHAS, Debora Feldman Pedrosa. **A linguagem simples como acessibilidade para pessoas com deficiência intelectual na experiência do Cosmos no Museu do Amanhã**. 2018 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MASCARENHAS, Luiza Teles. **Guia básico de Acessibilidade para a 11ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2022. Disponível em: <https://siac.ufrj.br/guia-de-acessibilidade/>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA - **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Coordenação geral do Plano Nacional de Cultura. Ministério da Cultura. 3. ed. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>. Acesso em: 16 fev. 2021.

ONU, **Declaração Internacional de Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 02 out. 2021.

ROCHA, Eucenir Fredin; CASTIGLIONI, Maria do Carmo. Reflexões sobre recursos tecnológicos: ajudas técnicas, tecnologia assistiva, tecnologia de assistência e tecnologia de apoio. **Rev. Ter. Ocup. Univ.** São Paulo, v. 16, n. 3, p. 97-104, set./dez., 2005.

ROCHA, Jessica Noberto (org.) **Guia de museus e centros de ciências acessíveis da América Latina e do Caribe**. Ilustrado por Barbara Mello. Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: RedPOP. 1. ed. Montevideu: Unesco, 2017. Disponível em: https://grupomccac.org/wp-content/uploads/2017/12/GUIA-PT-Final_sem-audiodescrição.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.

SAMAGAIA, Rafaela Rejane. **Comunicação, divulgação e educação científicas: uma análise em função dos modelos teóricos e pedagógicos**. 2016, 352f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SANTOS, Damiane Daniel Silva Oliveira dos. **Estratégias para mediação de crianças e jovens com Deficiência Intelectual no Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ)** 2019, 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Acessibilidade Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Acessibilidade Cultural, Departamento de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Damiane Daniel Silva Oliveira dos, CASTRO, Aline Rocha de Souza Ferreria de, de SOUZA, Vera Lúcia Vieira de; PELOSI, Miryam Bonadiu. Estratégias para Recepção e Mediação de Jovens com Deficiência Intelectual no Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ). **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 9, n. 2, 2021, p. 244–256. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/9541>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em Espaços Culturais: mediação e comunicação sensorial**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2015.

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência – benefícios para todos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 6, jun. 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 29 out. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOARES, Ozias Jesus Soares; GRUZMAN, Carla. O Lugar da Pesquisa na Educação Museal: desafios, panorama e perspectivas. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 115-139, Maio/Agosto 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ. **Diretrizes de contingência da COVID-19 no âmbito da UFRJ**. Elaborado pelo Grupo de Trabalho da UFRJ sobre o Novo Coronavírus, em 11/3/2020. 2020a. Disponível em: <https://coronavirus.ufrj.br/wp-content/uploads/sites/5/2020/03/Diretrizes-atualizado.pdf>. Acesso em: 21jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ. Plano Museológico do Museu da Geodiversidade. Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: https://igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/05/Plano-Museologico_MGeo_Versao-publicacao-8-janeiro.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ. **Resolução Conjunta CEG - CEU Nº 01/2021**. Disponível em: https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/CEU/RESOLUCOES/RESOLUCOES_CONJUNTAS/8-2022-resolucao_conjunta_ceg_ceu_boletim.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 448-450, jul./dez. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO NO CURSO

Inscrição no Curso de Extensão Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual - Online e Gratuito

Importante! Leia com atenção o texto abaixo e confira se esse curso é para você e se tem disponibilidade para estar presente nos dias e horários das aulas.

Promovido pelo Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ) em parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (NIDES/UFRJ), este curso tem por objetivo a formação continuada em acessibilidade cultural dos profissionais que atuam direta e indiretamente com o público de pessoas com deficiência intelectual. Com tal instrumento, pretende-se contribuir para a inclusão e participação das pessoas com deficiência intelectual em museus e espaços culturais voltados para a educação ambiental e geociências com uso de Tecnologia Assistiva.

O curso está organizado em 7 encontros com os seguintes conteúdos:

Módulo I - Aspectos Gerais da Deficiência e Acessibilidade Cultural - Conceito e tipologia, Histórico da Deficiência Intelectual

Módulo II – Direitos Humanos e legislação no campo da deficiência - Introdução aos Direitos Humanos, Diversidade e Acessibilidade; Capacitismo; Principais leis que tratam da deficiência e da acessibilidade

Módulo III – Tempo Geológico e Educação Ambiental no contexto da acessibilidade cultural - Compreensão do Tempo Geológico como Tempo Profundo Formação e transformações do Planeta Terra; A relação do ser humano com o ambiente em que ele vive

Módulo IV – Tecnologia Assistiva no MGeo; Exemplos do MGeo com discussão

Módulo V – Estratégias para mediação de crianças e jovens com Deficiência Intelectual - A experiência do MGeo

Módulo VI – Audiodescrição - Como fazer uma audiodescrição? Audiodescrição do acervo do MGeo

Módulo VII – Visita virtual ao MGeo

Quem pode participar?

Este curso é destinado aos profissionais de museus, da Educação Básica, preferencialmente, da rede pública de ensino, pessoas que atuam em órgãos/instituições de Atendimento Especializado e estudantes de graduação ou pós-graduação interessados pelo tema.

As aulas serão síncronas e acontecerão nos dias 09, 16, 23, 30 de março, 06, 13 e 20 de abril, (quartas-feiras) das 13h e 30 min às 16h e 30 min através da plataforma Google Meet.

Os participantes com 75% de presença receberão certificados.

Atenção: O acesso ao ambiente do curso e toda a comunicação da comissão organizadora com o cursista será exclusivamente pelo e-mail cadastrado no momento da inscrição através deste formulário. Por isso, fique atento à sua caixa de e-mail e não deixe de verificar o SPAM.

Informações pelo e-mail cursosmgeo@igeo.ufrj.br

Preencha os campos a seguir e aguarde para saber se o seu nome está na lista de selecionados.

O resultado será encaminhado por e-mail no dia 18/02/2022.

damiane@igeo.ufrj.br [Alternar conta](#)



*Obrigatório

Informações Pessoais

Nome Completo (Como virá no certificado) *

Sua resposta

Data de Nascimento *

Data

dd/mm/aaa:

Email *

Sua resposta

Cidade/Estado *

Sua resposta

Telefone *

Sua resposta

RG *

Sua resposta

CPF *

Sua resposta

Possui alguma deficiência *

- Sim
- Não
-

Se sim, especifique :

Sua resposta

Necessita de algum recurso de acessibilidade para as aulas ? *

- Sim
- Não
-

Se sim, especifique :

Sua resposta

Atuação : *

- Docente
- Profissional de museu ou espaço cultural
- Estudante - Especifique o curso
- Outro: _____
-

Informação Profissional (Docente)

Nome da instituição em que trabalha *

Sua resposta _____

Tempo de Magistério : *

Sua resposta _____

Rede de ensino em que atua: *

Sua resposta _____

Segmento(s) para o(s) qual(is) leciona *

Sua resposta _____

Série(s) que leciona *

Sua resposta _____

Qual(is) disciplina(s) leciona ? *

Sua resposta _____

Tempo que trabalha na instituição *

Sua resposta _____

[Voltar](#)[Próxima](#)[Limpar formulário](#)

Local em que trabalha *

 Escola Museu ou espaço cultural Outro: _____[Voltar](#)[Próxima](#)[Limpar formulário](#)

Informação Profissional

Nome da Instituição em que trabalha *

Sua resposta

Tempo que trabalha na instituição *

Sua resposta

Informação Educacional

Instituição em que estuda *

Sua resposta

Curso/período *

Sua resposta

Voltar

Próxima

Limpar formulário

Motivação

Qual é a sua motivação para fazer o curso? *

Sua resposta

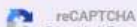
Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido

Voltar

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.



APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS MÓDULOS PARA OS CURSISTAS VIA GOOGLE FORMS



Questionário de Avaliação do Módulo I

Curso de Extensão Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação

Ambiental para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual

Este questionário visa avaliar o Módulo I - Aspectos Gerais da Deficiência e Acessibilidade Cultural.

Pretende-se a partir deste, tornar visível, caracterizado e mapeado os pontos em que alcançamos os objetivos e àqueles em que precisamos melhorar, de modo que seja possível o

encaminhamento de soluções para a melhoria de futuros encontros.

Não é necessário que você se identifique.

Desde já agradecemos sua valiosa participação!

cursoesmgeo@igeo.ufrj.br Alternar conta



*Obrigatório

E-mail *

Seu e-mail

Qual categoria você pertence? *

Docente

Educador Museal

Profissional de museu

Estudante de Graduação

Estudante de Pós-graduação

Outro:

Numa escala de 0 a 5, onde 0 é muito insatisfeito e 5 muito satisfeito, assinale *
em cada questão como você se sentiu durante a aula.

	0	1	2	3	4	5
A proposta apresentada atingiu o objetivo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A abordagem metodológica foi adequada?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A proposta estimulou e desencadeou novas ideias?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qual o seu grau de satisfação com o material didático utilizado durante o módulo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os facilitadores demonstraram domínio suficiente dos assuntos abordados?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Com relação a condução da aula no formato online, avalie o desempenho dos *
facilitadores:

	Não	Sim	Mais ou Menos
Você considera que houve uma relação dialógica entre facilitadores, mediador e cursistas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Houve espaço para discussões e reflexões?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As ideias principais foram retomadas, resumidas, esclarecidas ou completadas, quando necessário?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os exemplos utilizados foram ilustrativos, simples, relevantes e ajustados aos conceitos principais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Você conseguiu fazer relação entre os conteúdos do curso com sua atividade profissional?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Qual atividade prática foi realizada na aula? *

- Oficina
- Roda de conversa
- Estudo de caso
- Nenhuma
- Outro: _____

A atividade prática atendeu aos objetivos da aula? Caso negativo, justifique. *

Sua resposta _____

Deixe aqui dúvidas, sugestões, críticas, elogios, justificativas ou qualquer ponto que gostaria de colocar sobre o módulo. *

Sua resposta _____

Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido.

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO FINAL DE AVALIAÇÃO PARA OS CURSISTAS VIA GOOGLE FORMS




Questionário Final - Curso de Extensão Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual - 2022

Chegamos ao final da nossa jornada!

Este questionário visa avaliar o Curso de Extensão Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual. Pretende-se a partir deste, tornar visível, caracterizado e mapeado os pontos em que alcançamos os objetivos e àqueles em que precisamos melhorar, de modo que seja possível o encaminhamento de soluções para futuros encontros.

Não é necessário que você se identifique.

Desde já, agradecemos sua valiosa participação!

 ursosmgeo@igeo.ufrj.br (não compartilhado) [Alternar conta](#)



*Obrigatório

Qual categoria você pertence? *

- Estudante de Pós-graduação
 - Educador Museal
 - Docente
 - Profissional de museu
 - Estudante de Graduação
 - Outro: _____
-

Como ficou sabendo do curso? *

- Mídias impressas (jornais, revistas, etc.)
- Veículos de comunicação de rádio e Televisão
- Mídias eletrônicas (blog, redes sociais, site, etc.)
- Eventos (palestras, seminários, etc.)
- Indicação de amigos e familiares
- Outro: _____

Por que escolheu o curso? *

- Vocação
 - Empregabilidade
 - Importância da profissão (status)
 - Concorrência no processo seletivo
 - Falta de opção
 - Influência familiar ou do trabalho
 - Previsão de remuneração
 - Aperfeiçoamento
 - Outro: _____
-

Você faria outro curso do MGeo? *

- Sim
- Não
- Prefiro não opinar

Você recomendaria esse curso para outras pessoas? *

- Sim
- Não
- Prefiro não opinar

Justifique caso tenha marcado não *

Sua resposta

Considerando o seu interesse pelo curso, o que mais te chamou atenção em PRIMEIRO lugar? *

- Acessibilidade Cultural
- Educação Ambiental
- Geociências
- Deficiência Intelectual
- Tecnologia Assistiva
- Diversidade

Considerando o seu interesse pelo curso, o que mais te chamou atenção em SEGUNDO lugar? *

- Acessibilidade Cultural
- Educação Ambiental
- Geociências
- Deficiência Intelectual
- Tecnologia Assistiva
- Diversidade

Como você avalia sua participação/interesse em sala de aula virtual nas atividades do curso como um todo? *

- Muito Alta
- Alta
- Regular
- Baixa
- Muito baixa
- Sem condições de responder

Destaque pontos que você considerou positivo no curso? *

Sua resposta

Destaque pontos que você considerou negativo no curso? *

Sua resposta

De que forma poderíamos melhorar este curso? *

Sua resposta

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto de pesquisa: Acessibilidade Cultural para o Público com Deficiência Intelectual em Museus de Ciências: Reflexões sobre Formação de Educadores num Curso de Extensão voltado para Educação Ambiental e Geodiversidade

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre a proposta metodológica do Curso de Extensão Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infante-juvenil com Deficiência Intelectual - Online e Gratuito. A pesquisadora Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos, sob orientação da Prof^a Dr^a Heloisa Teixeira Firmo e coorientação da Prof^a Dr^a Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pretende realizar um estudo com as seguintes características:

Objetivo do estudo: Fornecer dados que possam permitir aperfeiçoar a proposta metodológica do curso de extensão “Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público com Deficiência Intelectual”.

Descrição dos procedimentos de coleta de dados: a coleta de dados será realizada por meio de um questionário *online* (pela internet) que possui o intuito de investigar os pontos em que alcançamos os objetivos e aqueles em que precisamos aperfeiçoar, de modo que seja possível o encaminhamento de soluções para a melhoria de futuros encontros. Trata-se de um questionário ANÔNIMO (você não precisa colocar o seu nome) e seu tempo de resposta dura em média 15 minutos.

Riscos: a participação na presente pesquisa não envolverá nenhum risco a você, uma vez que será aplicado um questionário anônimo (isto é, você não precisará colocar seu nome). A aplicação do questionário será realizada a partir do acesso a uma plataforma específica ao final de cada aula, sem nenhum procedimento invasivo, sem gerar custos ou deslocamentos, mantendo assim o distanciamento social indispensável neste momento. Além disso, o seu anonimato estará garantido. Nenhuma informação obtida do presente estudo resultará em identificação do participante de pesquisa e somente os pesquisadores poderão ter acesso aos dados.

Benefícios aos participantes e para a sociedade: a partir desse estudo poderemos sistematizar a proposta metodológica do curso de extensão oferecido, para assim replanejar e editar futuras edições. Além de contribuir para a formação de profissionais de museus e da rede de educação básica sobre acessibilidade cultural, Geodiversidade e Educação Ambiental, o curso capacitará os participantes para atuar com o público infante-juvenil com Deficiência Intelectual em museus. Desse modo, esse estudo poderá gerar pressupostos para o desenvolvimento de novas pesquisas e ações de políticas públicas relacionadas à acessibilidade e inclusão do público infante-juvenil em museus.

Garantia de acesso aos pesquisadores: em qualquer fase do estudo você poderá ter acesso à pesquisadora responsável pelo projeto, Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos, no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), do Centro de Tecnologia (CT), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), situado à Avenida Athos da Silveira Ramos, 149 - Bloco A, 2º andar - Sala ABC 112 - Mezanino, ligação ABC (fundos do Bloco

B), sala 112, Centro de Tecnologia, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, pelo telefone (21) 98193-6175 ou pelo e-mail damiane@igeo.ufrj.br.

Garantia de liberdade: a sua participação neste estudo é absolutamente voluntária. Dentro deste raciocínio, todos os participantes estão integralmente livres para, a qualquer momento, negar o consentimento ou desistir de participar e retirar o consentimento, sem que isso provoque qualquer tipo de penalização. Lembramos, assim, que sua recusa não trará nenhum prejuízo à relação com o pesquisador ou com a instituição e sua participação não é obrigatória. Mediante a aceitação, espera-se que você responda o questionário.

Direito de confidencialidade e acesso: os dados colhidos na presente investigação serão utilizados para elaborar uma dissertação, artigos e outros produtos científicos. Porém, todas as informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o absoluto sigilo de sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar a identificação do participante e ninguém, com exceção dos próprios pesquisadores, poderá ter acesso aos resultados da pesquisa. Por outro lado, você poderá acessar aos seus próprios resultados a qualquer momento, desde que nos forneça um contato após o preenchimento do questionário, para que possamos identificá-lo(a).

Despesas e compensações: você não terá, em momento algum, despesas financeiras pessoais. Também, não haverá compensação financeira relacionada à sua participação.

Uso de imagem e som: todo material audiovisual assim como as informações obtidas serão utilizados para fins de pesquisa científica/educacional, podendo ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, o(a) participante não será identificado(a) por nome ou qualquer outra forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda. Não serão disponibilizados aos participantes.

Uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido será enviado por e-mail.

() Li e concordo com minha participação

() Não concordo com a minha participação

Rio de Janeiro, __ de _____ de 2022.

Nome completo do voluntário:

E-mail: Telefone:

Assinatura do voluntário:

Assinatura do pesquisador:

APÊNDICE E – ROTEIRO PARA ELABORAR UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO

Quem sistematiza (HOLLIDAY, 2006, p. 97-100).

A pesquisadora que colabora com o Museu da Geodiversidade na parte de acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência e que, diante da necessidade de capacitar os profissionais de museus, da educação básica e graduandos, reconhece a importância de ofertar curso de extensão para formação continuada desses profissionais.

Objetivo da sistematização

Construir - a partir da experiência institucional - uma proposta de curso de extensão que contribua para a acessibilidade cultural em museus ou espaços culturais.

Delimitação do objeto a ser sistematizado

As experiências do curso de extensão Aprendendo a lidar com a diversidade, do Museu da Geodiversidade, do Instituto de Geociências da UFRJ realizado em 2022.

O Eixo da sistematização

“O trabalho em acessibilidade cultural e os níveis de autonomia e de capacidade de proposta por parte da equipe do Museu da Geodiversidade”.

Procedimento

O processo será executado pela autora dessa pesquisa.

O processo durará um ano: dois meses de preparação, três meses para construir o curso, um mês para divulgar o curso e realizar as inscrições e seleção, dois meses para execução do curso, três meses para a interpretação crítica e dois meses para elaborar conclusões e um plano de formação.

Serão feitas reuniões de planejamento com a equipe do MGeo, com os estudantes extensionistas e com os professores convidados.

Serão utilizadas como registro todas as gravações das aulas, atas das reuniões, documento do cadastro do curso no SIGA e relato dos estudantes extensionistas.

Reconstrução histórica

Reconstruir o processo de construção do curso de extensão Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual, cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ em 2021 e executado em 2022.

Roteiros de aspectos a ordenar e classificar (Para cada etapa)

Motivações que a levou a criar o curso.

Principais ações que realizou.

Dúvidas e dificuldades que enfrentou.

Aspectos que lhe ajudou a continuar.

Objetivos que se colocou.

Concepção de profissionais de museus e da educação básica que tinha.

Formas de relação com acessibilidade social.

Roteiro para a interpretação crítica do processo

Que tipo de motivações foram as mais comuns na pesquisadora no início? Mudaram? Por quê?

Que mudanças se observam entre os objetivos colocados nas diferentes etapas?

Tomando em conta todo o processo, que aspectos aparecem como essenciais na formação do público-alvo?

Formulação de conclusões

Formular conclusões práticas expressas em um plano de formação de novo curso considerando tudo o que foi aprendido do resgate da experiência inicial.

Formular algumas conclusões teóricas sobre a relação entre a formação continuada dos profissionais de museus, da educação básica e graduandos com a acessibilidade cultural para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual.



Produto de comunicação

Uma nova proposta de curso de extensão o tema.

APÊNDICE F – FORMULÁRIOS DE REGISTRO

Este formulário está desenhado para ser preenchido uma vez completada uma atividade. Pode ser desenvolvido de maneira individual (pela pessoa responsável ou que nela participou) ou coletiva (pela equipe) (HOLLIDAY, 2006, p. 110).

Pessoa que preenche o formulário	Damiane		
Projeto/Área ou Programa	Módulo I	Data	09/03/2022
1. O que foi feito?			
Aula intitulada Aspectos Gerais da Deficiência e Acessibilidade Cultural, ministrada pela Professora Dra. Miryam Pelosi.			
1.1 Onde se realizou a atividade?	Na sala virtual do <i>Zoom</i> .		
1.2 Quem e quantos participaram?	35 cursistas, 8 extensionistas, 6 membros da equipe e 1 professor. Total 50		
1.3 Duração da atividade:	3 horas (das 13h e 30 min às 16h e 30 min)		
1.4 Breve descrição da atividade:			
<p>A professora compartilhou uma apresentação e começou sua exposição oral falando sobre a diferença das terminologias Deficiência Intelectual e Mental. Explicou que a classificação da Deficiência Intelectual é feita pelo suporte necessário à pessoa: sem apoio, com apoio intermitente, apoio limitado, apoio extensivo ou apoio generalizado, até os 21 anos de idade.</p> <p>Apresentou as singularidades e diferenças entre as pessoas do grupo com Deficiência Intelectual. São elas: dificuldades cognitivas, na compreensão de palavras e linguagem complexa, códigos e instruções múltiplas; dificuldades de atenção, memória de trabalho, tomada de decisão; dificuldade de raciocínio, resolução de problemas, planejamento e abstração. Exemplificou as necessidades e estratégias que podem ser utilizadas com pessoas com Deficiência Intelectual, sobretudo no meio cultural, abordando texto em linguagem simples, texto em linguagem simples com símbolos, pranchas de comunicação.</p> <p>O debate versou sobre algumas expressões fora de uso, sobre a construção e o uso de pranchas de comunicação e PECs e sobre como priorizar determinado assunto numa exposição.</p>			
2. Se a atividade tinha sido programada previamente			
2.1 Objetivos pré-definidos	Apresentar a terminologia de deficiência intelectual (conceito, características, necessidades e estratégias para fruição em ambientes culturais).		
2.2 Resultados alcançados:			
Houve uma boa participação dos cursistas, seja através do chat ou via câmera. Perguntas sobre o conteúdo.			
2.2.1 Em relação aos objetivos	Os objetivos foram alcançados.		
2.2.2 Não previstos			
3. Se a atividade não havia sido programada previamente			

3.1 Como e por que se decidiu realizá-la ou participar dela:			
3.2 Resultados alcançados			
4. Impressões ou observações sobre a atividade:			
<p>O acesso ao <i>Zoom</i> foi dificultoso e confuso por conta do cadastro feito anteriormente.</p> <p>Como pré-atividade foi montado um mural interativo para apresentação pessoal no <i>Padlet</i> e nem todos participaram.</p> <p>Sentiu-se a necessidade de atividade prática.</p> <p>Ficou cansativo fazer o intervalo após o debate.</p> <p>Disponibilizar a gravação da aula e o material da apresentação para os cursistas.</p>			
5. Documentos de referência (planos, transcrições, programa, material utilizado...)			
Gravação da aula e do <i>chat</i> , <i>slides</i> da professora, textos base.			
Pessoa que preenche o formulário	Damiane		
Projeto/Área ou Programa	Módulo II do curso	Data	16/03/2022
1. O que foi feito?			
Aula com o tema Direitos Humanos e legislação no campo da deficiência ministrado por Rose Lane Gadelha, Vilma Frazão, Rita de Cássia Gomes			
1.1 Onde se realizou a atividade?	Na sala virtual do <i>Zoom</i> .		
1.2 Quem e quantos participaram?	29 cursistas, 11 extensionistas, 6 membros da equipe e 3 professores. Total 49		
1.3 Duração da atividade:	3 horas (das 13h e 30 min às 16h e 30 min)		
1.4 Breve descrição da atividade			
<p>A primeira parte da aula contou com uma dinâmica de sensibilização sobre o capacitismo feita pela Professora Rose Lane.</p> <p>Os cursistas foram convidados a construir um personagem de acordo com expressões que eram lidas pela Rose. O objetivo da dinâmica foi mostrar que cada pessoa percebe, armazena, codifica e decodifica uma mesma informação de maneira individual, apresentar expressões capacitistas e realizar um movimento para eliminação de barreiras atitudinais.</p> <p>A segunda parte da aula foi ministrada pela Rita de Cássia com um <i>Quiz</i> contendo perguntas relacionadas aos Direitos Humanos, Diversidade e Acessibilidade, onde as respostas eram Verdadeiras ou Falsas e os cursistas tinham que responder com ícones do <i>Zoom</i>   sendo V para verdadeiro e X para falso.</p> <p>As perguntas versavam sobre equidade de gênero e raça, políticas públicas para grupos excluídos, utensílios que não foram construídos para um uso universal e que causam a exclusão, ambientes educacionais inclusivos, eliminação de barreira atitudinal, mercado de trabalho para pessoas com deficiência, conceito de inclusão, modelo médico e social da deficiência, autonomia das pessoas com deficiência.</p> <p>A terceira parte foi conduzida pela Vilma Frazão apresentou algumas leis brasileiras que abordam a acessibilidade. A saber: a Constituição Federal/1988, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9394/1996), A Lei de LIBRAS (Lei nº 10.436/2002), a Lei de Cotas (Lei 13.409 de 2016).</p>			

No debate foram levantadas questões sobre a Classificação Internacional de Funcionalidade, a vivência e as estratégias de aprendizagem da Rose Lane como pessoa com dislexia, a barreira atitudinal do capacitismo, objetos mediadores em exposições museais.			
2. Se a atividade tinha sido programada previamente			
2.1 Objetivos pré-definidos	Fazer uma breve introdução aos Direitos Humanos e Acessibilidade. Refletir sobre a diversidade e acessibilidade. Identificar e eliminar ações e atitudes capacitistas. Apresentar as principais leis que tratam da deficiência e da acessibilidade.		
2.2 Resultados alcançados:	Durante a sensibilização, chamou a atenção uma cursista que falou que não conseguiu fazer o desenho pois as expressões faladas a fizeram lembrar do preconceito que passa por ser uma pessoa com deficiência. Esse depoimento revela o quanto as pessoas com deficiência são discriminadas não apenas por palavras, mas também por atitudes e ações preconceituosas e que, mesmo em cursos com temas de inclusão, como esse oferecido, precisamos nos manter atentos(as) para a exclusão involuntária, para tornar consciente essas atitudes que são involuntárias, mas que, da mesma forma, excluem a pessoa com deficiência, ou seja, devemos difundir, mas também praticar uma educação anticapacitista. Os cursistas participaram do <i>Quiz</i> selecionando o ícone que achava apropriado, sendo que algumas questões ficaram divididas o quantitativo de respostas. Houve uma conscientização sobre a importância de bibliotecas, museus, espaços culturais e escolas estarem adaptados para receberem pessoas com deficiência.		
2.2.1 Em relação aos objetivos	Em relação à legislação, ficou faltando apresentar alguns documentos.		
2.2.2 Não previstos			
3. Se a atividade não havia sido programada previamente			
3.1 Como e por que se decidiu realizá-la ou participar dela:			
3.2 Resultados alcançados			
4. Impressões ou observações sobre a atividade:			
Ficou muito conteúdo para uma única aula. A parte sobre legislação precisava de mais tempo para exposição e discussão. A forma de apresentar o conteúdo através de um <i>Quiz</i> tornou a aula mais interativa. Quem assistiu a aula pelo celular teve dificuldade para ler as perguntas.			
5. Documentos de referência (planos, transcrições, programa, material utilizado...)			
Gravação das aulas e do chat, referências textuais, reuniões com os professores, slides com as perguntas do <i>Quiz</i> .			
Pessoa que preenche o formulário	Damiane		
Projeto/Área ou Programa	Módulo III	Data	23/03/2022
1. O que foi feito?			
Aula expositiva sobre Tempo Geológico e Educação Ambiental no contexto da acessibilidade cultural, ministrado pela Professora Dra. Heloisa Firmo, pelos pesquisadores Renan Paiva e Tatiana de Castro.			

1.1 Onde se realizou a atividade?	Na sala virtual do <i>Zoom</i> .
1.2 Quem e quantos participaram?	22 cursistas, 10 extensionistas, 6 membros da equipe e 3 professores. Total 38
1.3 Duração da atividade:	3 horas (13h e 30 min às 16h e 30 min)
1.4 Breve descrição da atividade	
<p>Na primeira parte da aula a Professora Heloisa Firmo trouxe elementos da Educação Ambiental numa perspectiva crítica, utilizando a questão da reflexão da práxis de Paulo Freire para a transformação social. Destacou algumas reflexões sobre a Carta da Terra. Ressaltou que a educação ambiental crítica vai além das mudanças do comportamento individual, mas na coletividade, nas interações sociais.</p> <p>Na segunda parte da aula o Professor Renan Paiva abordou os conceitos de Tempo Geológico, Educação Patrimonial e a importância de trabalhar esses temas num museu universitário. Começou falando sobre a memória da Terra através do Tempo Geológico que envolve bilhões de anos de existência do nosso planeta. Apresentou a Declaração Internacional de Direito a Memória da Terra.</p> <p>Na terceira parte da aula, a Professora Tatiana Fonseca apresentou os conceitos de inclusão e acessibilidade (Sasaki, 2009), a LBI, enfatizando a mudança de paradigma no modelo de deficiência, do biomédico para o social, onde o primeiro atribui o problema à saúde do indivíduo, considerando a deficiência como doença, e o segundo traz a sociedade excludente como problema, contendo barreiras e obstáculos que tiram a capacidade do ser humano em se relacionar.</p>	
2. Se a atividade tinha sido programada previamente	
2.1 Objetivos pré-definidos	<p>Apresentar o conceito de Educação Ambiental Crítica.</p> <p>Apresentar o conceito de Educação Patrimonial.</p> <p>Apresentar o conceito de Tempo Geológico.</p> <p>Apresentar o conceito de inclusão e acessibilidade.</p> <p>Estabelecer a diferença dos modelos de deficiência.</p> <p>Discutir sobre eliminação de barreiras e obstáculos para pessoas com deficiência nos museus.</p>
2.2 Resultados alcançados:	
<p>A conscientização sobre a contribuição de diferentes áreas do conhecimento para a acessibilidade cultural.</p> <p>A inquietação sobre como o conhecimento acadêmico chega até a população em geral, como fazemos divulgação científica e como deve ser feita.</p> <p>A importância de ter as pessoas com deficiência pensando e construindo ações e atividades sobre os temas abordados.</p>	
2.2.1 Em relação aos objetivos	Os objetivos propostos foram alcançados.
2.2.2 Não previstos	
3. Se a atividade não havia sido programada previamente	
3.1 Como e por que se decidiu realizá-la ou participar dela:	
3.2 Resultados alcançados	
4. Impressões ou observações sobre a atividade:	

<p>Os conteúdos precisam ser desmembrados para aulas individuais. Inserir atividades práticas para cada tema. O tempo para o debate foi pouco. Necessidade de mais exemplos práticos de atividades acessíveis sobre Educação Ambiental e Tempo Geológico.</p>			
5. Documentos de referência (planos, transcrições, programa, material utilizado...)			
Gravação das aulas, <i>slides</i> .			
Pessoa que preenche o formulário	Damiane		
Projeto/Área ou Programa	Módulo IV	Data	30/03/2022
1. O que foi feito?			
Aula sobre Educação Museal e Acessibilidade ministrada pelas Técnicas em Assuntos Educacionais Eveline Milani e Marcia Diogo (coordenadoras do Núcleo Educativo do MGeo).			
1.1 Onde se realizou a atividade?	Na sala virtual do <i>Zoom</i> .		
1.2 Quem e quantos participaram?	27 cursistas, 09 extensionistas, 06 membros da equipe e 2 professores. Total 44		
1.3 Duração da atividade:	3 horas (13h e 30 min às 16h e 30 min)		
1.4 Breve descrição da atividade			
<p>A Professora Eveline iniciou com um histórico do MGeo e do seu Núcleo Educativo. Apresentou as atividades e ações educativas. Falou sobre a importância da formação continuada da equipe.</p> <p>A professora Marcia Diogo apresentou a atividade de contação de histórias com um tapete narrativo.</p> <p>Oficina de Escrita em Linguagem Simples</p>			
2. Se a atividade tinha sido programada previamente			
2.1 Objetivos pré-definidos			
2.2 Resultados alcançados:			
2.2.1 Em relação aos objetivos	<p>Apresentar o Núcleo Educativo de MGeo, bem como suas atividades educativas.</p> <p>Apresentar a contação de história acessível e inclusiva.</p> <p>Escrever um texto em linguagem simples a partir do jogo de sete erros do MGeo.</p>		
2.2.2 Não previstos			
3. Se a atividade não havia sido programada previamente			
3.1 Como e por que se decidiu realizá-la ou participar dela:	<p>Inicialmente, no planejamento estava previsto a abordagem da Tecnologia Assistiva no MGeo, mas a equipe fez uma avaliação e achou necessário inserir o conteúdo sobre Educação Museal e Acessibilidade, uma vez que a Tecnologia Assistiva seria abordada no Módulo V.</p>		
3.2 Resultados alcançados	Escrita de diferentes textos relacionados ao jogo de sete erros do MGeo.		

4. Impressões ou observações sobre a atividade:			
O conteúdo foi apresentação de forma clara e objetiva. O objetivo da oficina não foi alcançado, pois acredita-se que era necessário falar mais sobre escrita em linguagem simples.			
5. Documentos de referência (planos, transcrições, programa, material utilizado...)			
Gravação da aula, <i>slides</i> , foto do jogo de sete erros do MGeo, produção textual dos grupos.			
Pessoa que preenche o formulário		Damiane	
Projeto/Área ou Programa		Módulo V	Data 06/04/2022
1. O que foi feito?			
Aula sobre estratégias para mediação de crianças e jovens com Deficiência Intelectual ministrada pela Museóloga Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro (vice-diretora do MGeo e orientadora da pesquisa) e pela Técnica em Assuntos Educacionais Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos (extensionista do IGEO e pesquisadora).			
1.1 Onde se realizou a atividade?		Sala virtual do <i>Zoom</i> .	
1.2 Quem e quantos participaram?		24 cursistas, 10 extensionistas, 4 membros da equipe e 2 professores. Total 40	
1.3 Duração da atividade:		3 horas (13h e 30 min às 16h e 30 min)	
1.4 Breve descrição da atividade			
A Professora Aline abordou a importância da acessibilidade atitudinal, a importância do diagnóstico e planejamento das ações de acessibilidade no espaço, o protagonismo das pessoas com deficiência e apresentou algumas iniciativas possíveis e já realizadas pelo MGeo. A professora Damiane apresentou algumas ferramentas táteis produzidas pela equipe do MGeo em parceria com a Terapia Ocupacional. Enumerou os diferentes tipos de mediações realizados no Museu da Geodiversidade para os diversos públicos. Apresentou a sintetização das estratégias de recepção e mediação para o público com Deficiência Intelectual. Realizou-se a oficina sobre escrita com Linguagem Simples com uso de Pictogramas.			
2. Se a atividade tinha sido programada previamente			
2.1 Objetivos pré-definidos		Apresentar os recursos e as estratégias de acessibilidade sugeridos para a recepção e mediação de crianças e jovens com Deficiência Intelectual na exposição Memórias da Terra do Museu da Geodiversidade. Escrever uma frase sobre a importância de cuidar do meio ambiente em Linguagem Simples e usar Pictogramas.	
2.2 Resultados alcançados:		Os grupos conseguiram escrever a frase em linguagem simples com símbolos pictográficos.	

2.2.1 Em relação aos objetivos	Os objetivos foram alcançados.		
2.2.2 Não previstos			
3. Se a atividade não havia sido programada previamente			
3.1 Como e por que se decidiu realizá-la ou participar dela:			
3.2 Resultados alcançados			
4. Impressões ou observações sobre a atividade:			
O conteúdo foi apresentação de forma clara e objetiva. O objetivo da oficina foi alcançado, pois os cursistas conseguiram escrever uma frase sobre meio ambiente usando a linguagem simples e símbolos pictográficos.			
5. Documentos de referência (planos, transcrições, programa, material utilizado...)			
Gravação da aula, slides, site ARASSAC.			
Pessoa que preenche o formulário	Damiane		
Projeto/Área ou Programa	Módulo VI	Data	13/04/2022
1. O que foi feito?			
Aula sobre Audiodescrição ministrada pelos pesquisadores Felipe Monteiro e Nathally de Almeida Rosário.			
1.1 Onde se realizou a atividade?	Sala virtual do <i>Zoom</i> .		
1.2 Quem e quantos participaram?	26 cursistas, 10 extensionistas, 6 membros da equipe e 2 professores. Total 44		
1.3 Duração da atividade:	3 horas (13h e 30 min às 16h e 30 min)		
1.4 Breve descrição da atividade			
O professor Felipe contou sua trajetória, o que o fez se tornar uma pessoa com deficiência visual e falou sobre a importância do recurso da audiodescrição para pessoas cegas, com deficiência visual, bem como com deficiência intelectual, com dislexia, analfabetos, idosos. Apresentou o conceito, as diretrizes da audiodescrição e falou de itens necessários para se fazer uma audiodescrição. Apresentou os elementos da auto audiodescrição e pediu para os cursistas fazerem a sua. A Professora Nathally apresentou a série GeoAcessibilidade como uma ação integradora de diferentes recursos de acessibilidade no Museu da Geodiversidade. Elencou as etapas para a elaboração dos vídeos com Libras e audiodescrição do acervo tátil da exposição Memórias da Terra. Exibiu os dois vídeos da série. Realizou-se uma oficina de audiodescrição de um objeto ou fotografia do meio ambiente ou geociências.			
2. Se a atividade tinha sido programada previamente			
2.1 Objetivos pré-definidos	Apresentar o conceito e as diretrizes da audiodescrição. Indicar elementos necessários para fazer uma audiodescrição. Divulgar a produção de vídeos com audiodescrição e Libras do MGeo. Construir uma audiodescrição de um objeto ou uma fotografia do meio ambiente ou das geociências.		

2.2 Resultados alcançados: O conteúdo foi apresentado de forma clara e objetiva. O objetivo da oficina foi alcançado.			
2.2.1 Em relação aos objetivos	Os objetivos foram alcançados.		
2.2.2 Não previstos			
3. Se a atividade não havia sido programada previamente			
3.1 Como e por que se decidiu realizá-la ou participar dela:			
3.2 Resultados alcançados			
4. Impressões ou observações sobre a atividade:			
O conteúdo foi apresentação de forma clara e objetiva. O objetivo da oficina foi alcançado, pois os cursistas, em grupo, construíram propostas de audiodescrição e tiveram consultoria no mesmo instante.			
5. Documentos de referência (planos, transcrições, programa, material utilizado...)			
Gravação da aula, <i>slides</i> , vídeos do GeoAcessibilidade, roteiros de audiodescrição.			
Pessoa que preenche o formulário	Damiane		
Projeto/Área ou Programa	Módulo VII	Data	20/04/2022
1. O que foi feito?			
Visita virtual mediada pelo Auxiliar Administrativo em Divulgação Científica Eduardo Mendonça (mediador do MGeo).			
1.1 Onde se realizou a atividade?	Sala virtual do <i>Zoom</i> .		
1.2 Quem e quantos participaram?	19 cursistas, 09 extensionistas, 5 membros da equipe e 1 professor. Total 34		
1.3 Duração da atividade:	3 horas (13h e 30 min às 16h e 30 min)		
1.4 Breve descrição da atividade			
O Eduardo foi explicando os elementos da museografia da exposição e a Damiane lembrou os recursos de acessibilidade usados pela equipe. Nesta visita, os cursistas puderam associar os conteúdos teóricos, as práticas das oficinas, os materiais e as atividades educativas acessíveis que o MGeo utiliza presencialmente com o seu público com Deficiência Intelectual.			
2. Se a atividade tinha sido programada previamente			
2.1 Objetivos pré-definidos	Realizar uma visita virtual à exposição Memórias da Terra. Relacionar os recursos e estratégias utilizadas com o público com Deficiência Intelectual.		
2.2 Resultados alcançados: Interação dos visitantes com o mediador.			
2.2.1 Em relação aos objetivos	Os objetivos foram alcançados.		
2.2.2 Não previstos			
3. Se a atividade não havia sido programada previamente			

3.1 Como e por que se decidiu realizá-la ou participar dela:	
3.2 Resultados alcançados	
4. Impressões ou observações sobre a atividade:	
Os cursistas interagiram durante a visita virtual fazendo perguntas sobre o acervo e disponibilidade dos recursos de acessibilidade.	
5. Documentos de referência (planos, transcrições, programa, material utilizado...)	
Gravação da aula.	

ANEXOS

ANEXO A – PROPOSTA DO CURSO CADASTRADO NA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA UFRJ



Universidade Federal do Rio de Janeiro
PR-5: Pró-Reitoria de Extensão
Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

Proposta de Ação de Extensão

Título: Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual.

Versão da Proposta: 1

Situação da Proposta: Proposta aprovada

1. Informações do Coordenador da Ação de Extensão

Nome: ALINE ROCHA DE SOUZA FERREIRA DE CASTRO

E-mail: aline@geologia.ufrj.br

Centro: Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza

Unidade: Instituto de Geociências

2. Informações da Ação de Extensão

Resumo da ação: O curso terá como objetivo contribuir para a inclusão e participação das pessoas com deficiência intelectual em museus e espaços culturais, utilizando a Educação Ambiental, o Tempo Geológico e a Tecnologia Assistiva como ponto de partida. O público-alvo será formado por educadores museais e docentes do ensino básico. O indivíduo contemporâneo vem sofrendo uma crise de fragmentação. Com o avanço das novas tecnologias e o excesso de especialização, o mundo está sem alicerces firmes para superar, de forma tranquila, essa problemática. Esta situação acaba estimulando o ser humano a pensar pouco e consumir muito. Consequentemente, produz uma apologia individualista e competitiva que induz cada vez a exclusão social. A atual sociedade vive obcecada pelo novo, estando perdida em ambiguidades e em discursos desprovidos de sentido (Primavesi, 2016; Krenak, 2019; Boaventura, 2020). Partindo deste pressuposto, o Museu da Geodiversidade, através da exposição “Memórias da Terra” apresenta a história geológica do Planeta Terra até os dias atuais, nos trazendo reflexões sobre a atuação do ser humano e a transformação do planeta. A metodologia utilizada será da pesquisa-ação, os cursistas

receberão aporte teórico, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades para a construção de uma educação que amenize as desigualdades sociais, as injustiças, e fortaleça a inclusão, tendo como premissa um comprometimento político com a nossa tarefa de educador.

Objetivos da ação:

Objetivo Geral

- Contribuir para a inclusão e participação das pessoas com deficiência intelectual em museus e espaços culturais com uso de Tecnologia Assistiva.

Objetivos Específicos:

- Capacitar em acessibilidade cultural os profissionais que atuarão direta e indiretamente com o público de pessoas com deficiência intelectual.
- Socializar concepções, visões, interesses, buscas referentes ao processo de inclusão social;
- Discutir os conhecimentos que são mobilizados no enfrentamento dos desafios da inclusão da pessoa com deficiência intelectual.
- Analisar possibilidades e limites do trabalho docente em diferentes espaços culturais;
- Definir acessibilidade cultural, esclarecendo e ressaltando o papel sociopolítico do educador na formação humana e articulador de grupos na sociedade;
- Discutir a complexidade da inclusão da pessoa com deficiência intelectual em diferentes setores da sociedade;
- Dialogar com profissionais de diversas áreas, buscando cooperação para enfrentar os dilemas da inclusão da pessoa com deficiência;
- Debater sobre a Educação Ambiental, o Tempo Geológico e a construção do conhecimento da pessoa com deficiência intelectual;
- Instrumentalizar os profissionais do educativo de museus e centros culturais para que sejam capazes de atuar com pessoas com deficiência intelectual;
- Promover a divulgação das propostas do MGeo e buscar a consolidação de parcerias, visando a formação de público.

Interdisciplinaridade e interprofissionalidade da ação:

Com a instituição do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva (2016), com a criação da Diretoria de Acessibilidade (Dirac) do Gabinete da Reitoria da UFRJ (2018) e com a implementação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR7) (2018), a UFRJ vem desenvolvendo ações e projetos que visam a acessibilidade e a inclusão dos estudantes com deficiência. Uma parte relevante do processo em busca da acessibilidade e inclusão tem sido a constante formação de uma equipe interdisciplinar com discentes dos cursos de Terapia Ocupacional, Geografia,

Geologia, Arquitetura, Computação, Letras-Libras, Comunicação Social e Comunicação Visual; além de museólogos, educadores e docentes que atuam em diversas frentes de trabalho. Esse trabalho multidisciplinar é rico pelos resultados possibilitados, mas, sobretudo, para a formação dos discentes que podem interagir em um espaço museal e dialogar com outros estudantes de diferentes cursos. Os discentes que participam como extensionistas do projeto se tornarão profissionais diferenciados, pois dificilmente teriam contato com uma experiência como essa exclusivamente cursando apenas as disciplinas da graduação. O campo da acessibilidade cultural deve ser compreendido como um campo interdisciplinar onde diferentes especificidades se fundem em estratégias complexas a fim de promover acessibilidade de forma integral, permanente e em conjunto para todos os públicos.

Impacto de transformação social pretendido com a ação:

O museu deve ter permanentemente suas portas abertas ao mais variado público, despertando a vontade por conhecimento, senso crítico, desejo, curiosidade, entre outros aspectos. Para tal, deve ser o mais atraente, acessível e inclusivo. O público deve ser estimulado a participar das atividades que o museu propõe, seja através de atividades educativas, das exposições ou de qualquer outro meio de comunicação possível. A questão da acessibilidade compreende aspectos que extrapolam os aspectos físicos do espaço, pois também compreende valores, atitudes, materiais e recursos utilizados na comunicação. Segundo Sasaki (2003), para uma sociedade ser acessível é preciso verificar alguns quesitos básicos dos quais se destacam três por terem mais afinidade com o ambiente expositivo/museológico, a acessibilidade:

- Arquitetônica – não deve haver barreiras ambientais físicas nas casas, edifícios, espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transportes;
- Comunicacional – não deve haver barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual;
- Atitudinal – não deve haver barreiras nas ações e atitudes tais como preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, em relação às pessoas em geral. Pretende-se com esse curso, tornar o MGeo um museu referência no atendimento ao público com deficiência intelectual e contribuir para a formação de profissionais habilitados.

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão existente na ação:

A ação proposta busca trabalhar o princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão através de:

- Troca permanente de conhecimentos, experiências e práticas entre estudantes de graduação, pós-graduação, corpo docente e técnico, profissionais e estudantes da escola básica e de museus e centros de ciências no curso de formação continuada;
- Desenvolvimento de ação voltada à formação continuada de professores das instituições públicas, no sentido de ampliar as possibilidades de suas práticas pedagógicas, contribuindo para a promoção da cidadania e inclusão sociocultural;
- Estimulação à visita em museus e espaços culturais por pessoas com deficiência;

- Democratização e (re)elaboração do saber acadêmico através do confronto com a realidade e com o redimensionamento do próprio conhecimento acadêmico.

Desse modo, ensino, pesquisa e extensão caminharão juntos para o aprimoramento da formação continuada de professores da rede pública e de profissionais de museus e centros culturais, além de outros grupos, buscando fortalecer na sociedade a consciência da importância do conhecimento para a vida do cidadão.

Impacto na formação do estudante pretendido com a ação:

A participação de discentes como extensionistas proporcionará uma formação integral, reflexiva, ética e solidária, pois o curso de extensão visa oferecer uma experiência rica em aportes teórico/práticos por meio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e na dialogicidade com o público externo à universidade (FORPROEX, 2012). Além disso, os estudantes extensionistas se capacitam como cidadãos conscientes de demandas de inclusão social de indivíduos com limitações cognitivas. Estar vinculado a um museu universitário propicia a experimentação e pesquisa, possibilita o desenvolvimento de instrumentos e estratégias que estão em constante avaliação e reformulação, se necessário. Os estudantes extensionistas da equipe participarão do planejamento, da execução e da avaliação do curso. Atuarão como monitores nas aulas, estabelecendo uma relação dialógica com o público, dando destaques as suas práticas no MGeo, buscando conectar os participantes com as produções do museu.

Público geral:

Público interno à UFRJ (estudantes, docentes e técnicos) e Externo

Público alvo: Professores de escolas de educação básica

Servidores públicos

Movimentos sociais e organizações de trabalhadores

Jovens e adultos

Profissionais do setor privado

Pessoa com Deficiência (PcD)

Idosos

Outro

Descrição do público preferencial: O público externo será composto por diferentes profissionais de instituições Escolares Municipais, Estaduais e Federais com Educação Especial, Movimentos sociais, ONGs, Grupos Comunitários que atuam pela inclusão social e cultural da pessoa com deficiência, profissionais de museus, centros culturais e estudantes de graduação e pós-graduação que se interessem pela temática.

Quantidade de vagas externas: 20

Quantidade de vagas internas (UFRJ): 10

Modalidade: Curso

3. Caracterização do Curso

Carga horária: 21 horas

Modalidade do Curso: À distância

Classificação do Curso: Atualização

Programa de formação da ação: Formação Continuada de Profissionais de Educação da Rede Pública de Ensino Básico

Conteúdo programático do curso:

Módulo I - Aspectos Gerais da Deficiência e Acessibilidade Cultural

Conceito e tipologia,

Histórico da deficiência Deficiência Intelectual

Módulo II – Direitos Humanos e legislação no campo da deficiência

Introdução aos Direitos Humanos Direitos Humanos,

Diversidade e Acessibilidade Capacitismo;

Principais leis que tratam da deficiência e da acessibilidade

Módulo III – Tempo Geológico e Educação Ambiental no contexto da acessibilidade cultural

Compreensão do Tempo Geológico como Tempo Profundo Formação e transformações do Planeta Terra;

A relação do ser humano com o ambiente em que ele vive

Módulo IV – Tecnologia Assistiva no MGeo

Exemplos do MGEO com discussão

Módulo V – Estratégias para mediação de crianças e jovens com Deficiência Intelectual

- A experiência do MGeo

Módulo VI – Audiodescrição

Como fazer uma audiodescrição?

Audiodescrição do acervo do MGeo

Módulo VII – Visita virtual ao MGeo

Períodos em que pretende ofertar o curso nos próximos 5 anos: 2022/1

4. Equipe de Realização

Nome	E-mail	Instituição
ADRIANA VICENTE DA SILVA DE SOUZA	adriana@igeo.ufrj.br	UFRJ
ALINE ROCHA DE SOUZA FERREIRA DE CASTRO	aline@geologia.ufrj.br	UFRJ
DAMIANE DANIEL SILVA OLIVEIRA DOS SANTOS	damiane@igeo.ufrj.br	UFRJ
EDUARDO ALVES MENDONCA	eduardo.mendonca@igeo.ufrj.br	UFRJ
EVELINE MILANI ROMEIRO PEREIRA ARACRI	evelinearacri@igeo.ufrj.br	UFRJ
HELOISA TEIXEIRA FIRMO	hfirno@poli.ufrj.br	UFRJ
KATIA LEITE MANSUR	katia@geologia.ufrj.br	UFRJ
MARCIA CEZAR DIOGO	marciadiogo@igeo.ufrj.br	UFRJ
NATHALLY DE ALMEIDA ROSÁRIO	nathally.rosario@fau.ufrj.br	UFRJ
RENAN GOMES PAIVA DA SILVA	renan.gps8@gmail.com	UFRJ
RITA DE CASSIA OLIVEIRA GOMES	ritagomesritagomes@gmail.com	UFRJ
ROSE LANE LOUREIRO GADELHA DE AZEDIAS	roselanegadelha@letras.ufrj.br	UFRJ
SAUL DA SILVA SOARES	saul.soares@igeo.ufrj.br	UFRJ
TATIANA DE CASTRO BARROS FONSECA	tatianacastrobf@hotmail.com	UFRJ
VERA LUCIA VIEIRA DE SOUZA	veravieirato@ufrj.br	UFRJ
VILMA FRAZAO DE MELO	vilmafrazao@hotmail.com	UFRJ
CRISTIANE SANTOS DA FONSECA		Externo
FELIPE MONTEIRO		Externo

5. Observações do Coordenador de Unidade

Nome do avaliador: ADRIANA VICENTE DA SILVA DE SOUZA

Parecer do Coordenador de Unidade:

Após analisar a proposta de ação de extensão Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual, coordenada pela Museóloga Aline Rocha, emitimos o seguinte parecer consubstanciado: A ação apresentada se adequa às diretrizes gerais da PR-5, a saber: a) A proposta está de acordo com as diretrizes de Extensão Universitária estabelecidas para a UFRJ; b) Apresenta como público alvo e majoritário membros da

comunidade externa à UFRJ; c) Prevê a participação efetiva de estudantes regularmente matriculados nos cursos da UFRJ; d) Apresenta uma clara descrição quanto à metodologia e objetivos; e) Está incluída no Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFRJ, se enquadrando como ação curricular; f) Se articula plenamente com o ensino e a pesquisa desenvolvidos no Museu da Geodiversidade da UFRJ; e g) Tem como Proponente/Coordenador um técnico administrativo de Nível Superior do quadro permanente da UFRJ. A ação foi aprovada pela direção do Museu da Geodiversidade em 10 de agosto de 2021, avaliada e aprovada pela Câmara de Extensão do IGEO em 11 de agosto de 2022 e homologada pela Congregação do Instituto de Geociências em 16 de agosto de 2021. Considerando o exposto acima, a Direção Adjunta de Extensão do IGEO encaminha parecer favorável ao curso Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infanto-juv

ANEXO B – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO CURSO

INSCRIÇÕES ABERTAS


Curso de Extensão

**Aprendendo a lidar com a diversidade:
Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental
para o público infanto-juvenil com
Deficiência Intelectual**

Online e Gratuito

Quartas-feiras, 09 de março a 20 de abril 2022
Horário: 13h e 30 min às 16h e 30 min
Carga horária total : 21 horas

Vagas Limitadas



The footer of the poster features five logos: the UFRJ logo, a circular logo for 'extensão UFRJ', the IGEO logo, the logo for 'MFRJ MUSEUMS FOR DIVERSIDADE', and the NIDES logo.

Curso de Extensão **Aprendendo a lidar com a diversidade:** **Acessibilidade Cultural e Educação** **Ambiental para o público infanto-juvenil** **com Deficiência Intelectual**

O curso será *online* e gratuito

Público:

É voltado para profissionais de museus, da educação básica, estudantes de graduação ou pós-graduação e demais interessados em acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência intelectual em museus de ciências.

Realização do curso:

Quartas, de 9 de março a 20 de abril de 2022

Horário: 13h e 30 min às 16h e 30 min

Carga horária total: 21 horas

VAGAS LIMITADAS

Inscrições de 01 a 11 de fevereiro de 2022

Resultado dos selecionados por e-mail:

18 de fevereiro de 2022



ANEXO C – FOLDER DO CURSO

Coordenação:

Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro
(Museóloga – MGeo/IGEO/UFRJ)

Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos
(Técnica em Assuntos Educacionais – IGEO/UFRJ)

REALIZAÇÃO:

Curso de Extensão
Aprendendo a lidar com a diversidade:
Acessibilidade Cultural e Educação
Ambiental para o público infanto-juvenil
com Deficiência Intelectual

O curso será *online* e gratuito

Público:

É voltado para profissionais de museus, da educação básica, estudantes de graduação ou pós-graduação e demais interessados em acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência intelectual em museus de ciências.

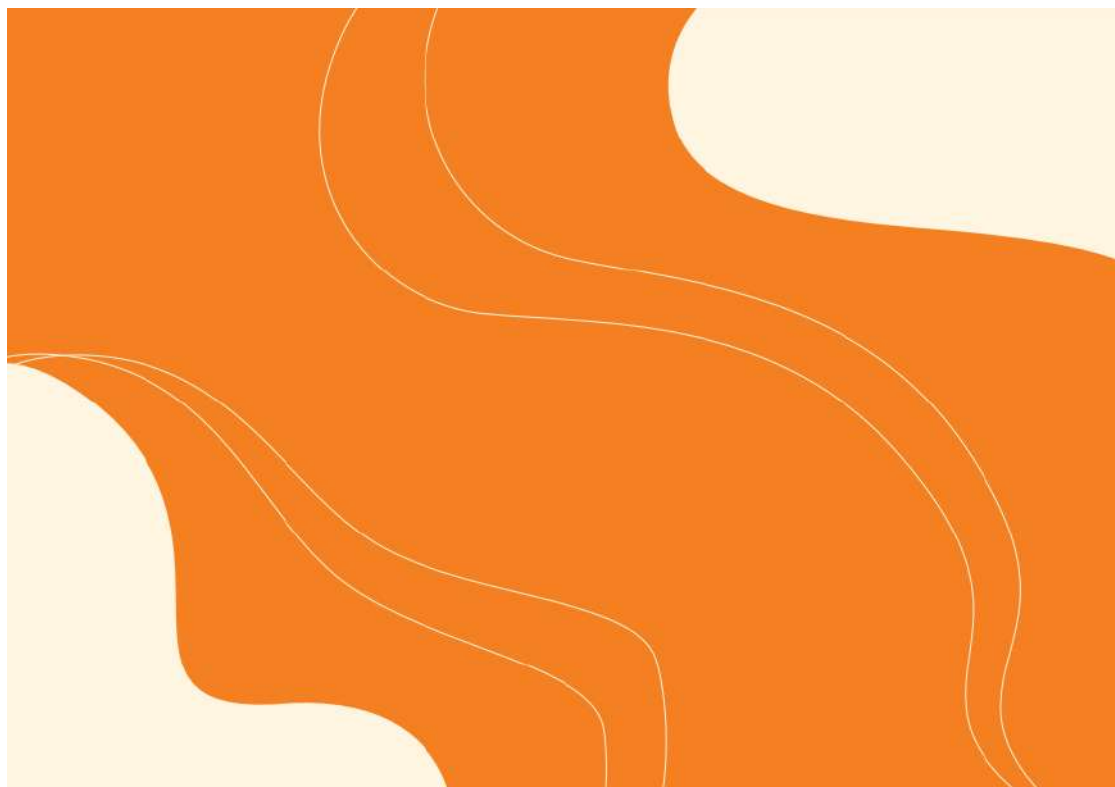
Realização do curso:

Quartas, de 9 de março a 20 de abril de 2022
Horário: 13h e 30 min às 16h e 30 min
Carga horária total: 21 horas

VAGAS LIMITADAS

Inscrições de 01 a 11 de fevereiro de 2022

Resultado dos selecionados por e-mail:
18 de fevereiro de 2022



ATENÇÃO

O acesso ao ambiente do curso e toda a comunicação da comissão organizadora com o cursista será **exclusivamente** pelo e-mail cadastrado no momento da inscrição através deste formulário.

Por isso, fique atento à sua caixa de e-mail e não deixe de verificar o SPAM.

Informações pelo e-mail
cursosmgeo@igeo.ufrj.br

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a estrutura programática do Curso de Extensão "Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público infanto-juvenil com Deficiência Intelectual", coordenado por Aline Rocha e Damiane dos Santos, do Instituto de Geociências da UFRJ, para profissionais de museus, da rede básica de ensino, preferencialmente da rede pública e estudantes de graduação ou pós-graduação interessados pelo tema.

OBJETIVOS

Promovido pelo Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ) em parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (NIDES/UFRJ), este curso tem por objetivo a formação continuada em acessibilidade cultural dos profissionais que atuam direta e indiretamente com o público de pessoas com deficiência intelectual.

Com tal instrumento, pretende-se contribuir para a inclusão e participação das pessoas com deficiência intelectual em museus e espaços culturais voltados para a educação ambiental e geociências com uso de Tecnologia Assistiva.

Metodologia

O curso terá aulas teóricas, práticas com estudos de casos e uma visita remota a exposição "Memórias da Terra" do Museu da Geodiversidade. Será utilizada a pesquisa-ação. A parte teórica será composta de aulas que promovam o diálogo e debate dos temas propostos, partindo de situações-problema e exemplos do cotidiano como forma de promover as discussões de forma crítica e científica. Serão correlacionados exemplos encontrados no Brasil e/ou no exterior.

O curso está organizado em **7 encontros** com os seguintes conteúdos:

- I.) Aspectos Gerais da Deficiência e Acessibilidade Cultural Conceito e tipologia;
- II.) Direitos Humanos e legislação no campo da deficiência Introdução aos Direitos Humanos Direitos Humanos, Diversidade e Acessibilidade; Capacitismo; Principais leis que tratam da deficiência e da acessibilidade;
- III.) Tempo Geológico e Educação Ambiental no contexto da acessibilidade cultural. Compreensão do Tempo Geológico como Tempo Profundo Formação e transformações do Planeta Terra. A relação do ser humano com o ambiente em que ele vive;
- IV.) Tecnologia Assistiva no MGeo; Exemplos do MGEO com discussão

V.) Estratégias para mediação de crianças e jovens com Deficiência Intelectual - A experiência do MGeo;

VI) Audiodescrição: Como fazer uma audiodescrição? Audiodescrição do acervo do MGeo;

VII) Visita virtual ao MGeo;

Quem pode participar?

Este curso é destinado aos profissionais de museus, da Educação Básica, preferencialmente, para a rede pública de ensino, pessoas que atuem em instituições de Atendimento Especializado e estudantes de graduação ou pós-graduação interessados pelo tema.

As aulas serão síncronas e acontecerão nos dias 09, 16, 23, 30 de março, 06, 13 e 20 de abril, (quartas-feiras) das 13h e 30 min às 16h e 30 min através da plataforma Google Meet.

Os participantes com 75% de presença receberão certificados

ANEXO D – EXTRATO DO PADLET – MURAL INTERATIVO DE APRESENTAÇÃO

Aprendendo a lidar com a diversidade
Criado com

Marcia Cezar Diogo 10M
Marcia Diogo
marciadiogo@igeo.ufrj.br



Mulher de pele preta, olhos castanhos e cabelos castanhos escuros, presos e cacheados. Estou sorrindo e usando uma blusa com estampa de bananas.

Olá, me chamo Marcia Diogo e trabalho no Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ) como educadora museal e estou coordenadora do Núcleo GeoEducativo. Estou muito empolgada com esse curso e a oportunidade de trocar conhecimentos e experiências com pessoas de campos diversos e reunidas aqui pelo interesse nas questões do campo da acessibilidade cultural. Abraços a todos!

Adicionar comentário

Aline Rocha de Souza F. 10M
alinecastro@igeo.ufrj.br



Mulher de pele clara, olhos castanhos e cabelos longos, lisos, ondulados, cor castanho claro. Veste camisa de botão preta e está sorrindo com braços cruzados.

Olá, me chamo Aline Rocha e trabalho no Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ). Estou muito animada para iniciar nossas trocas sobre acessibilidade, inclusão e museus e também fazer contatos com pessoas interessadas nesses temas. Até lá!

Adicionar comentário

Clara Borba 10M
Clara Borba -
claraborbacqueira@gm
ail.com



Mulher de pele clara, olhos castanhos, sobrancelhas grossas e cabelos ondulados escuro longo. Usando um boné azul, blusa cinza, dois cordões e um brinco pequeno.

Olá :)

Meu nome é Clara, tenho 21 anos e curso Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estou muito feliz por ter a oportunidade de participar do curso e aprender mais sobre acessibilidade.

Adicionar comentário

Anônimo 10M
Patricia Regina Santos
Garcia



Olá, me chamo Patricia Reginal Sou mulher, pele clara, cabelo castanho, olhos verdes, rosto redondo e sorriso largo! Atuo como professora da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro e integro o STMAP da UFRJ, como Técnica em Assuntos Educacionais. Atualmente sou doutoranda em Educação na PUC-Rio. Estou muito feliz em participar deste curso e animada com as novas aprendizagens!

Adicionar comentário

Rebeca Rosa Amaral Co. 13d



Sou uma mulher de pele clara e rosada, cabelos cacheados na altura do ombro, em um tom avermelhado. Sorriso aberto, usando um botom mirom claro. Minha blusa é rosa e uso um colar com um olho grego.

Sou Rebeca Rosa e faço parte da equipe do Museu da Geodiversidade! Sou mediadora e auxiliar em administração. Um dos aprendizados mais profundos que obtive no MGeo foi sobre acessibilidade. Os cursos, conversas e treinamentos me sensibilizaram muito mais para o tema. Espero que esse seja mais um momento de aprofundar meus conhecimentos e meu olhar empático.

Adicionar comentário

Eveline Milani Romeiro 10M
Eveline Milani
evelinearacri@igeo.ufrj.br



Mulher de pele clara, olhos castanhos e cabelos cacheados castanho escuro na altura dos ombros. Veste blusa azul com flores cinzas. Está sorrindo.

Oi, sou Eveline, coordenadora do Núcleo GeoEducativo do Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ). Estou contente em fazer parte da equipe deste curso, conhecer pessoas novas e poder ampliar meus conhecimentos sobre Acessibilidade Cultural

Damiane Daniel Silva 10M
Damiane dos Santos -
damiane@igeo.ufrj.br



Olá, sou Damiane dos Santos, uma mulher de pele parda, com os cabelos grande, bem volumoso, encaracolados, castanhos e tenho 40 anos. Na foto, estou usando blusa azul, brinco grandes, cabelo jogado para o meu lado direito e estou sorrindo. O fundo está desfocado. Minha formação é em Pedagogia. Sou Técnica em Assuntos Educacionais na UFRJ. Desde 2011 atuo na extensão do Instituto de Geociências e a partir de 2015 venho colaborando com o Núcleo de Acessibilidade do Museu da Geodiversidade. Atualmente sou mestranda do NIDES/UFRJ (Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social). Pesquisa sobre acessibilidade cultural e formação de educadores museal e do sopro

Anônimo 10M
Thiago Aparício de Araújo
-
thi.aparicio2017@gmail.c
om



Homem de pele clara, olhos castanhos, cabelo curto. Vestindo terno preto e camisa preta. No fundo mesas, cadeiras, uma árvore e dois carros.

Olá, eu sou Thiago Aparício, sou graduando em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sou músico autodidata à aproximadamente 15 anos, técnico em mecânica, extensionista do o Curso de Extensão Aprendendo a lidar com a diversidade: Acessibilidade Cultural e Educação Ambiental para o público Infanto-Juvenil com Deficiência Intelectual. Fico honrado em fazer parte do projeto, muito animado em poder adquirir conhecimentos sobre acessibilidade cultural, museus e educação ambiental.

Adicionar comentário

Anônimo 10M
Vanessa Lima -
vanessalima@mn.ufrj.br



Olá! Sou a Vanessa, mulher branca, cabelos castanho claros na altura dos ombros, olhos castanhos, sobrancelhas e lábios finos, tenho 1,60 m de altura e 47 anos. Na imagem visto uma blusa laranja, ao fundo o Parque da Quinta da Boa Vista e a direita a estátua de Dom Pedro II. Trabalho no Núcleo de Atendimento ao Público do Museu Nacional/UFRJ. Fui aluna da última turma da Especialização em Acessibilidade Cultural/UFRJ e estou muito feliz em poder participar deste curso. Abraços virtuais!

Anônimo 10M
Aline Cardozo Vecchi,
Museóloga



Olá, meu nome é Aline Vecchi, sou Museóloga, trabalho na Prefeitura de Araruama no Centro de Memórias Municipal. Graduada na UNIRIO, pós graduada em Gestão de Museus na Cândido Mendes. Apesar de não ter fotos, sou mulher, de pele branca com algumas manchas de sol, de cabelos cor castanho, uso óculos grandes que contribuem para destacar meu pequeno grande nariz de herança italiana. No decorrer da minha atuação profissional aqui em Araruama, percebi a diversidade de público, e naturalmente na visitaçao do centro de memória, pude perceber muitas crianças carentes, pessoas usuárias do CAPS, idosos, dentre outros grupos no qual sinto a necessidade de ter uma preparação maior ao acolhe-los. Minha expectativa é melhorar o acolhimento de uma forma generalizada e que o curso contribua com meu planejamento de conteúdo de e acordo com público especial. Grande beijos a todos!

Adicionar comentário

